

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO  
NÍVEL DOUTORADO**

**DANTON JOSÉ BOATINI JÚNIOR**

**OS SITES ESTRANGEIROS E AS ZONAS  
DE SOMBRA DO JORNALISMO BRASILEIRO**

**São Leopoldo**

**2022**

DANTON JOSÉ BOATINI JÚNIOR

**OS SITES ESTRANGEIROS E AS ZONAS  
DE SOMBRA DO JORNALISMO BRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn

São Leopoldo

2022

B662s    Boatini Júnior, Danton José.  
Os sites estrangeiros e as zonas de sombra do jornalismo brasileiro / por Danton José Boatini Júnior. – 2022.  
142 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, São Leopoldo, RS, 2022.  
“Orientador: Dr. Ronaldo Cesar Henn”.

1. Jornalismo digital. 2. Acontecimento. 3. Sites estrangeiros. 4. Zonas de sombra. I. Título.

CDU: 070:004.738.5

**DANTON JOSÉ BOATINI JÚNIOR**

**OS SITES ESTRANGEIROS E AS ZONAS DE SOMBRA DO  
JORNALISMOBRASILEIRO**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rios dos Sinos - UNISINOS.

**APROVADO EM 25 DE ABRIL DE 2022.**

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF. DR. FELIPE MOURA DE OLIVEIRA -  
UFRGS(PARTICIPAÇÃO POR  
WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. ADRIANA KURTZ - ESPM/  
SUL(PARTICIPAÇÃO POR  
WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. ANA PAULA DA ROSA -  
UNISINOS(PARTICIPAÇÃO POR  
WEBCONFERÊNCIA)**

**PROFA. DRA. MARIA CLARA JOBST DE AQUINO - UNISINOS  
(PARTICIPAÇÃO POR WEBCONFERÊNCIA)**



---

**PROF. DR. RONALDO CÉSAR HENN – UNISINOS  
AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente ao corpo docente e aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos).

Por força das circunstâncias, tive a sorte de ter dois orientadores ao longo deste trabalho: a Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco, de 2018 a 2021, e o Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn, de 2021 a 2022. A eles, meu agradecimento especial pela generosidade, paciência e por terem acreditado no projeto de pesquisa.

À coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências de Comunicação, pela maneira humana com que foi tratada minha condição decorrente do meu adoecimento, em 2020.

À Profa. Dra. Sonia Estela Montano La Cruz, pela oportunidade e por todo o conhecimento compartilhado durante o estágio docente na disciplina de Jornalismo Cidadão, um dos momentos mais marcantes desta trajetória de quatro anos.

Aos inúmeros amigos que adquiri ao longo desta trajetória, em especial aos colegas da linha de pesquisa Linguagem e Práticas Jornalísticas. Seus comentários durante as disciplinas e seminários renderam contribuições inestimáveis a este trabalho.

Aos colegas de trabalho e à direção da Empresa Jornalística Caldas Júnior, onde atuo desde 2010, pela compreensão nos momentos em que tive que adaptar minha rotina laboral ao doutorado.

Aos jornalistas que foram entrevistados para este trabalho, contribuindo com o resultado da pesquisa.

À minha família, pelo apoio prestado especialmente a partir de 2020.

Aos meus pais.

À minha esposa Lívia, pela compreensão e pelo apoio incondicional durante todo este período.

## RESUMO

A presente tese consiste em uma análise sobre a cobertura que sites de origem estrangeira em atuação no Brasil fizeram de temas considerados de interesse nacional. Para isso, a pesquisa abordou o conteúdo produzido por quatro veículos: BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil, El País Brasil e The Intercept Brasil. Consideramos a informação levada ao público por estes sites como um dispositivo, na definição foucaultiana, que enfrenta uma disputa de sentidos com o conteúdo veiculado pela mídia hegemônica. O objetivo principal deste trabalho foi identificar e analisar os elementos das coberturas e das práticas dos sites internacionais que estabeleçam conexões mais complexas nos acontecimentos narrados. A condução teórica deste trabalho está baseada nas teorias do acontecimento, particularmente no conceito de acontecimentalização, de Foucault. A metodologia aplicada deu-se a partir da junção entre estudo de casos múltiplos e análise de cobertura jornalística, combinadas com a entrevista em profundidade. Três acontecimentos de repercussão nacional foram escolhidos para que pudéssemos analisar a cobertura: o aniversário de 130 anos da Abolição da Escravatura, em 2018; o Acampamento Terra Livre, em 2019; e o Dia do Fogo, como ficou conhecido o episódio que desencadeou o aumento do número de queimadas na Amazônia, em 2019. As questões indígenas, a memória da escravidão e a preservação do meio ambiente estão entre os temas que, conforme a bibliografia pesquisada, podem ser apontados entre as zonas de sombra do jornalismo nacional. As conclusões deste trabalho estão baseadas na análise destas reportagens, nas entrevistas concedidas pelos editores responsáveis pelos veículos analisados e na revisão bibliográfica.

**Palavras-chave:** Jornalismo digital. Acontecimento. Sites estrangeiros. Zonas de sombra.

## ABSTRACT

The present thesis consists of an analysis of the coverage that foreign websites operating in Brazil made of topics considered of national interest. For this, the research addressed the content produced by four vehicles: BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil, El País Brasil and The Intercept Brasil. We consider the information brought to the public by these sites as a device, in the Foucauldian definition, that faces a dispute of meanings with the content conveyed by the hegemonic media. The main objective of this work was to identify and analyze the elements of coverage and practices of international sites that establish more complex connections in the narrated events. The theoretical conduction of this work is based on theories of the event, particularly on Foucault's concept of eventualization. The methodology applied was based on the combination of multiple case studies and analysis of journalistic coverage, combined with in-depth interview. Three events of national repercussion were chosen so that we could analyze the coverage: the 130th anniversary of the Abolition of Slavery, in 2018; the Acampamento Terra Livre, in 2019; and Fire Day, as the episode that triggered the increase in the number of fires in the Amazon became known, in 2019. Indigenous issues, the memory of slavery and the preservation of the environment are among the themes that, according to the bibliography researched, can be identified among the shadow zones of national journalism. The conclusions of this work are based on the analysis of these reports, on the interviews granted by the editors responsible for the analyzed vehicles and on the bibliographic review.

**Keywords:** Digital journalism. Event. Foreign websites. Shadow zones.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO: o percurso acadêmico</b> .....	8
<b>2 METODOLOGIA: estudo de casos múltiplos e análise de cobertura jornalística</b> .....	16
2.1 ESTUDO DAS PRÁTICAS .....	20
2.2 ENTREVISTAS .....	22
2.3 ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA .....	24
<b>3 TEORIAS DO ACONTECIMENTO</b> .....	27
3.1 O ACONTECIMENTO .....	30
3.2 ACONTECIMENTALIZAÇÃO E O POLIEDRO DE INTELIGIBILIDADE .....	36
3.3 OS ACONTECIMENTOS INVISÍVEIS .....	40
<b>4 JORNALISMO DIGITAL NO BRASIL</b> .....	42
4.1 OS SITES “ESTRANGEIROS” .....	45
4.1.1 Deutsche Welle Brasil .....	47
4.1.2 El País Brasil .....	52
4.1.3 The Intercept Brasil .....	56
4.1.3 BBC Brasil .....	60
4.2 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS .....	65
<b>5 ANÁLISE DE COBERTURA</b> .....	68
5.1 ACONTECIMENTO INDÍGENA: a cobertura do Acampamento Terra Livre pelo El País Brasil .....	69
5.1.1 Acontecimento, enquadramento e oralidade .....	71
5.1.2 Reportagens analisadas .....	73
5.2 OS 130 ANOS DA LEI ÁUREA NOS SITES ESTRANGEIROS .....	77
5.2.1 BBC Brasil .....	80
5.2.1 Deutsche Welle Brasil .....	81
5.2.2 Sites nacionais .....	83
5.3 AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA E O JORNALISMO AMBIENTAL DOS SITES DE ORIGEM ESTRANGEIRA .....	85
5.3.1 Deutsche Welle Brasil .....	88
5.3.2 BBC Brasil .....	92
5.3.3 El País Brasil .....	94
<b>6 APONTAMENTOS SOBRE OS ESTUDOS DE CASO</b> .....	98
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	110

<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALEXANDRE SCHOSSLER, DEUTSCHE WELLE .....</b>	<b>118</b>
<b>APÊNDICE B – ENTREVISTA COM FLÁVIA MARREIRO, EL PAÍS BRASIL ...</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE C – ENTREVISTA COM ALEXANDRE DE SANTI, THE INTERCEPT BRASIL .....</b>	<b>127</b>
<b>APÊNDICE D – ENTREVISTA COM CAIO QUERO, BBC BRASIL .....</b>	<b>134</b>

## 1 INTRODUÇÃO: o percurso acadêmico

Ao longo da última década, os nomes de empresas estrangeiras tornaram-se cada vez mais comuns no universo do jornalismo digital produzido do Brasil. Marcas tradicionais como o espanhol El País, ou novas, como o The Intercept, além de empresas públicas, como a britânica BBC e a alemã Deutsche Welle, instalaram-se em um país onde a mídia historicamente é controlada por poucas famílias, justamente num momento de grande efervescência política, de modo que as suas atuações constituem-se em um interessante objeto de pesquisa. Mas em quê a cobertura destes sites diferencia-se das produzidas pelas empresas tradicionais de comunicação em atuação no Brasil? É o que pretendemos responder ao longo desta tese.

A escolha do objeto de pesquisa e o ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) deram-se em razão do desejo do pesquisador de voltar-se mais à pesquisa do jornalismo, em especial do jornalismo digital, após trabalhar com redes sociais digitais e o imaginário na dissertação de mestrado. Nosso entendimento era de que o cenário propício à proliferação das *fake news* demandaria um olhar atento da pesquisa não apenas ao conteúdo postado na internet pelos não-jornalistas, mas também ao jornalismo que tem sido praticado neste contexto. Soma-se a isso o fato de trabalhar como jornalista na redação do jornal Correio do Povo e de, nesta condição, estar preocupado com a qualidade da informação que circula na rede. Nossa trajetória como jornalista tem início em 2004, ainda como estudante, de modo que foi possível acompanhar na prática toda a evolução do jornalismo digital nos últimos anos, passando pelo surgimento das redes sociais digitais e pelo avanço dos dispositivos móveis, o que só aumenta nosso interesse pelo tema.

O início dos estudos no doutorado, na Linha de Pesquisa Linguagens e Práticas Jornalísticas, sob orientação da professora doutora Beatriz Marocco, permitiu que nos aprofundássemos na discussão relacionada à crítica das práticas. O conceito de acontecimentalização, elaborado por Michel Foucault, foi particularmente útil para este trabalho. O pensador francês via neste termo a definição para a análise de um acontecimento em toda a sua complexidade, levando em conta as diversas arestas do poliedro de inteligibilidade.

O ponto de partida para a escolha do tema de nosso objeto de pesquisa foi a leitura de uma reportagem que abordava a reação dos veículos de comunicação nacionais à atuação dos sites de marcas estrangeiras. A Associação Nacional dos

Jornais (ANJ) decidira ingressar com uma ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF), contestando a presença destas empresas no Brasil, uma vez que são constituídas, em sua maior parte, de capital estrangeiro<sup>1</sup>. A ação, que até o momento não avançou dentro da Corte, deixou claro, no nosso entendimento, que as empresas estrangeiras eram vistas como concorrentes pela entidade que representa os jornais brasileiros.

Inicialmente, nossa proposta era abordar a cobertura que tais sites realizaram do caso JBS – como ficou conhecido o episódio da delação premiada do empresário Joesley Batista, dono do grupo J&S, que havia gravado uma conversa com o então presidente Michel Temer no Palácio do Planalto. Porém, ao analisarmos com mais profundidade os sites que seriam estudados, outras características chamaram a atenção. Em especial, a cobertura que era destinada a assuntos de interesse nacional, como a questão indígena, a memória da escravidão, a crítica de mídia, a defesa do meio ambiente, entre outros pontos em comum entre os diversos sites estrangeiros que atuam no Brasil. Alguns destes aspectos foram explorados em trabalhos acadêmicos apresentados em congressos e publicações ao longo dos últimos dois anos (BOATINI JÚNIOR, 2018; BOATINI JÚNIOR, 2019; BOATINI JÚNIOR, 2020).

Desta forma, o entendimento passou a ser de que a análise não deveria ficar restrita a um único episódio, dada a riqueza e diversidade do objeto de estudo. Nosso questionamento principal passou a ser: como estes sites cobrem temas que sofrem com a invisibilidade no cotidiano da mídia nacional?

Esta tese é desenvolvida em um cenário de proliferação das chamadas *fake news*, ou simplesmente notícias falsas, que têm atraído de forma significativa a atenção do campo da Comunicação nos últimos anos – especialmente após a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018<sup>2</sup>. Muito tem se falado sobre os motivos que levam as pessoas a acreditar em notícias falsas e o que devemos fazer para combatê-las. Porém, também deve-se pensar sobre o tipo de jornalismo que está sendo feito. Trata-se de um jornalismo conectado com a sociedade?

“Não me preocupa o monte de bobagem na internet o tempo todo”, escreveu Carlos Eduardo Lins da Silva em texto de 2015. “O que me preocupa são os veículos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/10/1827214-anj-vai-ao-supremo-para-que-sites-respeitem-limite-ao-capital-estrangeiro.shtml>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

<sup>2</sup> A revista *Fronteiras – Estudos Midiáticos* publicou a esse respeito, na edição de maio/ago. 2021, o dossiê *Desinformação em Plataformas Digitais no Contexto da Pandemia*, tendo como editores convidados Carlos d’Andréa (UFMG) e Ronaldo Henn (Unisinos). Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/issue/view/868>>. Acesso em: 1º/02/2022.

jornalísticos afrouxarem técnicas, códigos e métodos, por conta das dificuldades econômicas que têm enfrentado”<sup>3</sup>.

Embora muitos tenham sido levados a crer que as *fake news* demonstrariam o valor do jornalismo e das técnicas de apuração, sabemos que na prática não é o que tem ocorrido. Não é de hoje que os veículos de comunicação se deparam com dificuldades de receita. Em 2018, a assinatura digital até aumentou, mas não o suficiente para superar a queda de assinantes de veículos impressos. A boa notícia é que, após um período de estagnação e redução de investimentos, algumas iniciativas independentes têm ajudado a garantir uma maior diversidade ao cenário do jornalismo digital no Brasil. Indo mais além, nota-se que a ideia de instantaneidade — com a qual nasceram os sites jornalísticos — vem aos poucos sendo sobreposta por um jornalismo mais analítico e investigativo.

Será que o jornalismo tem feito o bastante nesta disputa para reconquistar o público? Afinal, também podemos presumir que o compartilhamento das *fake news* está relacionado à perda de confiança nos veículos de comunicação “tradicionais”. Mesmo assim, a reação destes veículos, em muitos casos, é utilizar o combate às notícias falsas para tentar recuperar a credibilidade, como atestam algumas peças de publicidade do setor<sup>4</sup>. Desta forma, o jornalismo assume um pretense discurso da verdade, ao invés de admitir ao público que oferece uma visão de mundo.

No caso dos sites jornalísticos estrangeiros, entre os eventos que atraíram a atenção de tais empresas estão os protestos de julho de 2013 e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016. O espanhol El País, por exemplo, notou que durante as manifestações de 2013 aumentou o acesso de brasileiros ao site do periódico europeu. A redação brasileira do jornal que se considera “global” foi instalada em dezembro daquele ano. O The Intercept Brasil, por sua vez, surgiu justamente durante o processo de impeachment, ao abordar o episódio de forma crítica em suas primeiras publicações. Por terem sido criados nos últimos anos, estes sites acompanharam de perto também a cobertura de casos como a operação Lava Jato, a delação da JBS e a eleição de 2018, com a consequente ascensão de Jair Bolsonaro. Deste modo, entendemos tratar-se de um objeto rico para a pesquisa sobre jornalismo digital.

---

<sup>3</sup> Revista de Jornalismo ESPM, out./dez. 2015. p. 60.

<sup>4</sup> Nos últimos anos, a Associação Nacional de Jornais (ANJ) tem publicado em seus veículos afiliados diversas peças publicitárias que visam chamar a atenção para a pretensa credibilidade dos jornais e o risco de se acreditar em *fake news*.

Seis sites jornalísticos surgidos neste período com diferentes origens foram identificados pela pesquisa: El País Brasil (Espanha), Deutsche Welle Brasil (Alemanha), The Intercept Brasil (Estados Unidos), Vice News Brasil (Estados Unidos), Huffington Post Brasil (Estados Unidos) e BuzzFeed News Brasil (Estados Unidos). O site da BBC Brasil (Reino Unido) difere-se dos demais por ter sido inaugurado em 1999. Durante o período em que esta pesquisa esteve em curso, entre 2018 e 2022, quatro destes sites anunciaram o encerramento de suas atividades, o que comprova a instabilidade do cenário da comunicação no Brasil. São eles: El País Brasil, Vice News Brasil, Huffington Post Brasil e BuzzFeed News Brasil. A análise que nos propomos a desenvolver nesta tese estará centrada nos três veículos restantes (Deutsche Welle Brasil, BBC Brasil e The Intercept Brasil) e no El País Brasil, que foi o último veículo a anunciar o encerramento de suas atividades, em dezembro de 2021, quando este trabalho já encontrava-se em fase de conclusão.

Isso não significa que os sites estrangeiros sejam os únicos a praticar um jornalismo mais analítico. Boas experiências surgiram nos últimos anos no Brasil, fora dos grandes grupos de comunicação. Entre os principais exemplos estão a Agência Pública, o Nexo, o JOTA e o Congresso em Foco. O cenário vai ao encontro do que afirma o pesquisador Ramón Salaverria, ao referir-se ao panorama dos países ibero-americanos:

Además, en muchos casos la aparición de medios en Internet, en especial los nativos digitales, ha sido fruto precisamente de la voluntad de divulgar información que, de otro modo, no habría sido comunicada por los organismos públicos e incluso por buena parte de los medios tradicionales, sometidos con frecuencia a clientelismos políticos y connivencias empresariales. (SALAVERIA, 2016, p. 32).

O interesse pela atuação dos sites estrangeiros é crescente na pesquisa acadêmica do campo da comunicação, o que não poderia ser diferente em se tratando de um fenômeno com impacto significativo nos processos produtivos do jornalismo brasileiro. Embora a comparação entre sites estrangeiros e nacionais seja uma tendência na pesquisa sobre o tema, a revisão bibliográfica nos permitiu observar que ainda há lacunas a serem preenchidas.

A busca pelos termos “sites estrangeiros” e “mídia estrangeira” no sistema Ebscohost, da Biblioteca da Unisinos, resultou em alguns poucos trabalhos que faziam referência à cobertura que veículos estrangeiros realizaram sobre o Brasil, porém para o público dos países de origem. Tais trabalhos, portanto, tinham como objetivo

abordar a representação do Brasil no exterior, algo distante do que pretendemos desenvolver em nossa pesquisa, que enfoca a cobertura realizada por veículos estrangeiros, mas voltada ao público brasileiro, em português.

Uma gama maior de trabalhos foi encontrada a partir da pesquisa pelo nome dos sites Deutsche Welle Brasil, The Intercept Brasil e El País Brasil. Como estes sites instalaram-se no Brasil nos últimos nove anos, todos os artigos relacionados foram publicados neste período de tempo. Um fator importante que cabe ser mencionado é o fato de que alguns destes artigos se propõem a desenvolver uma comparação entre o veículo com origem no exterior e a imprensa nacional, algo semelhante ao que nos propomos em nosso projeto de pesquisa.

Um dos artigos encontrados que se encaixam neste perfil é “O jornalismo como elo entre nações: a construção da notícia na Deutsche Welle Brasil”, de Maximiliano Martin Vicente e Augusto Junior da Silva Santos (2016). O objetivo dos autores foi verificar como as notícias da versão brasileira do site alemão são criadas. Mais precisamente, os autores visam identificar as particularidades do processo de produção da notícia, especialmente relacionadas à proposta da empresa alemã de oferecer a outros países uma “perspectiva alemã sobre os fatos”, além de divulgar a cultura do seu país de origem. Collar e Silveira (2020) analisaram veículos de origem internacional instalados no Brasil, não apenas no formato digital, aí incluindo o impresso *Le Monde Diplomatique Brasil* (francês). O estudo apontou o êxito alcançado por tais iniciativas, “indicador do esgotamento da cobertura realizada por empresas nacionais”.

Entre os veículos que se enquadram no perfil de sites estrangeiros voltados ao público brasileiro, a BBC Brasil é o que possui o maior número de ocorrências no Portal de Periódicos da Capes. São 122 artigos com o nome exato do site da companhia pública inglesa. Porém, a maior parte refere-se a coberturas específicas do site sobre determinados assuntos. Ou então apenas cita reportagens do portal para embasar posicionamentos.

Pudemos perceber, no entanto, que há um bom número de monografias de graduação recém-concluídas e trabalhos acadêmicos (teses, dissertações) em andamento que também fazem uma relação entre veículos locais e “estrangeiros”.

O surgimento dos sites estrangeiros no Brasil ocorre num momento de crise no jornalismo. Nos últimos anos, diversas publicações anunciaram o seu fechamento no Brasil. Um caso emblemático é a crise enfrentada pela Editora Abril ao longo da última década, que culminou com o encerramento de diversos títulos. Para Christofolotti

(2019), trata-se de uma crise financeira, mas também política, existencial, de ética, de credibilidade, de governança e de gestão.

No jornalismo, como em outros universos, a crise é complexa, multifacetada e dinâmica. Nas últimas décadas, ela tem se materializado na queda das tiragens dos jornais, extinção de revistas, diminuição das audiências na televisão, demissão de profissionais e o consequente enxugamento das redações. Observamos também o desaparecimento de veículos e a falência de empresas, o abandono de algumas práticas e o desvio de funções antes consideradas constitutivas ao gesto de informar. (CHRISTOFOLETTI, 2019).

Ao mesmo tempo, o jornalismo passa a ser apenas mais um entre tantos produtos disponíveis ao público. Autores como Kovach e Rosenstiel (2014) apontam que o papel do jornalismo como mediador é relativamente menor do que já foi no passado.

Certainly, the notion of the press as a gatekeeper – deciding what information the public should know and what it should not – no longer defines journalism’s role. If the New York Times decides not to publish something, one of countless other websites, talk radio hosts, social media networks, blogs, or partisans will. The rise of Facebook and Twitter, not to mention organizations such as WikiLeaks, has transformed the essential equation of news – how information becomes public – from “one to many” to “many to many”. (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 25)<sup>5</sup>.

A discussão sobre o tipo de jornalismo produzido pelos sites analisados neste trabalho se dá num contexto em que pairam zonas de sombra sobre determinados assuntos na imprensa hegemônica nacional, controlada por poucas famílias. Dent (2008) afirma que as técnicas externas de gestão estão relacionadas à capacidade dos jornalistas de negar aos outsiders a oportunidade de serem ouvidos, em função do que elas dizem ser “proibido”. Isso contribui para que alguns temas estejam fora ou sejam abordados de maneira superficial pelo noticiário dos grandes veículos, ao mesmo tempo em que encontram respaldo em veículos menores ou com sede fora do país.

---

<sup>5</sup> Certamente a noção da imprensa como gatekeeper, decidindo que tipo de informação o público deve ou não saber, não mais define o papel do jornalismo. Se o New York Times decidir não publicar algo, uma das incontáveis páginas, apresentadores de rádio, redes de mídias sociais, blogs ou militante o fará. A ascensão de plataformas como Facebook e Twitter, sem contar organizações como o Wiki Leaks, transformação a equação essencial da notícia – como a informação será publicada – do “um para muitos” para “muitos para muitos” (tradução nossa).

As pesquisas sobre jornalismo de internet evoluíram de forma significativa ao longo dos últimos 20 anos (BARBOSA, 2016). Um dos destaques, neste sentido, é o Simpósio Internacional de Ciberjornalismo, que ocorre anualmente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Um marco na pesquisa sobre o tema na área da pós-graduação foi a criação do Grupo de Pesquisa em Jornalismo On-line (GJOL), em 1995, na Universidade Federal da Bahia. Entre os eventos científicos que incluíram o tema em suas programações estão ainda os congressos promovidos pela Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós), pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e pela Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura (ABCiber).

Se o jornalismo digital é uma modalidade de jornalismo ainda em construção, naturalmente “a investigação em torno desta variante deu ao longo destas duas décadas seus primeiros passos”, como adverte Salaverría (2016). No nosso entendimento, o jornalismo digital ocupa dentro dos eventos acima citados um espaço que consideramos marginal. Não há grupos de trabalho específicos para a abordagem dos conteúdos jornalísticos produzidos para a rede. Na Compós, por exemplo, o tema está inserido no grupo Comunicação e Cibercultura, que, conforme enunciado no site da entidade, “agrega pesquisas sobre as atuais formas de produção, consumo, armazenamento e distribuição de dados digitais”, além da correlata performatividade algorítmica em interfaces com os atuais problemas relacionados à comunicação e cultura contemporâneas. O Intercom tampouco conta com um grupo de pesquisa destinado especificamente ao jornalismo feito para a internet. Isso apesar de haver grupos destinados a outras mídias, como jornalismo impresso, telejornalismo e rádio, mídia sonora e cinema. Na SBPJor (encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo), nota-se um número pequeno de trabalhos relacionados ao tema nos Anais do Congresso realizado em 2018. Pode-se constatar, portanto, que a representatividade do jornalismo de internet nos principais congressos de comunicação do país está aquém da importância que este segmento ganhou nos últimos anos.

A partir destas inquietações, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: como os sites internacionais em atuação no Brasil dão a ver as possíveis zonas de sombra que permanecem na mídia brasileira, considerando-se suas práticas e coberturas? Do mesmo modo, estabeleceu-se como objetivo geral dessa pesquisa a seguinte formulação: identificar e analisar os elementos das coberturas e das práticas

dos sites internacionais que estabeleçam conexões mais complexas nos acontecimentos narrados.

Como objetivos complementares, definiu-se os seguintes itens: compreender o funcionamento dos sites, o ambiente de negócios e as condições de produção; entrevistar os sujeitos da produção, compreender as práticas deste sujeito e que sujeito é esse que opera de outro modo com os acontecimentos; compreender como os acontecimentos são relatados; apontar as lacunas do jornalismo nacional; e compreender o contexto em que operam.

Esta tese foi produzida com base na bibliografia pesquisada, nas reportagens de sites estrangeiros analisadas e nas entrevistas com editores de alguns destes veículos. No segundo capítulo, iremos abordar a metodologia escolhida para esta pesquisa – neste caso, a articulação entre estudo de casos múltiplos e a análise de cobertura jornalística – e a sua utilização no aporte dos dados. No terceiro capítulo, faremos um apanhado sobre as teorias do acontecimento até chegarmos ao conceito de acontecimentalização, de Michel Foucault, que embasa o referencial teórico deste trabalho, além da abordagem sobre os acontecimentos invisíveis para o jornalismo brasileiro e as diferenças entre jornalismo mosaico *versus* jornalismo sistema. O quarto capítulo será dedicado ao contexto em que as iniciativas de jornalismo digital estrangeiras chegaram ao país, enumerando quais são as empresas atuantes e detalhando o funcionamento delas por meio das entrevistas com os editores. No quinto e capítulo iremos apresentar os três estudos de caso: o primeiro dedicado à análise da cobertura do El País Brasil para o Acampamento Terra Livre, o segundo à repercussão dos 130 anos de publicação da Lei Áurea e o terceiro sobre a cobertura das queimadas na Amazônia, em agosto de 2019. O sexto capítulo será dedicado aos apontamentos sobre os nossos objetos de pesquisa.

## **2 METODOLOGIA: estudo de casos múltiplos e análise de cobertura jornalística**

A pesquisa articula dois métodos distintos: o estudo de caso e a análise de cobertura jornalística.

Adaptado da tradição médica, o estudo de caso busca explicar a dinâmica de determinado fenômeno a partir de um único caso. Ao analisar uma comunidade ou organização, o cientista social utiliza-se do método de observação participante, muitas vezes relacionado com outros métodos, como é a entrevista. Segundo Becker (1997),

a observação possibilita ao pesquisador o acesso a uma ampla quantidade de dados, muitos dos quais podem nem ter sido inicialmente previstos.

Yin (2005) observa que os estudos de caso podem apresentar projetos de caso único ou de casos múltiplos. Esse último é a metodologia adotada para a execução deste trabalho. Cabe, portanto, acionar as lógicas transversais que nos fazem compreender as dimensões em que cada caso se realiza. As técnicas a serem adotadas para a execução desta pesquisa são a entrevista com jornalistas, a leitura crítica de reportagens, a comparação com as mídias nacionais e a análise centrada no acontecimento – mais especificamente na tensão entre invisibilidade e acontecimentalização.

Becker (1997) ressalta que, diferente do que ocorre com experimentos em laboratório, concebidos para testar uma ou poucas hipóteses, o estudo de caso lida com uma grande variedade de problemas, tanto teóricos quanto descritivos. Desta forma, os fenômenos observados devem ser incorporados ao relato e posteriormente receber atribuição de relevância teórica.

Ao mesmo tempo em que considera utópico “descrever e descobrir a relevância teórica de tudo” (BECKER, 1997, p. 119), o autor ressalta que o investigador costuma se concentrar em alguns dos problemas identificados, que parecem mais importantes dentro de um contexto.

Entre as técnicas de coleta e análise de dados, que possibilitam o engajamento do investigador em várias atividades diferentes, Becker cita as técnicas de observação, que em alguns casos permite a sua participação na comunidade objeto de pesquisa, enquanto em outros isso não é aconselhado. As observações, após serem feitas, são registradas o mais breve possível. A técnica pode utilizar-se de mapas de localização de pessoas e transcrições literais das conversações (BECKER, 1997).

Um problema citado por Becker, ao qual o pesquisador deve estar atento, é a questão do *bias* (viés). Consiste em tentar evitar “ver apenas as coisas que estão de acordo com suas hipóteses implícitas ou explícitas” (BECKER, 1997, p. 120). Trata-se de um elemento que deve ser levado em conta sobretudo em observações de longo prazo, em que o observador acaba desenvolvendo laços de amizade com a comunidade objeto de estudo. Segundo Becker, o *bias* pode ser evitado “reproduzindo cuidadosamente um relato completo de todos os eventos observados” (BECKER, 1997, p. 121), além da busca por todas as variedades de eventos, fazendo

observações em momentos diferentes do dia, e formulando “hipóteses tentativas”, posteriormente procurado por casos negativos.

Quanto aos tipos de dados, conforme Becker (1997), o investigador não se limita apenas à observação, de modo que a entrevista aos membros do grupo também faz parte do processo. Cabe ainda ao observador estar atento a qualquer tipo de incidentes definidos como conflituosos pela organização em estudo, bem como levar em conta as nuances da linguagem, como os sentidos incomuns dados a palavras normais. O autor ressalta ainda a utilidade de se coletar documentos e estatísticas, como minutas de reuniões e relatórios anuais, que podem possibilitar um histórico útil das ações de determinado grupo.

Braga (2011a) observa um número significativo de estudos de caso nos eventos da comunicação, embora haja poucas reflexões sobre o seu sentido epistemológico ou indicações metodológicas derivadas de pesquisas da área. Conforme o autor, isso leva ao risco de que alguns aportes não se realizem plenamente. Um "desvio", por exemplo, ocorre quando o caso estudado serve somente para confirmar uma teoria pré-concebida pelo investigador. Outro exemplo é quando se observa apenas a apreensão empírica da coisa singular, o que evidencia uma ausência de avanço de conhecimento.

Os estudos de caso, segundo o autor, parecem ser direcionados a pelo menos quatro finalidades: a) gerar conhecimento rigoroso e diversificado sobre uma pluralidade de fenômenos intuitivamente percebidos como de interesse para a área; b) assegurar elementos de articulação e tensionamento entre situações de realidade e proposições abstratas abrangentes prévias; c) gerar proposições de crescente abstração a partir de realidades "concretas", pela lógica própria dos processos indiciários; e d) caracterizar-se como âmbito de maior probabilidade de sucesso no desentranhamento de questões comunicacionais relacionadas ao fenômeno "em sociedade" (BRAGA, 2011a, p. 77).

Braga (2011a, p. 82) ressalta que, da mesma forma que uma visão empiricista que pretendesse extrair conhecimento "a olhos nus" não iria muito além de descrições superficiais, chegar ao caso rigidamente aparelhado de "teorias irremovíveis" tampouco representaria avanços. Ao mesmo tempo, nada impede que o objeto possa desafiar a teoria nos âmbitos do concreto.

Mais do que "aplicar" teorias e conceitos para apreender, categorizar ou "explicar" completamente um objeto ou situação empírica, trata-se

de "problematizar" o caso em estudo a partir dos fundamentos adotados. Este é o tensionamento do objeto pela teoria. Se determinados conceitos, premissas, hipóteses forem adotadas, que desafios e questões dirigem a esse tipo de caso? (BRAGA, 2011a, p. 82).

Na análise do nosso objeto, levaremos em conta o conceito de dispositivo, expressão utilizada em diversas áreas do conhecimento e com sentidos variados. A variedade de aplicações inclui os dispositivos de percepção, de mediação, de aprendizagem, de conhecimento, de regulação, cênicos e de interação, segundo Braga (2011b). Conforme o autor, os dispositivos de interação:

[...] são espaços e modos de uso, não apenas caracterizados por regras institucionais ou pelas tecnologias acionadas; mas também pelas estratégias, pelo ensaio-e-erro, pelos agenciamentos táticos locais – em suma – pelos processos específicos da experiência vivida e das práticas sociais. (BRAGA, 2011b, p. 11).

O mesmo autor observa que estudar estes dispositivos, que não são necessariamente espaços físicos, corresponde a descobrir lógicas internas e históricas do arranjo elaborado.

Como aspectos do observável relacionados a este dispositivo – no nosso caso, os veículos de comunicação em estudo: The Intercept Brasil, BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil e El País Brasil –, podemos citar a atuação da imprensa estrangeira e da mídia nacional hegemônica; a primeira preenchendo os vazios deixados pela segunda no campo da informação; além da já citada observância de preceitos considerados básicos ao bom jornalismo, o resgate da trajetória destes grupos de comunicação (inclusive fora do Brasil), a consolidação da mídia hegemônica no universo do jornalismo de internet, e o embate jurídico entre estes dois campos distintos.

Como processos bem estabelecidos do objeto em estudo, destaca-se o crescimento dos sites estrangeiros em um momento em que o investimento em jornalismo de internet no Brasil perde força e a crescente participação de grupos midiáticos estrangeiros nas discussões sobre temas de interesse nacional. O modelo tradicional de negócios das empresas jornalísticas, baseado nos anúncios publicitários, já não se sustenta mais, uma vez que plataformas como Facebook e Google passaram a abocanhar a maior parte dos investimentos na mídia digital (SILVEIRA, 2016).

Um aspecto inovador no que se refere aos sites estrangeiros é a presença de uma crítica das práticas jornalísticas (MAROCCO; ZAMIN, 2021), algo ausente nas

publicações da mídia nacional. Temos o desafio, contudo, de comparar os graus de independência jornalística entre um e outro modelo, ou que pode ou não ser atestado pela presença de propaganda institucional dos governos nos veículos nacionais.

A presença destes sites no Brasil só é viabilizada graças a outros macrofenômenos, como a ascensão da internet, a pretensa desterritorialização do espaço público e os consequentes novos arranjos sociais e de circulação de informações. Portanto, ao olharmos para o nosso objeto, cabe nos perguntarmos não apenas o que dizem as reportagens publicadas por estes sites, mas como se constituiu a sua formação como contraposição (ou complemento) à mídia hegemônica nacional, quais as suas lógicas, estratégias etc. Esses arranjos e lógicas do jogo são a dinâmica central do dispositivo no modelo foucaultiano (BRAGA, 2011). Entendemos que somente a partir de uma visão mais ampla sobre o fenômeno conseguiremos responder à pergunta inicial de modo satisfatório.

Embora tenha sido usado cada vez mais para denominar os dispositivos técnicos (BRAGA, 2019), o conceito de dispositivo em Foucault está inserido nas reflexões que o filósofo francês fez acerca do poder, porém apresenta característica multilinear. Para Foucault, o poder não é uma força unidirecional, que é imposta de cima para baixo, mas sim algo que está presente em todas as ramificações da sociedade. O termo dispositivo designa as estratégias e formas de assujeitamento utilizadas pelo poder. Assim, o filósofo refere-se, por exemplo, a “dispositivos de poder”, “dispositivos de saber”, “dispositivos de sexualidade”, etc. O conceito revela-se mais abrangente que a noção de episteme, dispositivo especificamente discursivo que o francês aborda em “As Palavras e as Coisas”. Em síntese, Foucault define o dispositivo como sendo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

O conceito que Foucault apresenta é mais complexo e amplo do que a noção de episteme, que é mais especificamente discursiva, enquanto o dispositivo é discursivo e não discursivo.

Ao se debruçar sobre a noção foucaultiana de dispositivo, Braga (2019) afirma que, em uma sociedade complexa, não cabe isolar dispositivos como se fossem

situações distintas, com fronteiras demarcadoras. As distinções são feitas, segundo o autor, "pelo enfoque do pesquisador no problema de investigação que elabora" (BRAGA, 2019, p. 87). Malgrado o que considera uma ênfase excessiva no "dispositivo pronto", Braga (2019) afirma ser necessário dar atenção ao ângulo investigativo do modelo foucaultiano, que trata dos processos históricos e antropológicos da gênese de cada dispositivo.

Com efeito, Marcello (2004) afirma que trabalhar com o conceito de dispositivo não significa trabalhar com uma estrutura fechada, mas sim "com aquilo que é da ordem do imprevisível, da ordem da criação: o acontecimento" (MARCELLO, 2004, p. 211).

## 2.1 ESTUDO DAS PRÁTICAS

O estudo das rotinas jornalísticas tem sido feito há mais de 50 anos, abrangendo pesquisas sobre os jornalistas, fontes, instituições, ideologias dominantes e o profissionalismo que cerca a atuação das mídias. A análise destas rotinas proporciona uma visão dos atos repetitivos do desempenho destes profissionais, possibilitando interrogar a prática a partir de uma abordagem crítica. Desta forma, autores como White (1999), Breed (1999), Gans (1980) e Molotch e Lester (1999) conduziram seus estudos, sobre temas como a ação do *gatekeeper*, o profissionalismo jornalístico e a relação com as fontes, entre outros.

Segundo Marocco (2019), procedimentos de controle e prêmios e recompensas regulam internamente o regime de produção de discursos e tudo o que é concebido, produzido e visibilizado nas mídias. A autora ressalta que os meios de comunicação têm atribuído a si as funções de defesa da liberdade de expressão e da vigilância do poder público, porém há múltiplas zonas de sombra por onde não há possibilidade de trânsito. Aí incluem-se a adoção de critérios para seleção de acontecimentos, fixação de lugares discursivos específicos, adoção de normas universais, regulamentos próprios etc.

O crescente interesse do campo acadêmico pelo estudo da prática jornalística e das relações de poder nas mídias pode ser observado nas obras de Bourdieu (1977), Giddens (1979) e Latour (2005), autores que em diferentes graus consideram a interferência do poder no âmbito da prática (MAROCCO, 2019). Lashmar (apud MAROCCO, 2019) destaca o papel de fontes alternativas e testemunhas oculares na

cobertura que o jornal on-line Independent on Sunday fez para os atentados de 7 de julho de 2005 em Londres.

Pesquisa executada por Marocco (2019) por meio de questionário enviado a jornalistas de todo o país tornou possível constatar que a redação pode ser vista como um espaço de controle das fronteiras do saber. É neste ambiente que os repórteres adquirem a competência relacionada à orientação no processo produtivo e às normas existentes no exercício dessa profissão.

Neste sentido, poder-se-ia afirmar que as práticas em seu funcionamento, exploradas pela ação teórica que foi empreendida com base na conjunção da memória do pesquisador, dos conceitos foucaultianos e das ideias dos repórteres capturadas em seu lugar de pertença, a redação, se insinuam como uma instância para a compreensão do jornalismo que se diferencia de outras linhas já percorridas pela pesquisa da profissão e das rotinas profissionais. (MAROCCO, 2019, p. 28).

Ryfe (2018) enumera quatro elementos da teoria das práticas, partindo de autores como Bourdieu, Giddens e Latour. São eles: a prática, a performance, o ambiente e a ordem e a mudança.

É necessário que deixemos clara a diferença entre crítica à mídia e crítica das práticas jornalísticas. A crítica das práticas jornalísticas está relacionada ao “reconhecimento do presente” (MAROCCO, 2019). Esse tipo de crítica, no qual está inserido o livro de repórter (idem), é caracterizado pela tentativa de apontar lacunas de informação, enquanto a crítica de mídia ocupa-se, de forma mais ampla, da preocupação com a economia política e a concentração da mídia.

Foucault (1990) cita entre os diferentes tipos de crítica a “empreitada kantiana”, as atividades polêmico-profissionais e o que ele chama de “atitude crítica”, essa última baseada em “uma certa relação com o que existe, com o que se sabe, o que se faz, uma relação com a sociedade, com a cultura” (FOUCAULT, 1990, p. 1-2). Marocco (2018) identifica a existência de tipos singulares que podem estar situados entre a crítica polêmico-profissional e a crítica como reconhecimento do presente. São eles a crítica produzida por jornalistas, tendo como referência o próprio saber jornalístico, e a crítica exógena, ou seja, produzida por outros campos teóricos sobre o jornalismo.

No caso da crítica polêmico-profissional, o exemplo mais notável é a criação da figura conhecida como ombudsman, que no Brasil é adotada pelo jornal Folha de S. Paulo. O profissional encarregado desta seção conta com espaço semanal para analisar a cobertura feita pelo periódico, muitas vezes suscitado pelo comentário de

leitores. O modelo, porém, é alvo de críticas por sua leniência com a empresa (MAROCCO, 2018).

No Brasil, o jornalista Alberto Dines (2018) é considerado o pioneiro do *media criticism*, por meio da coluna dominical “Jornal dos Jornais”, publicada na Folha de São Paulo, que estreou no dia 6 de julho de 1975. O espaço causou grande sucesso de público, mas era malvisto pelos dirigentes ou intermediários da imprensa (DINES, 1982). A coluna foi encerrada em 1977. Em maio de 1980, Dines lançou o “Jornal da Cesta”, no Pasquim, inspirado numa frase que atribuía a Shakespeare: “o mais importante da história do jornalismo não é o que sai nos jornais, mas o que vai para a cesta”.

## 2.2 ENTREVISTAS

Bourdieu (2006) fala da “ilusão biográfica” para suspeitar das histórias contadas de forma oral, enquanto Giddens (2009) observa que, ainda que as atitudes manipulatórias dos atores a respeito de suas atividades tenham preocupado os cientistas, esse é um problema menor frente às “áreas cinzentas” (p. 5) que existem entre os dois estratos de processos inacessíveis à consciência discursiva dos atores.

Segundo Marocco (2018), a entrevista como metodologia de acesso às práticas pode ser usada como ferramenta central, engendrando um espaço autônomo, em que se desenha “um entendimento teórico das bases de sua própria atividade” (p. 9). Do analista, espera-se, por sua vez, que seja projetada nele a posição de jornalista, com a qual ele torna-se um jogador que conhece as regras da prática a ponto de saber conduzir a entrevista.

A entrevista qualitativa é uma metodologia de coleta de dados amplamente utilizada nas ciências sociais empíricas (GASKELL, 2008). Conforme o autor, a pesquisa qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação, partindo do pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas, mas sim ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, sob condições as quais elas não estabeleceram.

De acordo com Gaskell (2008), a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e dos grupos sociais é condição *sine qua non* da entrevista qualitativa, o que irá contribuir para um número de diferentes empenhos na pesquisa. A entrevista

também pode desempenhar um papel vital na combinação com outros métodos, algo semelhante ao que propomos fazer neste estudo.

No que tange à preparação e ao planejamento da entrevista, duas questões centrais devem ser observadas, segundo Gaskell (2008): o que perguntar (a especificação do tópico guia) e a quem perguntar (como selecionar os entrevistados). A delimitação do tópico guia deve estar baseada na combinação entre uma leitura crítica da literatura apropriada, um reconhecimento do campo, discussões com colegas experientes e algum pensamento criativo. O sucesso na sua definição irá representar um referencial fácil e confortável para uma discussão. Além disso, funciona como um esquema preliminar para a análise de transcrições (idem). Em que pese a sua importância, Gaskell (2008) adverte que o tópico guia deve ser utilizado, como o título sugere, como um guia, e não por meio de uma relação de extrema dependência.

Quanto à seleção dos entrevistados, o autor observa que, na pesquisa qualitativa, a prática se difere do que é utilizado na pesquisa quantitativa. Afinal, como ele afirma, a finalidade aqui não é contar opiniões ou pessoas, mas sim explorar o espectro de opiniões e as diferentes representações sobre o assunto em questão. Independentemente dos critérios utilizados para a seleção das pessoas a serem entrevistadas, os procedimentos e as escolhas devem constar em um relatório a ser elaborado pelo pesquisador (GASKELL, 2008). Os passos seguintes à realização da entrevista são a transcrição e a análise do corpus do texto.

Becker e Geer (1957 apud GASKELL, 2008), apontam limitações ou falhas com respeito à entrevista qualitativa, relacionadas ao fato de que o entrevistador apoia-se "na informação do entrevistado no que se refere às ações que ocorreram em outras circunstâncias do espaço e tempo" (GASKELL, 2008, p. 72). Tais limitações podem levar o pesquisador a fazer falsas inferências com base na fala do entrevistado. Em contrapartida, na observação participante o pesquisador encontra-se aberto a uma maior amplitude e profundidade de informações. Embora as limitações sejam reconhecidas, Becker e Geer (1957 apud GASKELL, 2008) não consideram que isso invalide a entrevista como método.

Gaskell (2008) acrescenta que as considerações de Becker e Geer (1957) acerca da entrevista apontam para o fato de que o entrevistador não deve aceitar nenhuma resposta como se fosse ponto pacífico, além da necessidade de sondar mais detalhes além daqueles que o entrevistado pode oferecer a uma primeira

pergunta e, por fim, compreender os mundos da vida dentro de um grupo de entrevistados a partir do acúmulo de informações obtidas (GASKELL, 2008).

### 2.3 ANÁLISE DE COBERTURA JORNALÍSTICA

As reportagens analisadas neste trabalho são abordadas a partir do protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística (SILVA; MAIA, 2011). Os estudos sobre jornalismo digital no país convivem com o desafio de um segmento em constante transformação. Um dos principais embates relacionados ao tema é se os mesmos conceitos aplicados ao jornalismo de modo geral podem ser aplicados a este campo específico. Faz-se necessário, no nosso entendimento, adaptar o estudo do jornalismo às ferramentas propiciadas pelas Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (NTICs), tais como o jornalismo de dados, a infografia, o acesso em dispositivos móveis, o webdocumentário etc., sem que, para isso, tenhamos de incorrer pelo caminho do determinismo tecnológico, lembrando que “a tecnologia em si não pode ser vista como o fator determinante para definir o profissional de convergência e a mudança no meio jornalístico”<sup>6</sup> (BARDOEL; DEUZE, 2001, p. 92).

Se, por um lado a ausência de menção aos métodos empregados é um empecilho, por outro, segundo Silva e Maia (2011), os acontecimentos publicados na imprensa podem ser investigados não apenas na narrativa produzida, mas também por meio das marcas do processo de produção que podem ser observadas no produto acabado. Com isso em mente, as autoras desenvolveram o protocolo de análise de cobertura jornalística, voltado a textos jornalísticos “impressos e informativos” (SILVA; MAIA, 2011, p. 26). O método encontra-se organizado em três níveis analíticos: 1º) marcas da apuração; 2º) marcas da composição do produto; e 3º) aspectos da caracterização contextual.

No primeiro item, serão analisados aspectos como a assinatura da reportagem (se trata-se de repórter local, correspondente, enviado especial etc.), local da apuração e origem da informação (quem são as fontes consultadas). No segundo nível, o pesquisador atém-se ao gênero jornalístico (nota, notícia, entrevista etc.), localização do texto no veículo e recursos visuais e adicionais. A terceira categoria engloba a caracterização contextual da empresa jornalística, tanto com relação ao contexto interno da redação quanto ao contexto externo.

---

<sup>6</sup> No original: “[...] technology in itself cannot be seen as the determining fator in definid what professional convergence and overall change in journalism means” (BARDOEL; DEUZE, 2001, p. 92).

Segundo as autoras, o protocolo acima citado pode ser usado "para investigar como um determinado veículo estrutura a cobertura de assuntos em geral ou de acontecimentos específicos" (SILVA; MAIA, 2011, p. 32). No entanto, as próprias autoras reconhecem a limitação do método, dada "a dependência do grau de exposição do processo produtivo no texto" (p. 25).

A entrevista converteu-se em uma importante ferramenta metodológica para esta pesquisa. No capítulo 4, traremos entrevistas feitas com quatro jornalistas a respeito da atividade dos sites estrangeiros no Brasil. As entrevistas foram conduzidas por telefone (El País e The Intercept), e-mail (Deutsche Welle) e via aplicativo de vídeo (BBC Brasil), entre os meses de maio de 2020 e junho de 2021, e nos fornecemos pistas sobre elementos que não podem ser verificados observando-se apenas as publicações de tais sites. Além das entrevistas, a análise leva em conta os textos fundadores destes sites e a maneira como identificam a si mesmos.

A análise de cobertura jornalística foi utilizada no capítulo 5 desta tese, por meio da análise de reportagens publicadas pelos sites em estudo. Optamos por inserir na análise publicações dos sites BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil e El País Brasil<sup>7</sup> sobre temas que identificamos como recorrentes na cobertura destes veículos. Nossa análise também levou em conta as arestas do poliedro de inteligibilidade presentes nas reportagens investigadas, de modo observar em quais destes trabalhos estão evidenciadas as múltiplas dimensões do acontecimento. Especificamente no subcapítulo 5.2, procedemos com a comparação com sites nacionais na forma como estes veículos noticiaram o acontecimento 130 anos da Lei Áurea.

---

<sup>7</sup> Publicações do site The Intercept Brasil não foram incluídas na análise. Embora o site tenha características semelhantes aos demais quanto à sua origem no exterior, há diferenças fundamentais quanto à periodicidade das publicações, o que prejudicaria uma análise de cobertura jornalística.

### 3 TEORIAS DO ACONTECIMENTO

Um dos questionamentos com o qual a pesquisa em comunicação tem se deparado é se o jornalismo é capaz de dar conta da complexidade dos fenômenos sociais contemporâneos. Ao cair na armadilha da objetividade jornalística, herança do positivismo, os jornais estariam reduzindo o acontecimento e provocando o seu esvaziamento? O que a pesquisa tem demonstrado é que a comunicação ocupa um papel central como constituidora dos acontecimentos (SIMÕES, 2014). Neste contexto, algumas práticas parecem estar desviando o jornalismo do seu papel de mediação qualificada (HENN et al., 2019) e de esclarecimento dos cidadãos de acordo com o projeto iluminista (MORETZSOHN, 2007).

Para Morin (2008, p. 14), as ameaças de toda ordem enfrentadas pela humanidade no mundo contemporâneo resultam "de um modo mutilador de organização do conhecimento, incapaz de reconhecer e apreender a complexidade do real". A resposta da ciência, da política e da economia a uma sociedade onde os fenômenos estão cada vez mais interligados, segundo o autor, é a simplificação, o que ele afirma ter origem em Descartes.

Mas qual o papel do jornalismo em uma sociedade complexa? Os meios de comunicação certamente constituem-se em um elemento-chave desta sociedade, em que não há acontecimentos isolados, de modo que todos possuem causas e efeitos que podem ser reproduzidos em âmbitos muito distantes do lugar em que tenham origem (FONTCUBERTA, 2006).

Fontcuberta (2006) afirma que a análise de uma sociedade complexa implica pelo menos dois aspectos essenciais: abordar seu estudo a partir de uma perspectiva transdisciplinar e admitir uma dose de incerteza na hora de dar resposta aos problemas sociais. Apesar disso, as respostas fornecidas pelos meios de comunicação parecem caminhar em sentido contrário. "Puede hablarse de perspectiva transdisciplinaria cuando las redacciones de los diarios están rigidamente compartimentadas en áreas especializadas en distintos campos, com escasa o nula relación entre ellas?" (FONTCUBERTA, 2006, p. 34), questiona a autora.

De fato, para a autora, a narração da complexidade não tem sido um objetivo nem mesmo dos veículos impressos, que teriam mais condições de aprofundar os conteúdos noticiosos. "Si tenemos una sociedad compleja, necesitamos información compleja", afirma Partal (2002 apud FONTCUBERTA, 2006, p. 35).

En un mundo en que los avances científicos van muy por delante de la reflexión ética sobre sus aplicaciones; donde los conceptos de país/nación conviven con realidades supranacionales de alcance cada vez mayor, donde una persona ya no se define em términos de una sola identidad sino de varias, los medios deben producir una información suficiente para que el receptor pueda analizar y entender los distintos componentes de una realidad que siempre tendrá un lado oscuro. (FONTCUBERTA, 2006, p. 38).

Ao pegar emprestado o conceito de Edgar Morin sobre complexidade, Fontcuberta (2006), desde outra perspectiva, ressalta a necessidade de que, em uma sociedade complexa, o jornalismo seja feito a partir de uma perspectiva transdisciplinar, o que vai de encontro à forma como estão compartimentadas as redações dos grandes jornais. Diante deste contexto, a autora chega aos conceitos de jornalismo mosaico e sistema. O primeiro modelo está baseado em fatores como a fragmentação, a falta de contextualização, a simplificação, a distribuição dos conteúdos de forma aleatória e a preocupação maior com o dado do que com o significado.

Como contraponto ao jornalismo mosaico, a autora alerta para a necessidade de um jornalismo “sistema”, que constitui um novo paradigma necessário para entender a sociedade complexa. O conceito contesta o axioma jornalístico segundo o qual a notícia é sempre algo “novo, atual e de certa forma inesperado” (FONTCUBERTA, 2006, p. 42, tradução nossa), o que leva a um jornalismo que limita-se a descrever fragmentos de uma realidade.

Assim como a complexidade, a questão da contextualização no jornalismo tem sido abordada em estudos recentes, sobretudo no que se refere às potencialidades oferecidas pelas reportagens hipermídia. Inúmeros trabalhos já trataram de abordar a lógica da simplificação dos principais veículos de comunicação<sup>8</sup> (TRAQUINA, 2005; VENTURA, 2009; CUNHA, 2008; LÜCKMAN, 2020; JACOBINI, 2008). O cenário pode ser explicado, em parte, pela redução das redações jornalísticas ocorrida nos últimos anos e pela queda de investimento na atividade jornalística. Mas este não é o único motivo.

Medina (2008) entende que o jornalismo não ficou imune aos princípios doutrinários do positivismo enquanto Auguste Comte vocalizava as linhas mestras do cientificismo do século XIX. De acordo com a autora, as marcas epistemológicas herdadas do Discurso sobre o Espírito Positivo estão presentes no fazer cotidiano do

---

<sup>8</sup> Traquina (2005, p. 91) entende por simplificação “tornar a notícia menos ambígua, reduzir a natureza polissêmica do acontecimento”.

jornalista e na doutrina presente na formação universitária. Para sustentar essa afirmação, ela cita a tendência para diagnosticar o acontecimento social no âmbito da invariabilidade das leis naturais; a ênfase na utilidade pública dos serviços informativos; o tom afirmativo perante os fatos jornalísticos; a busca possessiva pela precisão dos dados; a fuga das abstrações; e a delimitação de fatos determinados.

Mesmo durante o processo de consolidação do jornalismo, a atividade já sofria a contestação dos intelectuais que criticavam seu caráter efêmero e superficial, que levava a uma degradação do saber em vez de contribuir para a educação do povo (MORETZSOHN, 2007). Meditsch (1997, p. 2) aponta um caminho intermediário ao afirmar que o jornalismo "tanto pode servir para reproduzir outros saberes quanto para degradá-los". Ao fixar-se na imediaticidade do real, o autor afirma que "o jornalismo opera no campo lógico do senso comum, e esta característica definidora é fundamental" (MEDITSCH, 1998, p. 31).

Moretzsohn (2007) acrescenta que a tentativa do jornal de apagar seu papel de mediador, dando a entender que o que interessa ao público também interessa à empresa jornalística, resulta na "simplificação do próprio jornalismo" (p. 134). Porém, para a autora, "não são os temas que são simples ou não, pois, a rigor, todos eles poderiam ser explorados em sua complexidade" (MORETZSOHN, 2007, p. 135).

Por sua vez, a obsessão pela objetividade jornalística reflete em práticas como o apelo à quantificação, o "ouvir os dois lados" e a utilização de aspas, entre outras (MORETZSOHN, 2007). Segundo a autora, a rejeição a este modo de pensar o noticiário não significa uma rejeição à razão, "mas a compreensão de que o conhecimento é um processo mediado pela subjetividade" (MORETZSOHN, 2007, p. 181).

A compartimentação do saber, portanto, é um elemento central para compreendermos o jornalismo da atualidade. A resposta da mídia a uma sociedade complexa não contempla o fato de que os fenômenos sociais parecem estar, de certa forma, interligados. A ilusão da objetividade e a busca pelo imediato conduzem à perda de potência do acontecimento no jornalismo, apostando em fórmulas que vão na contramão do que Fontcuberta (2006) classifica como jornalismo "sistema".

### 3.1 O ACONTECIMENTO

Em um número especial da revista *Communications* dirigido por Edgar Morin, em 1972, autores como Pierre Nora, Abraham Moles e Anthony Wilden revisitaram o conceito e marcaram o "retorno" do acontecimento (MOUILLAUD; PORTO, 2012).

A interpretação sobre o que é o acontecimento comporta diversas correntes do pensamento, que têm formulado o conceito com base em sua dimensão histórica ou midiática. Definir em poucas palavras um conceito tão caro às ciências sociais – e, particularmente, ao campo da comunicação – torna-se, portanto, uma tarefa desafiadora. Deste modo, iremos nos debruçar neste capítulo sobre diferentes autores que se dedicaram ao estudo do tema.

As definições sobre o tema vão desde as teorias do acontecimento, de autores como Rodrigues, Nora, Charaudeau e Pollak, até os conceitos de acontecimentalização, de Foucault, e de acontecimentalismo, de Deleuze.

Os estudos sobre a teoria do acontecimento nos permitem analisar a complexidade do fenômeno. O acontecimento é definido como algo que rompe a superfície lisa da história, num claro sinal de descontinuidade (RODRIGUES, 1993). Nora (1977, p. 245) observa que, nas sociedades contemporâneas, é somente através dos *mass media* "que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos". "Para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido", sentencia o autor.

A característica do acontecimento que sai da rotina, revelando a sua singularidade, mencionada por Rodrigues (1993), nos permite analisar o evento em discussão a partir de uma ótica bastante particular. No caso da temática indígena, contemplada por essa tese, trata-se de assunto que não costuma receber espaço na cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação do país. Desta forma, não é percebida enquanto acontecimento.

E, quando falamos em acontecimento e notícia, necessariamente devemos nos referir ao enquadramento que é dado ao fato. "Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular", segundo Charaudeau (2007, p. 131). Esse ponto de vista constrói um objeto dado como "fragmento do real" (CHARAUDEAU, 2007, p. 131). Deste modo, conforme o autor, aquilo que acreditamos ser a realidade empírica se trata, na verdade, de um real construído. Defender a possibilidade de desvelar essa "realidade ontológica oculta", conforme Charaudeau (2007, p. 131) seria "reviver um positivismo de má qualidade".

Ao tratar da memória coletiva, Pollak (1989) ressalta a sua relação com a história oral. Essa, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância das "memórias subterrâneas" (p. 4), em contraponto

à "memória oficial", ou memória nacional. Essa perspectiva, conforme o autor, deixa claro o caráter "destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional" (POLLAK, 1989, p. 4). A memória subterrânea, por seu turno, segue seu trabalho de subversão no silêncio, aflorando em momentos de crises e sobressaltos bruscos.

Ao citar os desdobramentos do expurgo da memória de Józef Stalin na antiga União Soviética, Pollak (1989, p. 5) fala da "irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente". Mesmo enfrentando o que o autor considera "doutrinação ideológica", as memórias subterrâneas permanecem vivas, transmitidas de uma geração a outra de forma oral, e não por meio de publicações.

O texto de Pollak (1989) nos ajuda a compreender que, bem mais do que a cobertura de um evento ligado ao povo indígena ou aos escravos libertos, que iremos analisar mais adiante, estamos diante de casos em que a memória não oficial se manteve viva, em contraponto à forma como era retratada pelos veículos oficiais e pela imprensa hegemônica. Essas lembranças proibidas ou indizíveis são, conforme o autor, "zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, p. 8).

Ao mesmo tempo, trata-se de um acontecimento singular porque evoca o passado, algo atrelado à própria identidade nacional, provocando uma ruptura. Da mesma forma, rememorar essa identidade indígena representa uma tentativa de chamar a atenção para os problemas ainda decorrentes da ocupação europeia no Brasil e no continente sul-americano – o que é agravado pelo fato, citado nas reportagens, de que o atual governo brasileiro adota uma postura de crítica à política indigenista em diversos aspectos.

Henn (2006) analisa a produção de extratos diferenciados de memória coletiva a partir de produções midiáticas consideradas periféricas. A análise ocorre no contexto da discussão sobre o direito à memória. A questão a que o autor se propõe a responder é: de que maneira esta memória proibida e clandestina imprime suas marcas na cena cultural midiaticizada.

Segundo o autor, os dispositivos midiáticos constituem-se atualmente em um lugar privilegiado para os agenciamentos que envolvem a memória coletiva e o enquadramento da memória. Isso porque as mídias armazenam informações que se convertem em fontes para a historiografia, assim como recuperam acontecimentos históricos, podendo dar a eles novos enquadramentos. Desta forma, considerando que o jornalismo é um participante ativo da construção social da realidade, é natural

pensá-lo como um grande produtor de memória coletiva. Na avaliação do autor, há grandes extratos de memória coletiva que são midiaticizadas de formas enviesadas, de modo que algumas delas habitam uma zona de silenciamento.

Ao abordar a questão do tempo como conceito central na produção da notícia, Antunes (2007) busca pensar o regime temporal que articula o discurso jornalístico e verificar em que medida as articulações entre as noções de passado, presente e futuro já não se fazem tão evidentes. O autor busca verificar se, em algum lugar da perspectiva teleológica, haveria um regime de "presentismo", de apologia do instante, regime em que a mídia conta com papel importante "ao produzir permanentemente certo tipo de equivalência entre tempo presente e atualidade" (ANTUNES, 2007, p. 27).

A hipótese do autor é de que a manifestação do presentismo estaria relacionada com a perda da faculdade de discernir critérios para associar a temporalidade ao relato jornalístico. Vitalis (2005) afirma que essa forma de presente no discurso da informação é marcada por um presente ofegante, fabricado e sobrecarregado. O autor observa que a relação intrínseca entre acontecimento e acontecimento jornalístico não os torna fenômenos equivalentes.

Para Arquembourg-Moreau (2003, p. 28), "um acontecimento é antes de tudo uma ruptura dentro de uma ordem de coisas". Sodré (1996; 2005) aponta que o acontecimento não marca uma ruptura, mas sim a produ o de um ponto rítmico na temporalidade cotidiana, que o acontecimento jornalístico  , quanto ao modo de ocorrência, um "fato marcado", aquele que   visado e capturado na teia dos critérios de noticiabilidade definidos pela prática jornalística.

Uma das questões que têm mobilizado os estudiosos do tema   a diferencia o a ser estabelecida entre o acontecimento jornalístico e o acontecimento em geral. Berger e Tavares (2010) alertam que não   possível pensar o acontecimento e suas afeta es sem se refletir sobre o processo de media o no qual ele está inserido.

Berger e Tavares (2010) abordam a existência de pelo menos dois tipos de acontecimentos, o experienciado no cotidiano e o jornalístico. O primeiro corresponde   emergência e às afeta es do acontecimento na realidade tangível e em suas reverbera es cognitivas, enquanto o segundo diz respeito   constru o do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento. Apesar das suas especificidades,   impossível separar os dois tipos de acontecimentos, segundo a autora, uma vez que   do acontecimento vivido que se abastece o acontecimento jornalístico e um interfere na percep o do outro.

Charaudeau (2007) afirma que a finalidade da informação midiática é dar conta do que advém ao espaço público selecionando eventos a serem reportados segundo seu potencial de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. A noção de atualidade, para o autor, diz respeito a uma operação de significação acionada pelas instâncias de produção e de interpretação da informação, o processo evenemencial responsável pela emergência dos acontecimentos. Para Charaudeau (2007, p. 135), a notícia fia-se em uma visão superficial do mundo, proposta pelas mídias, na qual não há nenhuma duração, nenhuma perspectiva quanto ao passado, nenhuma ou insignificante projeção para o futuro.

Meditich (2013) discorda da visão de que o jornalismo e a mídia são as principais referências dos indivíduos sobre o mundo que os cerca. O autor vale-se do pensamento de Mouillaud (1997), segundo quem "o jornal é apenas um operador entre um conjunto de operadores sócio-simbólicos". Para Meditsch (2013, p. 22):

[...] é na sobreposição dos múltiplos frames da sociedade e do jornalismo, como num mecanismo ótico complexo em que a difusão da luz é enquadrada e deformada por várias lentes - que se produz a imagem de cada acontecimento que passa pelos seus filtros.

Ângela Zamin e Beatriz Marocco (2010) enumeram a existência de três vertentes: as teorias exógenas, as teorias endógenas e a terceira, em que o reconhecimento do presente provoca o deslocamento da clássica pirâmide invertida em direção a um "poliedro de inteligibilidade" (p. 97). A primeira vertente refere-se à análise do acontecimento no jornalismo como objeto empírico, com o diferencial teórico da sociologia, da antropologia e da pedagogia. A segunda vertente agrega autores que, nucleados por um acontecimento ou um conjunto deles, "se dedicam aos processos de produção e ao discurso que dão conta de sua materialidade jornalística" (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 97).

A terceira vertente abordada por Zamin e Marocco (2010), a qual nos interessará mais adiante, localiza-se na fronteira entre a exógena e a endógena. As autoras ressaltam que Kant identificou, em 1784, o acontecimento que provoca uma reflexão sobre a sua própria época, relatando seu pensamento ao "acontecimentalizar" o comportamento dos homens que acompanhavam sem interesse a Revolução Francesa. O pensador alemão demonstra que "certos acontecimentos tornam-se portadores e signos de um processo que concerne ao pensamento, às práticas filosóficas" (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 114).

Conforme Zamin e Marocco (2010), grandes acontecimentos, como é o caso da eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2008, "demonstram a inevitabilidade da ruptura com o que já não se suporta mais e do progresso" (p. 115), com uma disposição moral para a mudança. Tais acontecimentos "ecoam o passado, provocam ruptura com ele, interferem no presente e se projetam no futuro e sua potência de devir" (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 115).

Segundo as autoras, usando uma expressão de Foucault (2006, p. 339), o que foi escrito pelos jornais sobre a vitória de Obama permite materializar o elemento do presente que se trata de reconhecer em um "poliedro de inteligibilidade". Em outras palavras, trata-se de "um dia de objetivação discursiva do acontecimento em sua complexidade histórica, que se desloca da objetivação jornalística" (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 116). Assim, a cobertura do acontecimento Obama revela um fazer jornalístico baseado em uma oferta de múltiplas faces que permite a sua leitura e compreensão, "onde o presente aciona o passado e o projeta para o futuro" (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 117).

O processo de compreender essas múltiplas faces em cadeia e essa temporalidade também múltipla - passado, presente e futuro - aponta para a constituição histórica e cultural do acontecimento. [...] O jornalismo, ao dizer do acontecimento e de seus conjuntos singulares de elementos, por meio de aproximações e atualizações de dizeres de outros campos e de outras temporalidades e em meio a regimes diferentes de poder-saber, o transpõe à notícia. (ZAMIN; MAROCCO, 2010, p. 118).

Uma característica compartilhada em muitas reflexões sobre o acontecimento é a "sua ação de romper com a normalidade, com a ordem das coisas" (BERGER; TAVARES, 2010, p. 123). Alguns fatores atuam seletivamente na configuração da noticiabilidade do acontecimento. Berger e Tavares (2010) citam a previsibilidade/imprevisibilidade, sua repercussão junto ao leitor, comunicabilidade e atualidade. De qualquer forma, os acontecimentos e suas variações têm em comum o fato de serem, na atualidade, acontecimentos mediados.

A noção sobre o que é o acontecimento tem variado ao longo do tempo, assim como a ideia de quem possui legitimidade para trazê-lo ao grande público. O acontecimento anterior à comunicação de massas (ou anterior até mesmo às formas mais primitivas de comunicação social) certamente possuía características que permitiam classificá-lo como tal, mas a forma como as pessoas eram impactadas por

ele foi sendo alterada ao longo dos anos – até chegarmos na era da instantaneidade da internet.

Alsina (2009) observa que, antes da imprensa de massa, ter conhecimento sobre os acontecimentos era um privilégio das classes dominantes, enquanto aos demais cabia se contentar com os boatos ou acontecimentos locais, transmitidos oralmente. "Eram as classes dominantes as que detinham o acontecimento" (ALSINA, 2009, p. 119), escreve o autor. Além disso, o acontecimento estava compelido pelo poder político, que tentava controlá-lo.

No século XIX, com a popularização dos meios de comunicação de massa, a imprensa torna-se a principal fonte de transmissão de acontecimentos (ALSINA, 2009). Referindo-se à separação do fato com relação à norma, o autor classifica o acontecimento como o improvável, o singular, a partir disso entendendo "o acontecimento como algo anormal ou desviado" (ALSINA, 2009, p. 139).

Quanto à presença do acontecimento na mídia, Alsina (2009, p. 139) escreve que "o acontecimento jornalístico é toda variação comunicada do ecossistema, através da qual seus sujeitos podem se sentir implicados". Com isso, o autor chega a três elementos considerados essenciais para o acontecimento: a variação do ecossistema, a comunicabilidade do fato e a implicação dos sujeitos. Note-se que a característica da imprevisibilidade não se faz imprescindível, uma vez que muitos acontecimentos são previsíveis – ainda que guardem um certo grau de imprevisibilidade, como as Olimpíadas, por exemplo.

A obra de Alsina (2009) nos permite chegar a diversos questionamentos acerca do acontecimento. Somente é considerado acontecimento aquilo que é noticiado? Parece estar bem claro que a resposta é não, uma vez que aquilo que pode ser um acontecimento memorável para uma determinada sociedade - uma comunidade indígena isolada, por exemplo - pode facilmente não ser um fato "noticiável", na definição dos meios de comunicação. "Em princípio, a comunicabilidade não é uma condição imprescindível para determinar a categoria de acontecimento do ponto de vista geral", escreve Alsina (2009, p. 142), que, no entanto, acrescenta que o acontecimento precisa ser percebido.

Cabe ainda a indagação: o extraordinário faz o acontecimento ou o acontecimento é quem faz o extraordinário? Alsina (2009) responde que alguns acontecimentos existem unicamente para gerar notícia, como os atos terroristas, por exemplo. Além de conferir publicidade ao acontecimento, transformando-o no acontecimento jornalístico, a mídia também produz os seus próprios

"acontecimentos", que podem inclusive ser motivados pela falta de acontecimentos noticiáveis. Alsina (2009) usa o termo "factoides", próprio a essa prática.

Além disso, está claro que cada acontecimento afeta diferentes sujeitos de modo diferente, de acordo com a sua situação de vida, localização geográfica, bagagem cultural etc.

### 3.2 ACONTECIMENTALIZAÇÃO E O POLIEDRO DE INTELIGIBILIDADE

A noção de acontecimento ocupa lugar de destaque nas obras dos filósofos franceses Michel Foucault e Gilles Deleuze. De modo a descrever uma forma de contemplar o acontecimento em sua complexidade, Foucault criou o conceito de acontecimentalização.

Ao analisar o acontecimento da segunda eleição de Barack Obama à presidência dos Estados Unidos, em 2012, Marocco, Zamin e Boff (2012, p. 93) referem-se ao desejo “de expor publicamente ao mundo as suas próprias ideias e algo que se insinua no nível das práticas midiáticas como uma espécie de contrajornalismo”. Os autores sustentam que o que foi materializado na cobertura da vitória de Obama levou à observação de que “na cobertura de grandes acontecimentos, pelo sentido histórico e valor-notícia que esses possuem, ocorre um rompimento com um modelo jornalístico enunciado pela clássica pirâmide invertida” (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 93).

Os autores buscam, com isso, analisar como o acontecimento é materializado pelo jornalismo e como em sua complexidade, enunciada como um “poliedro de inteligibilidade”, pode contribuir para uma reflexão crítica sobre as práticas das mídias jornalísticas.

Por seu valor de signo de uma causa permanente, pela sua amplitude que ocupa no espaço e no tempo e por sua interferência no "real", no mundo das coisas vividas, os "grandes acontecimentos" demonstram a inevitabilidade da ruptura com o que já não se suporta mais e do progresso, em seu sentido kantiano, como uma disposição moral da humanidade para a mudança. São acontecimentos que ecoam o passado, provocam ruptura com ele, interferem no presente e se projetam no futuro em sua potência de devir. (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 94).

A eleição de Obama, conforme os autores, enquadra-se nesse quesito ao ressoar o passado escravocrata dos Estados Unidos e a segregação racial que há até

bem pouco tempo faziam parte do cotidiano daquele país – ainda que as tensões provocadas por supremacistas brancos ainda estejam presentes na sociedade. Assim, o acontecimento em estudo demonstra “a sensibilidade de nossos tempos e a esperança de lutas futuras” (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 94).

Conforme Foucault (2006, p. 340), o poliedro de inteligibilidade permite a construção, em torno do acontecimento, de uma análise polimórfica, de modo que “o número de faces não é previamente definido e nunca pode ser considerado legitimamente concluído”. Nas reportagens que fez sobre o Irã, no final de década de 1970, o filósofo se debruça sobre questões silenciadas pelos órgãos oficiais e pela imprensa, por meio da indagação “o que está acontecendo com nosso presente, que não chega até nós?”

O poliedro possibilita compor, decompor e recompor os acontecimentos, a partir do(s) ângulo(s) de entrada. Aí reside a riqueza, desencadear inúmeras possibilidades de compreensão da realidade. Transposto ao jornalismo, o "poliedro de inteligibilidade" pode auxiliar tanto na produção dos acontecimentos como na compreensão de como os acontecimentos discursivos se engendram, acionando e revelando uma rede discursiva que lhe é anterior e exterior. (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 95).

O conceito de acontecimentalização, portanto, parece se encaixar no trabalho desenvolvido por Foucault no Irã, de modo que o jornalista assiste ao nascimento das ideias. Ao mesmo tempo, distancia-se dos historiadores, que “fazem da desacontecimentalização o princípio de inteligibilidade histórica” (MAROCCO; ZAMIN; BOFF, 2012, p. 95). Tal perspectiva assemelha-se à reflexão que pretendemos desenvolver sobre o jornalismo brasileiro, em especial no tocante à invisibilidade sobre certos temas, como a escravidão e a questão indígena.

O conceito de acontecimentalização, pouco ressaltado entre os leitores de Foucault, é descrito pelo filósofo como:

[...] uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma "singularidade". [...] Ruptura das evidências, essas evidências sobre as quais se apoiam nosso saber, nossos consentimentos, nossas práticas. (FOUCAULT, 2006, p. 332).

Além disso, na definição do filósofo, trata-se de reencontrar as conexões, encontros, apoios, bloqueios, jogos de força e estratégias que “em um dado momento

formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade” (FOUCAULT, 2006, p. 339).

Interessado na história do presente, Foucault (2015) refere-se ao termo “acontecimentalização” no contexto de uma discussão acadêmica sobre sua obra *Vigiar e Punir*, em 1978. Segundo Restrepo (2008), a acontecimentalização é uma proposta de método que evita as armadilhas do presenteísmo histórico e da indagação metafísica. O presenteísmo histórico, por sua vez, seria a imposição de algumas categorias de análise e suposições próprias de alguns horizontes de historicidade sobre outros, prejudicando as possibilidades de compreensão. O termo consiste, antes de tudo, em um procedimento de análise.

Ante el “borramiento” de la singularidad em nombre de las supuestas constantes históricas e invariantes antropológicas, Foucault propone la “eventualización” como estrategia que posibilita tomar distancia de lo que nos parece evidente, de la tendencia a subsumir el acontecimiento en horizontes de inteligibilidad o unidades predeterminadas. (RESTREPO, 2008, p. 115).

No texto analisado por Restrepo (2008), Foucault (2015) observa que há muito tempo os historiadores não se interessam pelos acontecimentos, de modo que converterem a “desacontecimentalização” em princípio da inteligibilidade histórica (FOUCAULT, 1978 apud RESTREPO, 2008). Neste contexto, Restrepo (2008, p. 117) acredita que, quanto mais próximo está o objeto de exame do nosso próprio horizonte, mais difícil é identificar os efeitos e operações do presenteísmo histórico, “dada la sutileza de sus mediaciones”. Por outro lado, uma distância maior faz com que a violência epistêmica do presenteísmo histórico tenda a ser mais evidente.

Crítico de uma leitura linear da história, Foucault (2015) afirma que tal atitude intelectual consiste em “suponer la repetición y extensión de los mismos mecanismos a lo largo de la historia de nuestras sociedades” (FOUCAULT, 1978 apud RESTREPO, 2008). Em oposição a essa visão, o francês propõe a genealogia, alegando ser essa uma forma de história que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos e dos domínios de objeto sem ter que referir-se a um sujeito que seja transcendente em relação ao campo dos acontecimentos. Segundo Restrepo (2008), a genealogia pode ser considerada como um componente do procedimento da acontecimentalização.

Para Deleuze (1998), o acontecimento ideal é uma singularidade. Trata-se, segundo Henn (2010, p. 77), de uma instância que pré-existe às coisas e articula-se

como puro devir. Logo, o autor conclui que o acontecimento é, desta forma, algo da ordem do inapreensível e que se desdobra nas curvas de intermináveis paradoxos.

Para o autor francês, o acontecimento é algo da ordem da superfície que se desliza através de movimentos em séries nos quais submerge o que ele chama de estado das coisas. Por conta disso, o acontecimento dizível é sempre, ao mesmo tempo, o que acaba de passar e o que vai passar, mas nunca passa: nunca se podem apreender as coisas quando acontecem, elas já são traduzidas em linguagem e o acontecimento, ao mesmo tempo em que é linguagem, está para alguém e além dela. Seu conceito de acontecimentalismo significa tratar dos conceitos como acontecimentos e não como noções gerais, como singularidades e não "universais".

Sousa Dias (2012) afirma que os acontecimentos de que se ocupa a filosofia deleuziana não são os acidentes, coletivos ou individuais, mas antes "devires", dinamismos criadores, perfeitamente imperceptíveis pelos canais da comunicação. (p. 13)

Os meios de comunicação dão conta de acontecimentos actuais ou existentes, mas o acontecimento filosófico não é actual nem existe, é virtual e como tal subexiste, subsiste. Ele não é o que aconteceu nem o que está na iminência de acontecer, ele está entre ambos, é as duas coisas ao mesmo tempo, o inactual entre-dois, em simultâneo o que vai ocorrer e o que ocorreu já num tempo próprio, sem presente, num tempo infinitivo não-cronológico. (DIAS, 2012, p. 13-14).

Embora os diferentes autores analisados diferenciem-se entre si com relação aos conceitos adotados para o acontecimento, os textos citados acima fortalecem algumas noções a respeito do fenômeno. Nos parece ficar claro que há uma distinção entre acontecimento e aquilo que é relatado pelo jornalismo (o acontecimento jornalístico), uma vez que o segundo significa uma construção social da realidade. Torna-se elementar afirmar que acontecimento se diferencia de notícia. Ainda assim, ao jornalismo deve-se atribuir o papel de um ativo participante na construção dessa realidade, embora não seja o único elemento – como alertam Mouillaud e Meditsch.

Quanto aos termos adotados por Foucault e Deleuze – acontecimentalização e acontecimentalismo, respectivamente –, tratam-se de conceitos divergentes na essência, mas com similaridades importantes. O principal ponto de convergência é a abordagem do acontecimento em sua complexidade, como singularidades. Ambos os conceitos serão importantes para pensarmos, mais adiante, os diferentes modos de fazer jornalismo praticados no ambiente do jornalismo digital do Brasil.

### 3.3 OS ACONTECIMENTOS INVISÍVEIS

A uma analítica das práticas jornalísticas compete investigar aquilo que foi noticiado e aquilo que foi silenciado. Certos acontecimentos são invisíveis para o jornalismo brasileiro. Diversos estudos já se encarregaram de demonstrar como diversas minorias são retratadas de modo a reproduzir estereótipos e relações de poder. Um exemplo é a forma como a questão indígena é abordada pelo jornalismo. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, na época, 896.917 brasileiros se consideravam indígenas, divididos em 305 etnias e que falam 274 línguas diferentes<sup>9</sup>.

É sabido que a cobertura de temas como a questão indígena encontra pouco espaço no cotidiano das redações dos grandes meios de comunicação do Brasil. Sabe-se que determinados acontecimentos, sobre os quais paira uma zona de sombra, são desprezados pelo jornalismo. Alguns autores, como Galtung e Ruge (1999), falam em invisibilidade, o que tem relação intrínseca com a concentração dos meios de comunicação do país, que em sua maioria pertencem a poucas famílias. A abordagem de pautas que fogem à "rotina" evidencia a circularidade da informação, de modo que a constante vigilância entre veículos concorrentes faz com que as abordagens se repitam. Pautas como a questão indígena e a escravidão viram notícia quando amparadas por eventos factuais, como o lançamento de livros ou efemérides.

Ao pesquisar a representação do indígena na mídia de Pernambuco, Melo (2020) observou que essa população somente entra na pauta da imprensa quando é vítima ou autor de violência ou quando representa algo exótico e inusitado<sup>10</sup>. Deste modo, questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas são ignoradas ou então são abordadas a partir do “senso comum que reflete o pensamento e as ideias dessa classe dominante” (MELO, 2020, p. 5). Miguel e Souza (2016) ressaltam que relatos apresentados pela mídia costumam ter como fontes “lideranças indígenas”, sem necessariamente trazer os significados que os índios realmente querem mostrar para a sociedade. Segundo as autoras, a representação do índio como “selvagem” o afasta da condição de pessoa. Em pesquisa sobre as notícias

<sup>9</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas**. Disponível em: <[https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf)>. Acesso em: 01/10/2020.

<sup>10</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Índio**. Disponível em: :<https://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>>. Acesso em: 02/10/2020.

referentes à demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, Braga e Campos (2012, p. 504) questionam se a invisibilidade é uma consequência do fato de os grupos indígenas serem tutelados, portanto “legalmente incapazes”. Para os autores, o cenário indica um conjunto de representações que permeia a memória coletiva dos não-indígenas, reavivada pelos veículos midiáticos.

O jornalismo é pautado por uma série de critérios de noticiabilidade que definem se um acontecimento será ou não transformado em notícia. Estudo clássico de Galtung e Ruge (1999) identificou os seguintes valores levados em conta pelos profissionais da comunicação: frequência, amplitude, clareza ou falta de ambiguidade, relevância, consonância/conformidade, imprevisibilidade, continuidade, composição, referência a nações de elite, referência a pessoas de elite, referência a pessoas (personificação) e referência a algo negativo. Os valores-notícia, segundo os autores, fazem com que o receptor (o público) venha a se interessar pelo assunto.

## 4 JORNALISMO DIGITAL NO BRASIL

A emergência das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação (NTICs) – mais precisamente a popularização da internet, em meados da década de 1990 – trouxe profundas transformações para a forma de se fazer jornalismo. Grupos de comunicação tradicionais em outros meios (rádio, TV, jornal etc.) tiveram de se adaptar aos novos tempos por meio da publicação de conteúdo na rede mundial de computadores, ao mesmo tempo em que novas empresas surgiram voltadas à produção de conteúdo especificamente para a nova mídia. Das primeiras páginas, que basicamente reproduziam na internet o conteúdo publicado em outras plataformas, chegamos a mais de duas décadas de internet comercial no Brasil em meio a um cenário complexo no universo do jornalismo digital, constituído tanto por empresas tradicionais quanto por iniciativas independentes e, mais recentemente, com forte presença de empresas estrangeiras.

Nos primórdios da internet comercial, ainda na década de 1990, havia a crença de que a nova “infovia” da comunicação seria um mercado promissor para o jornalismo. Foi uma era de utopia, marcada pela expressão “inteligência coletiva”, do francês Pierre Lévy (2000). Porém tudo isso foi por terra com a bolha das ações de tecnologia, o que levou a uma retração de investimentos na rede. Durante anos, poucas empresas, além das maiores — como o grupo Folha e as Organizações Globo — investiram de fato em jornalismo digital no Brasil (FERRARI, 2004).

No início da internet no Brasil, ainda com limitações técnicas para publicação de áudio e vídeo em razão da conexão discada, os sites praticamente se limitavam a publicar o conteúdo dos veículos impressos. Com o passar dos anos, porém, as especificidades do jornalismo digital foram aparecendo. Ainda assim, as diversas iniciativas lançadas pelos grandes grupos de comunicação para a internet acabaram não tendo o retorno esperado. Em parte, em função da bolha, mas em parte também porque não se descobriu uma forma eficaz de trazer o anunciante para estes sites (CHRISTOFOLETTI, 2019). De modo que a perda de receita tem sido um dos dilemas do jornalismo nestas últimas duas décadas.

Mielniczuk (2001) cita três fases distintas do jornalismo de internet. A primeira, chamada de transpositiva, consiste na mera reprodução do conteúdo dos meios impressos. O conteúdo dos jornais online de então era atualizado a cada 24 horas. Na segunda fase, as empresas começam a explorar as características da rede em seus produtos, ainda que o conteúdo siga atrelado à produção de outras mídias. O

terceiro e atual estágio corresponde ao surgimento de iniciativas voltadas exclusivamente para a internet, num momento em que a estrutura técnica permite o compartilhamento de vídeos e imagens em maior velocidade.

O estágio atual do jornalismo digital consolida-se nos anos 2000, com um mix entre o jornalismo em rede e a plataformização. Sobre o jornalismo em rede, Primo (2011) afirma que as práticas jornalísticas atuais envolvem um número maior de produtores e distribuidores de notícias, sendo que uma parcela importante não faz parte de organizações jornalísticas. Segundo Heinrich (2011), novos modos de conexão e fluxos de informação influenciam a organização estrutural dos veículos jornalísticos dentro da sociedade em rede, bem como o trabalho de coletar e divulgar notícias.

A plataformização está relacionada à veiculação de conteúdo jornalístico por meio de plataformas digitais, tais como o Google, Facebook e Twitter. Jurno e D'Andréa (2020) afirmam que as próprias empresas jornalísticas enxergam nessas plataformas uma oportunidade de distribuição e monetização de conteúdo, de modo que tendem a contar cada vez mais com os serviços destas plataformas e “moldar sua produção aos formatos estimulados por elas” (JURNO; D'ANDRÉA, 2020, p. 184).

Ou seja, se nos primeiros anos da popularização da rede os sites noticiosos eram, em sua maioria, pertencentes aos grandes jornais e revistas, mais recentemente houve um crescimento expressivo das experiências nativas, ou seja, veículos surgidos com o objetivo específico de fazer jornalismo para a internet. Salaverría (2016) destaca que, nos países iberoamericanos, o jornalismo de internet se tornou o melhor aliado da liberdade de expressão, haja vista que redes sociais e blogs se revelaram uma ferramenta eficiente para driblar a censura – não apenas dos governos locais, mas também dos grupos de comunicação dominantes.

No começo da internet, achava-se que os sites se ocupariam da informação “em tempo real”, enquanto o jornal impresso seria dedicado à análise dos fatos, de forma mais aprofundada. Na década de 1990, surgem as agências de notícias especializadas no mercado financeiro. A tônica é a velocidade e os textos costumam ser curtos. A pressa do ambiente digital ampliou a ausência de reflexão no texto jornalístico. Tornou-se comum veículos renomados publicarem notícias da morte de celebridades que não morreram. Como afirma a pesquisadora Sylvia Moretzsohn (2002), a velocidade é um fetiche. Antes de tudo importa chegar na frente da concorrência.

Uma das consequências disso tudo é a uniformidade do conteúdo. E, com a utilização das mesmas agências de notícias, não é incomum que sites concorrentes publiquem a mesma reportagem, com o mesmo título, mesma foto e mesma legenda.

Um dos principais embates no que se refere à definição de jornalismo digital é se os mesmos conceitos aplicados ao jornalismo de modo geral podem ser aplicados a este campo específico. A discussão não é recente. No II Congresso Ibero-americano de Jornalismo Digital, em 2003, os professores Rosental Calmon Alves, da Universidade do Texas, e Ramón Salaverría, da Universidade de Navarra, discordaram sobre o tema quando o primeiro defendeu a eficácia da técnica da pirâmide invertida na era da internet, enquanto o segundo argumentou que a hipertextualidade presente na rede “exige o uso de novos formatos que utilizem a fragmentação do texto informativo e a consequente criação de diversos níveis de profundidade documental” (AGUIAR, 2009, p. 167).

Rodrigues (2009, p. 18) salienta, com propriedade, que buscar definições para a prática deste tipo de jornalismo implicaria “tentar abarcar desde grandes portais de notícias até experiências recentes de jornalismo em 20 palavras”, o que configura uma gama tão variada quanto avessa a determinações, como no caso do jornalismo praticado via redes sociais digitais, como é o caso do microblog Twitter. Afinal, as conceituações deste campo profissional revelam-se “provisórias” em meio a mudanças constantes trazidas pelas NTICs.

Um aspecto presente na discussão sobre o jornalismo de internet é a questão do determinismo tecnológico (RODRIGUES, 2009). Para muitos autores, os conceitos utilizados no jornalismo veiculado em outras mídias (rádio, jornal, TV) encaixam-se no caso das páginas de internet, razão pela qual o seu único diferencial estaria relacionado à tecnologia. Faz-se necessário, no nosso entendimento, adaptar o estudo do jornalismo às novas ferramentas propiciadas pelas NTICs, tais como o jornalismo de dados, a infografia, o acesso em dispositivos móveis, o webdocumentário etc., sem que, para isso, tenhamos de incorrer pelo caminho do determinismo tecnológico, lembrando que “a tecnologia em si não pode ser vista como o fator determinante para definir o profissional de convergência e a mudança no meio jornalístico” (BARDOEL; DEUZE, 2001, apud RODRIGUES, 2009, p. 14). A esse respeito, Rodrigues (2014) aponta que a diversificação de produtos jornalísticos por meio da rede mundial de computadores permitiu espaço não apenas para marcas consolidadas, mas também abriu caminho para novos formatos, como os portais

locais, guias, webrádios, webtv, blogs, agregadores de notícias, sites de jornalismo participativo etc.

Autores como Deuze, porém, definem o jornalismo digital a partir das especificidades do meio, ou seja, distinguindo-o dos demais gêneros com base no seu componente tecnológico (RODRIGUES, 2009). Palácios (2018), por sua vez, propõe algumas características específicas, como por exemplo a convergência, a interatividade, a hipertextualidade, a personalização de conteúdos conforme o leitor, memória e armazenamento de informações e atualização contínua das informações. Neste último caso, portanto, de argumentos contrários à visão do determinismo tecnológico.

#### 4.1 OS SITES “ESTRANGEIROS”

Conforme o conceito de sociedade em rede (CASTELLS, 2018), a mídia opera prioritariamente conforme uma lógica comercial, o que se sobrepõe ao status legal. Segundo o autor, este movimento ocorre tanto em nível local quanto de forma global, de modo que a globalização, a digitalização, a formação de redes e a desregulamentação alteraram de forma radical as operações mediáticas. O resultado foi o fim à maioria dos limites à expansão da mídia corporativa. Castells (2015, p. 120) aponta como consequência desse processo “a formação de redes globais de negócios multimídia integradas, organizadas com base em parcerias estratégicas”.

Sabe-se que os grandes veículos de comunicação, no Brasil, encontram-se concentrados nas mãos de poucas famílias. Rebouças (2019) identifica nove famílias que controlam os principais meios de comunicação do país, em termos de influência e em quantidade de veículos, a maioria delas com presença no setor audiovisual<sup>11</sup>. Deste modo, a chegada de empresas estrangeiras que se propõem a investir no jornalismo constitui-se em um fenômeno que merece ser observado de perto. A presença de empresas jornalísticas estrangeiras não chega a ser uma novidade nos segmentos esportivo e nas agências de notícias, por exemplo. Porém a geração de sites que chegou ao Brasil com intensidade na última década acompanhou de perto os desdobramentos da cena política local, o que incluiu o impeachment da presidente Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato e os seus desdobramentos, entre outros.

Cabe salientar que a entrada destes sites internacionais no Brasil coincide com

---

<sup>11</sup> Entre elas estão as famílias Marinho (Organizações Globo), Macedo (Rede Record), Saad (Bandeirantes), Abravanel (SBT), e Frias (Folha de S. Paulo).

um período de redução de investimentos das empresas jornalísticas nacionais. Como aponta Ferrari (2004), esse processo impacta de forma negativa no desenvolvimento do jornalismo de internet, notadamente no final da década de 1990, quando o segmento foi impactado pela bolha das ações de tecnologia, o que fez com que investimentos realizados anteriormente por estas empresas fossem frustrados. Consequências deste momento podem ser observadas ainda hoje, tendo em vista o limitado número de iniciativas voltadas ao jornalismo de internet no Brasil e a curta vida útil de alguns dos principais projetos. Uma prova de como a presença estrangeira impactou no mercado é a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) no Supremo Tribunal Federal (STF), que questiona a atuação de tais sites no país, uma vez que são constituídos por capital estrangeiro.

Em um primeiro momento, identificamos seis páginas que se encaixam no perfil que pretendemos analisar. São elas: The Huffington Post Brasil (Estados Unidos), El País Brasil (Espanha), Vice News (Estados Unidos), The Intercept Brasil (Estados Unidos), Deutsche Welle (Alemanha) e BuzzFeed News Brasil (Estados Unidos)<sup>12</sup>. Um marco neste sentido é o surgimento da página BBC Brasil, em 1999, com reportagens em texto e vídeo voltadas ao público brasileiro. As demais páginas citadas acima surgiram a partir de 2013 no Brasil.

Partindo deste mapeamento, optamos, nesta etapa da pesquisa, por entrevistar os editores de quatro destes sites, que se diferenciam entre si pelo país de origem e pelo modelo de gestão. São eles o The Intercept Brasil, o Deutsche Welle Brasil, o El País Brasil e a BBC Brasil. Não foram considerados nesta pesquisa os sites que podem ser enquadrados como agências de notícias, cujo material é republicado por diversos outros sites, incluindo os nacionais, nem aqueles que se enquadram no conceito de “portal”, dedicados não apenas ao jornalismo<sup>13</sup>. É o caso do portal Terra, cuja origem também é estrangeira.

---

<sup>12</sup> Quatro desses veículos, porém, encerraram a produção de conteúdo no Brasil em 2020 e 2021. No caso do Vice News, o anúncio ocorreu em maio. O BuzzFeed News Brasil deixou de ser publicado no dia 31 de agosto. O Huffington Post fez o anúncio em novembro. O El País Brasil comunicou o seu encerramento em dezembro de 2021. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/graciliano-rocha/obrigado-buzzfeednewsbr>>; <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/vice-encerra-producao-de-conteudo-editorial-no-brasil.shtml>>; <<https://www.poder360.com.br/midia/huffpost-encerra-atividades-no-brasil-apos-quase-7-anos-no-ar/>>; e <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-12-14/aos-nossos-leitores.html>>. Acesso em: 20 jan. 2022).

<sup>13</sup> Conforme Barbosa (2002), o portal não tem uma finalidade unicamente jornalística, contando com serviços de e-mail, canais de chat e relacionamento, shoppings virtuais, mecanismos de busca e outras ferramentas.

### 4.1.1 Deutsche Welle Brasil

A Deutsche Welle é uma empresa pública alemã de jornalismo, mantida por meio de recursos federais, fundada em 1953. A DW conta com um total de 1.500 colaboradores, além de um grande número de freelancers, em cerca de 60 países<sup>14</sup>. A empresa é a responsável pela publicação do site Deutsche Welle Brasil<sup>15</sup>, em português, voltado ao público brasileiro.

A publicação de conteúdo da emissora pública alemã em português não é algo recente. As emissões de rádio no idioma começaram em outubro de 1954, somente um ano após as primeiras emissões em alemão. As emissões para o Brasil começariam em julho de 1962 e seguiram até 1999. A redação de rádio “Português para o Brasil” é transformada em uma redação online no ano 2000, o que atualmente é conhecido como DW Brasil<sup>16</sup>. A empresa alemã apresenta oferta online em 30 idiomas, incluindo versão em português para o continente africano e para o Brasil. A emissora também conta com quatro canais de televisão, nos idiomas alemão, inglês, espanhol e árabe, além de produção diária para a TV em russo e em turco. A DW conta ainda com escritórios em Bruxelas, Washington, Moscou, Taipé e Bogotá.

As informações a seguir foram obtidas por meio de entrevista com o diretor de redação da Deutsche Welle Brasil, Alexandre Schossler, concedida por e-mail nos meses de junho e julho de 2020 (APÊNDICE A).

De acordo com Schossler, a proposta do site, no início, era a publicação de notícias para o Brasil “a partir da perspectiva alemã”. Nos primeiros anos, “até mais ou menos 2011”, o site era mais voltado à publicação de notícias sobre o seu país de origem. O jornalista afirma que a mudança se deu “quando passei a editar o site e nós passamos a abordar mais assuntos de Brasil e, também, internacionais, mantendo os temas alemães”. Ele observa, ainda, que quando Francis França tornou-se editora-chefe, em 2015, essa mudança foi ainda mais radical, de modo que os temas relacionados ao Brasil passaram a obter maior destaque. As colunas de correspondentes alemães no Brasil, uma ideia de França, “contribuem para darmos a perspectiva alemã sobre os temas brasileiros”, segundo Schossler.

---

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.dw.com/en/about-dw/profile/s-30688>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>15</sup> Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

<sup>16</sup> Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-002/hist%C3%B3ria-dos-programas-em-portugu%C3%AAs-da-dw/a-2269973>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

A redação brasileira está localizada em Bonn, na Alemanha, e conta com sete jornalistas contratados, 15 jornalistas freelancers e dois estagiários. Além do site de notícias, a equipe é responsável por dois programas semanais de televisão, o Futurando e o Camarote.21, com cerca de meia hora de duração cada. Nem todos os freelancers frequentam a redação diariamente. Segundo Schossler, eles assumem parte das dez funções diárias e grande parte dos finais de semana, além de cobrirem férias e licenças dos contratados. Quatro freelancers trabalham na sede da DW em Berlim. O site também compra matérias de jornalistas colaboradores, a maioria deles localizada no Brasil.

Todos os jornalistas da redação brasileira são brasileiros, uma vez que é necessário escrever e falar ao microfone em português nativo. Segundo Schossler, a maioria deles trabalhou no Brasil. Há também aqueles que são formados pela própria DW, que conta com um programa de treinamento de jornalistas e um mestrado em jornalismo.

A rotina produtiva se inicia às 9h da manhã (horário da Alemanha), horário em que o primeiro redator chega à redação e começa a fazer matéria a partir de material das agências de notícias, que ele mesmo escolhe. O primeiro editor chega às 10h. Ele então define com o redator quais as matérias serão produzidas a partir de agências, o que pode mudar caso haja novos acontecimentos ao longo do dia. Um redator de notícias, segundo Schossler, produz de cinco a oito matérias por dia. A chefe de redação participa de reuniões de pauta da DW às 9h (central, com todos os departamentos) e às 10h30 (com o departamento América Latina). Nestas ocasiões, fica-se sabendo o que será produzido pelas demais redações, principalmente em alemão, em inglês e em espanhol. Então, ela e o primeiro editor escolhem as matérias de outras redações que poderão ser adaptadas pelos redatores da DW Brasil que chegam às 11h e às 13h.

Schossler explica que é comum serem adaptadas matérias do dia anterior, que ficaram prontas tarde da noite. Os redatores também podem produzir matérias próprias, em geral uma por dia. No caso de adaptações (de material de agências ou do próprio DW), são duas a três matérias por dia. O segundo editor chega às 14h. Ele e o primeiro editor então escolhem novas matérias para adaptação. Os dois editam todo o material produzido (título, linha de apoio, escolhem fotos, fazem legendas) e publicam o conteúdo no site da DW Brasil, bem como compartilham no Twitter e Facebook.

O segundo redator de notícias chega na redação às 18h e fica até às 2h. A partir das 22h, ele é o único responsável pelo conteúdo publicado. Há ainda um redator de vídeo, que chega às 11h, e uma redatora de projetos especiais, que também produz galerias de foto. Jornalistas colaboradores e freelancers em Bonn e Berlim enviam sugestões de pauta para o e-mail dos editores, que decidem se compram ou não o material. Os editores também podem sugerir pautas para eles. Nos finais de semana, há dois plantonistas, que ficam das 10h às 18h30min e das 15h às 23h30min. O site, portanto, é atualizado das 9h da manhã até as 2h da madrugada nos dias úteis, e das 10h da manhã às 23h30 em finais de semana e feriados (horários da Alemanha).

De modo a evitar equívocos, Schossler afirma que a DW Brasil mantém o que na Alemanha se chama “princípio dos quatro olhos”. “Ou seja, o conteúdo produzido passa por no mínimo duas pessoas para evitar erros e inconsistências”, explica.

Além da produção de conteúdo para o público brasileiro, a DW Brasil também é responsável por ajudar as duas principais redações da empresa, inglês em alemão, quando solicitado, assim como as redações dos demais idiomas. Os conteúdos em inglês e em alemão ficam disponíveis para todas as redações do DW, que podem adaptá-los para o seu público.

Uma vez que a redação de cada país é responsável pela produção do conteúdo jornalístico para o seu público (no caso do DW Brasil, o público brasileiro), Schossler afirma que “não há ingerência nem matriz”, de modo que a empresa é uma só, com sedes em Bonn e Berlim. “Todo o conteúdo jornalístico publicado no site brasileiro é selecionado ou produzido pelos jornalistas do site brasileiro, seja por meio de adaptações de matérias das outras redações, seja por da compra de matérias”, afirma Schossler.

As redações nos diferentes idiomas e editorias reúnem-se diária e semanalmente para trocar informações sobre o que estão produzindo. Ainda assim, segundo Schossler, as redações têm “total liberdade” para fazer as alterações jornalísticas que julgam necessárias em matérias feitas por outras redações. “Nós, brasileiros, podemos por exemplo deixar de lado informações muito internas, que não interessariam a um brasileiro, ou incluir informações para melhor explicar algo”, observa o editor.

Quanto aos colunistas, Schossler afirma que cabe a eles cumprir um dos principais objetivos da DW, que é “oferecer uma perspectiva alemã sobre acontecimentos mundiais”. Os colunistas do DW Brasil escrevem sobretudo sobre

Brasil ou Alemanha, segundo o editor, de modo que a escolha dos temas cabe a cada um deles.

Por ser uma empresa pública, a DW tem o seu orçamento definido pelo Bundestag, o parlamento alemão. O orçamento é formado por recursos públicos, na forma de impostos.

Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Schossler trabalhou anteriormente no jornal Correio do Povo, em Porto Alegre. O jornalista considera “desproporcional” fazer uma comparação entre um jornal regional, como o Correio do Povo, e uma empresa internacional como é a DW. “O Correio do Povo, como todos os demais jornais brasileiros, se mantém com as vendas em banca e com a publicidade, ao passo que a DW tem uma lei própria, que garante a sua existência, e um orçamento definido pelo Parlamento”, explica.

Ainda assim, o jornalista afirma que enxerga diferenças na forma como o jornalismo é feito na Alemanha, na comparação com o Brasil. Uma experiência como estagiário no extinto Financial Times Deutschland demonstrou a ele que os repórteres são “muito mais ativos na sugestão de pautas”, dependendo menos de serem pautados por um editor do que no Brasil. Nesse contexto, Schossler afirma que:

[...] o jornalismo alemão em geral é menos dedicado à publicação de notícias factuais (me refiro ao gênero jornalístico notícia e não ao sentido leigo do termo) e mais voltado à contextualização da notícia. Por exemplo, em vez de publicar cada pequeno desdobramento ou declaração de um assunto, os jornais pegam todos esses pequenos desdobramentos (notícias) e apresentam de forma contextualizada, numa matéria só. Tudo isso se reflete no conceito de autor, muito comum no jornalismo alemão, e que indica um jornalista que busca suas próprias pautas e as apresenta numa matéria ampla e contextualizada, que demandou pesquisa e também algum tempo. Eu diria que um jornal alemão tem menos matérias por páginas, mas elas são mais aprofundadas e menos pontuais.

Especificamente sobre a DW, Schossler ressalta que a empresa trabalha “com a mais absoluta liberdade editorial que você possa imaginar e não sofre nenhum tipo de pressão de lado algum”. Os critérios jornalísticos utilizados para definir as pautas são importância, relevância e impacto para o público brasileiro. Segundo o jornalista:

Acho que um diferencial muito específico da DW é que ela tem a meta de, como dito na Lei da DW, “transmitir uma imagem da Alemanha como uma nação cultural na tradição europeia e como um Estado democrático livre e constitucional”. Assim, além da relevância de um tema para o nosso público ou do interesse que ele possa despertar no

nosso público, optamos, nós jornalistas brasileiros, como critério de seleção, por temas do passado recente da Alemanha e que deixam claro a responsabilidade que os alemães assumem sobre os crimes do nazismo e expõem a forma como o país lida com isso. [...] Acho também que a linha editorial do nosso site transmite a imagem da Alemanha como a democracia e o Estado de Direito que ela é.

O DW Brasil conta ainda com parcerias com veículos de comunicação do Brasil para a republicação de conteúdo, entre eles a Folha, Terra, UOL, G1, Carta Capital, Poder 360, O Povo e outros. Qualquer veículo brasileiro com permissão por meio de um contrato pode republicar o material da DW. O conteúdo é gratuito, porém, a DW deve ser informada sobre números de cliques das matérias publicadas, conforme regulamentado por contrato. Os programas de TV também são transmitidos no Brasil por TVs parceiras, como a TV Brasil, TV Cultura, Canal Futura e Rede Minas. Esse conteúdo também é gratuito.

Quanto à estrutura dos textos publicados, Schossler afirma que as matérias devem ter em torno de 5 mil caracteres (com espaços). Reportagens mais aprofundadas podem ter mais. Mesmo assim, muitas matérias extrapolam essa margem. As matérias feitas a partir de agências podem ter em torno de 3 mil caracteres. Com relação ao uso de fontes, os repórteres são aconselhados a ouvir mais de uma pessoa ou a consultar mais de uma agência de notícias.

Poucas matérias produzidas pela redação do DW Brasil são feitas com deslocamento de repórteres até o local do acontecimento. A maioria, segundo Schossler, é produzida a partir de adaptações de matérias de outras línguas da DW ou de agências, ou então, por telefone e internet. Os deslocamentos ocorrem em casos especiais, por exemplo, quando uma personalidade brasileira está na Alemanha. A situação é diferente nas matérias compradas de jornalistas no Brasil. Nesses casos, geralmente há deslocamento do repórter. A pandemia da Covid-19 fez com que as medidas de segurança fossem reforçadas, de modo que os colaboradores no Brasil vão para as ruas quando é mesmo necessário, com equipamento de proteção contra infecção, afirma o editor.

Entre as principais reportagens produzidas pela DW Brasil, Schossler cita as matérias feitas sobre o dito “nazismo de esquerda”: “Acho que a DW, como site alemão, pôde contribuir para esse debate e ajudar a esclarecer esse absurdo”, afirma.

#### **4.1.2 El País Brasil**

O jornal espanhol El País começou a circular no dia 4 de maio de 1976, um ano após o encerramento da ditadura do general Francisco Franco (1939-1975). Em editorial publicado por ocasião do aniversário de 40 anos da publicação, o periódico afirma ter sido pioneiro na defesa da liberdade de imprensa na Espanha, colocando-se agora à frente de um novo desafio, que é a busca da inovação em um cenário de revolução tecnológica<sup>17</sup>.

No Brasil, a trajetória do jornal, que se autointitula “el periódico global”, começou em 2013, quando começou a ser publicada a versão digital em português. As informações a seguir foram obtidas em entrevista com a editora do El País Brasil, Flávia Marreiro, concedida por telefone no dia 8 de maio de 2020.

A versão brasileira do site surgiu em novembro de 2013, na esteira de um projeto de expansão do El País, que já tinha inaugurado um ano antes uma redação no México. Segundo a editora Flávia Marreiro, entrevistada para este trabalho, a decisão de inaugurar as atividades no Brasil foi influenciada pelo momento político que o Brasil vivia naquele ano, que teve como principal acontecimento os protestos de julho de 2013. Nas palavras de Marreiro

foi uma operação montada de maneira muito rápida, inclusive porque o jornal não quis perder a chance de fazer uma cobertura mais encorpada do momento político que o Brasil estava vivendo, que eram as manifestações de 2013. Inclusive a própria erupção social de 2013 teve a ver com a decisão do jornal de abrir uma edição aqui, porque eles notaram um pico de leitura das matérias que eram produzidas, de leitores brasileiros que buscavam a edição espanhola para ler o que o El País estava falando sobre as manifestações de 2013.

Na época, o jornal contava com correspondentes no Brasil, entre eles, o decano do jornal e atual colunista Juan Arias. Marreiro incorporou-se ao projeto em novembro de 2014, um ano após a implantação do jornal no Brasil. O país tinha acabado de eleger Dilma Rousseff para um segundo mandato na Presidência da República e a crise política dava sinais de que não iria cessar. Por isso, segundo a jornalista, a história da fundação do El País Brasil se confunde com o momento de maior turbulência política da história brasileira recente.

A instalação do El País no Brasil foi fruto de investimentos próprios da empresa espanhola, sem investidores externos, segundo Marreiro. A redação foi montada, no começo, com 12 jornalistas. Hoje são 18, incluindo também aqueles designados para

---

<sup>17</sup> EL PAÍS. **Brasil**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/03/opinion/1462298045\\_089163.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/03/opinion/1462298045_089163.html)>. Acesso em: 24 jul. 2020.

atualização de redes sociais digitais e assistentes de vídeo. O escritório central está localizado em São Paulo (SP). O periódico também conta com um correspondente em Brasília e outro no Rio de Janeiro.

Marreiro define o El País Brasil como a junção de duas escolas: a do El País espanhol, com ênfase em jornalismo internacional e com textos maiores e mais analíticos do que a imprensa brasileira; e a escola dos jornalistas brasileiros, “que não queriam fazer um jornal de gringo falando sobre o Brasil”. Desta forma, Marreiro afirma que o El País Brasil nasceu como “uma visão nova, mas que também tivesse um olhar brasileiro para as nossas questões”. Um slogan usado na época pelos jornalistas que fundaram o site no Brasil era “uma nova maneira de contar o Brasil para o mundo e o mundo para o Brasil” (APÊNDICE B).

Ao mesmo tempo em que produz conteúdo para o público brasileiro em português, o El País Brasil também envia material que é traduzido e lido para o público espanhol. Por outro lado, o site também funciona como porta de entrada para o material produzido pela empresa nos demais continentes. Em todo o mundo, o El País conta com cerca de 400 jornalistas. Segundo Marreiro, nenhum outro jornal tem tantos correspondentes pela América Latina quanto o El País. Existem redações menores na Argentina e na Colômbia, cada uma com três pessoas, além de correspondentes ou colaboradores em outros países do continente. Também há uma delegação grande nos Estados Unidos, com profissionais em Orlando, Califórnia, Washington e Nova Iorque. Desta forma, a jornalista vê a estrutura como uma chance de aproximar o leitor dessa produção internacional, num momento em que a maioria dos jornais brasileiros está cortando custos e cobertura fora do país.

A rotina de atualização do site conta diariamente com duas a três “apostas” editoriais da equipe, que geralmente ocupam a manchete. Diferente do que ocorre no El País espanhol, a versão brasileira não consegue operar 24 horas nos sete dias da semana. A redação brasileira emite relatórios diários de performance para a matriz. Porém, segundo Marreiro, a decisão sobre quais serão as reportagens mais importantes do dia é tomada em São Paulo, sem o envolvimento de Madri.

Marreiro conta que, desde o início, a ideia nunca foi disputar espaço com os sites brasileiros. De acordo com ela, não haveria como o El País entrar nesta disputa por uma questão de estrutura. Ainda assim, o site encontra-se entre os mais lidos do Brasil na categoria jornal. São Paulo é hoje a terceira cidade do mundo que mais lê o El País, atrás apenas de Madri e Barcelona. A ambição de buscar um nicho voltado ao jornalismo mais analítico diferencia o El País de outros sites na cobertura diária.

Não nos interessava ser o primeiro a dar a aspa que a Dilma falou na época. Nunca foi nossa proposta. [...] A não ser que seja um breaking news muito evidente. Nossa proposta de entrada é: por que a pessoa poderia se inclinar a ler no El País e não no UOL? No primeiro tratamento que a Folha desse para uma notícia, a gente ia tentar explicar esse contexto e já indicar um título fosse inclinar para a análise da notícia, mais do que o fato em si.

Sobre as rotinas produtivas, Marreiro explica que o site funciona praticamente como uma força-tarefa. No momento em que a entrevista foi feita, por exemplo, toda a equipe da redação estava voltada para a cobertura da pandemia do Covid-19. Modelo semelhante já havia sido adotado em cobertura como o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e a queda do avião da Chapecoense, no mesmo ano. De acordo com a jornalista, o site não se propõe a “cobrir tudo”, de modo que algumas notícias factuais não serão encontradas no El País. “Mas o que nos propomos a cobrir, queremos que seja com a maior relevância”, justifica. A rotina inclui uma reunião de pauta semanal com toda a redação.

Embora tenha sede em São Paulo, o El País Brasil esforça-se para que a cobertura não fique centralizada na região Sudeste e em Brasília. Em situações normais (antes da pandemia), o planejamento incluía duas pautas mensais fora do eixo Rio-SP. Um exemplo recente desse procedimento é a reportagem “O bairro com data para sumir em Maceió<sup>18</sup>”, assinada pela repórter Marina Rossi, em viagem ao estado de Alagoas. A matéria trata das consequências da exploração do sal-gema para a comunidade local. Com o início da pandemia da Covid-19, no entanto, as viagens a outras regiões do país ficaram restritas.

Um dos temas que se destacam na cobertura do El País Brasil é a questão indígena. Em 2019, o jornal dedicou um amplo espaço ao Acampamento Terra Livre, ocorrido em Brasília, que reuniu cerca de 4 mil índios que fizeram uma série de críticas e reivindicações ao governo federal. Segundo Marreiro, o fato de temas como a questão indígena encontrarem espaço no El País não tem a ver com o fato de o site ser oriundo de um jornal estrangeiro, mas sim da linha editorial da própria empresa, que nasce no período pós-ditadura franquista, “dando voz à sociedade civil”. Por isso, ela define o El País como um jornal progressista, que se coloca na defesa dos direitos

---

<sup>18</sup> EL PAÍS. **O bairro fantasma que a mineração deixou para trás em Maceió**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-14/o-bairro-fantasma-que-a-mineracao-deixou-para-tras-em-maceio.html>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

humanos. Um exemplo dessa postura, citado por ela, é a série de reportagens sobre transexualidade publicada em 2015.

Com relação ao uso de fontes nas reportagens, Marreiro afirma que não há uma regra, mas ressalta que “às vezes uma fonte não é suficiente”. Trabalhando com a ideia de oferecer “um pacote mais completo de informação” ao público, ela observa que é importante que o texto traga a contextualização dos acontecimentos, dentro do esforço para “fazer com que as pessoas entendam o fio da meada dos acontecimentos”.

Sobre a pandemia da Covid-19, Marreiro explica que toda a equipe está mobilizada para a cobertura, com os profissionais trabalhando em suas casas. Uma das “vantagens” citada por ela é o fato de a Espanha ter vivido com antecedência o que o Brasil viria a enfrentar com o recrudescimento da doença, já que aquele país foi um dos mais afetados no continente europeu.

Na época da entrevista, o site do El País Brasil contava com acesso gratuito a todas as reportagens. Porém, segundo Marreiro, a ideia é migrar para um modelo de assinatura, o que já vem ocorrendo com o El País na Espanha. Assim, a assinatura passaria a ser necessária após a leitura de dez artigos gratuitos<sup>19</sup>. O site do El País Brasil conta com anúncios do Google AdSense.

Formada pela Universidade Federal do Pará, Marreiro trabalhou durante 12 anos na Folha de São Paulo, onde ocupou os cargos de correspondente na Argentina e na Venezuela. Ela considera que esse trabalho como repórter foi sua grande escola na profissão. Sobre as diferenças com relação ao El País, ela afirma que a principal mudança foi a mudança de lado do balcão, já que passou de repórter a editora.

#### 4.1.3 The Intercept Brasil

O site The Intercept Brasil é mantido pela organização First Look Media, provido pelo bilionário Pierre Omidyar, fundador da empresa de comércio eletrônico eBay. A First Look Media dedica-se a “apoiar vozes independentes em jornalismo investigativo, cinema, arte, cultura, mídia e entretenimento”, produzindo conteúdo em diversos formatos. Já o The Intercept Brasil define-se como “uma premiada agência

---

<sup>19</sup> O modelo foi adotado no segundo semestre de 2020. EL PAÍS. **El País lança a assinatura de sua edição brasileira**. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-09-19/el-pais-lanca-a-assinatura-de-sua-edicao-brasileira.html>>. Acesso em: 23 ago. 2021.

de notícias dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”<sup>20</sup>.

As informações a seguir foram obtidas por meio de entrevista com o jornalista Alexandre de Santi, editor do The Intercept Brasil, feita por telefone no dia 30 de julho de 2020 (APÊNDICE C). A trajetória do site no Brasil começa em meados de 2016, momento de turbulência política provocado pelo processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. O jornalista estadunidense Glenn Greenwald, cofundador do The Intercept nos Estados Unidos, começou a publicar uma série de textos em que criticava a situação política do Brasil, em inglês e em português. A repercussão das publicações demonstrou ao jornalista que havia demanda por aquele tipo de conteúdo<sup>21</sup>. Na época, Greenwald já morava no Brasil e colaborava com a versão americana do site, fundada um ano antes.

O jornalismo do The Intercept é financiado de duas formas. A primeira é o modelo conhecido como subsídio cruzado. A First Look Media possui dois braços: um com fins lucrativos e outro sem. O braço com fins lucrativos atua na produção audiovisual (filmes e séries). O lucro proveniente desta atividade ajuda a financiar o site jornalístico. A segunda forma é por meio do dinheiro do público, através de um sistema de *crowdfunding*. A ideia é que, no futuro, os sites sejam o mais autossuficiente possível, já que hoje ainda dependem em grande parte dos recursos da First Look.

Segundo de Santi, o The Intercept foi fundado sob pilares diferentes das empresas tradicionais, uma vez que não conta com receita proveniente de empresas privadas e nem do setor público. Desta forma, ele afirma que, ainda que estejam disputando a atenção do público com outros sites, não há uma concorrência direta com os sites de empresas jornalísticas tradicionais. Embora não conte com um departamento comercial, o site publica vídeos no YouTube, que são monetizáveis, e podem gerar receita.

Quanto à estrutura, o TIB possui uma redação no Rio de Janeiro, com escritórios em São Paulo e Brasília. Cerca de 30 pessoas atuam no site, incluindo jornalistas e não-jornalistas. Além disso, o site conta com o serviço de freelancers e de tradutores, que traduzem as reportagens do The Intercept americano. Uma

---

<sup>20</sup> THE INTERCEPT. **Brasil**. Disponível em: <<https://theintercept.com/brasil/staff/>>. Acesso em: 31 jul. 2020.

<sup>21</sup> O próprio Greenwald conta o início desta trajetória em texto publicado no site. THE INTERCEPT. **Bem-vindo ao The Intercept**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2016/08/02/bem-vindo-ao-the-intercept-brasil/>>. Acesso em: 14/03/2019.

empresa de Porto Alegre, a Fronteira, também é contratada para gerenciar a editoria de Vozes, o serviço de fact-checking e os colunistas.

O perfil destes profissionais é formado, em sua maioria, por pessoas jovens, na faixa dos 30 anos. “Tem poucas pessoas com mais de 40, acho que só eu e o editor em Brasília, Rafael Moro Martins”, afirma de Santi. A grande maioria, segundo o editor, já passou por veículos jornalísticos antes, não necessariamente grandes. O jornalista ressalta ainda que há uma grande variedade regional, com representantes de todas as regiões do país, e étnica, com um percentual de negros grande em relação a outras redações. O site também conta atualmente com três colunistas fixos: Rosana Pinheiro Machado, João Filho e Cecília Oliveira.

Sobre a rotina produtiva, de Santi afirma que não há muitas reuniões de pauta, mas sim reuniões periódicas entre os editores – não necessariamente para tratar das pautas. O contato com a equipe é feito principalmente por meio de uma plataforma de comunicação chamada Slack. “Se alguém tem uma sugestão nova de pauta, joga lá no Slack, onde as pessoas conversam sobre a pauta”, explica. O editor afirma não saber quantas reportagens cada repórter chega a produzir ao mesmo tempo, mas ressalta que a média de publicações do site é de 40 por mês. Durante a pandemia da Covid-19, houve meses em que esse número aumentou para 70. Em alguns dias, como aos sábados, por exemplo, é possível que nenhum material novo seja publicado, pois o entendimento é de que a audiência nestas datas costuma ser menor.

Temos que considerar que, embora a gente seja um site de notícias, não somos um site de hard news. O que a gente tem que fazer é publicar coisas que o resto da mídia não tem condições ou não tem interesse de publicar por causa destas questões comerciais. A lógica do nosso negócio é: imagine uma revista que em vez de publicar uma edição por semana ou por mês, vai desovando estes textos um por dia, entende? Então é mais essa filosofia do que pensar um site que tem necessidade ou pressão por publicar toda a hora.

Como é uma espécie de filial do The Intercept americano, o site brasileiro presta contas à matriz com relação a questões orçamentárias. Segundo de Santi, cada nova contratação precisa antes ser aprovada pela empresa nos Estados Unidos. Porém, conforme o jornalista, não há ingerência dos americanos com relação a questões editoriais. Uma reunião de pauta é realizada semanalmente com Nova Iorque, mas ela serve apenas para alinhar possíveis colaborações entre as duas redações. O que existe, de acordo com ele, embora não de forma impositiva, é uma tentativa de

obedecer a uma certa coerência editorial com relação ao site americano – ainda que temas distantes da proposta original já tenham sido abordados pela redação no Brasil.

Parcerias com veículos considerados tradicionais, como o jornal Folha de São Paulo<sup>22</sup> e a revista Veja<sup>23</sup>, ocorreram durante a série de reportagens conhecida como Vaza Jato, que revelou o conteúdo de mensagens trocadas entre membros do Judiciário e do Ministério Público Federal no âmbito da Operação Lava Jato. Segundo de Santi, o TIB é um site aberto a parcerias, seja com veículos menores ou com a imprensa considerada tradicional. Entre os exemplos, cita material publicado em conjunto com Repórter Brasil, Info Amazônia e De Olho nos Ruralistas. “Então, quando chegou a Vaza Jato, não foi um dilema nosso, foi um negócio absolutamente natural. A gente percebeu que o assunto era muito grande e nossa equipe é pequena para dar conta da empolgação das pessoas”, observa o editor.

Por se tratar de uma filial do site estadunidense, o TIB também absorve o tipo de jornalismo praticado pela publicação nos Estados Unidos. Um exemplo citado por de Santi é a cobertura do lobby do setor privado sobre a política. “Por exemplo, o lobby de farmacêuticas: eles têm bons repórteres que apuram esse tipo de coisa e que ajuda a explicar como funciona o poder político, melhor do que cobrir a política partidária”, explica o editor. “Isso certamente nos influenciou”, observa. Outro exemplo é o fato de o site estar aberto a denúncias de informantes, mantendo a tradição do site americano, que surgiu como um desdobramento do caso Edward Snowden<sup>24</sup>. A ideia é que fontes que sintam um “dever cívico” de denunciar imoralidades ou ilegalidades tenham um lugar seguro para fazê-lo.

Segundo de Santi, embora haja certa influência do DNA do jornalismo americano, a linha editorial do site deve-se mais à forma como a publicação foi constituída. “É difícil para um veículo tradicional, no sentido de mídia comercial, que depende de um monte de anúncio, ter uma voz tão independente quanto ao poder político e econômico”, afirma o editor. Ele acredita que qualquer veículo com a mesma estrutura de financiamento, em qualquer país do mundo, atingiria resultados semelhantes.

---

<sup>22</sup> THE INTERCEPT. **Intercept folha vaza jato, Moro, Lava Jato**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/06/23/intercept-folha-vaza-jato-moro-lava-jato/>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

<sup>23</sup> THE INTERCEPT. **Veja conduta de Moro na Lava Jato**. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/07/05/veja-conduta-moro-lavajato/>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

<sup>24</sup> Ex-agente da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos, que revelou uma série de informações sobre espionagem praticada pelo seu país e publicadas por Greenwald no jornal inglês The Guardian.

Quanto às diretrizes do texto jornalístico, de Santi afirma que o site busca fazer um jornalismo de profundidade, mas sem ser elitista. Por isso, assuntos considerados “difíceis”, como os agrotóxicos, por exemplo, são abordados “do jeito mais pop possível”, de modo que ele possa ficar mais claro para o público. O TIB também busca, segundo ele, evitar jargões e clichês e não absorver o vocabulário das fontes, algo que de Santi afirma ser muito comum no jornalismo econômico.

A gente tem que falar a linguagem mais clara possível, mais direta possível, fazer nosso texto simples de ler e sendo muito claros e usando o que é uma diretriz, que talvez seja o nosso slogan informal, que é ser um site que dá nomes aos bois. A gente diz as coisas como elas são, em vez de ficar usando subterfúgios, que é uma coisa muito comum no jornalismo e que os jornalistas fazem até sem querer. [...] Pode dizer que o cara mentiu, não precisa dizer que faltou com a verdade.

Além da linguagem, de Santi cita ainda a tentativa de descobrir “quais são os temas que realmente importam para as pessoas”, em vez de reproduzir o universo de assuntos que segundo ele é comum aos jornalistas, que “cobrem isso como uma espécie de novela”. “A gente tem uma intuição de que nem tudo que está sendo coberto pelo jornalismo como um todo de fato são os temas que estão angustiando as pessoas”, diz de Santi.

Natural de Porto Alegre, Alexandre de Santi é formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Antes do TIB, trabalhou nas rádios Bandeirantes e Gaúcha, no ClicRBS e no jornal Zero Hora. Em 2010, deixou o jornal para abrir uma empresa de produção de conteúdo, a Cartola. Depois, abriu uma nova empresa, a Fronteira, onde atuou na produção de uma série de produtos jornalísticos. Em 2018, foi convidado pelo editor executivo Leandro Demori, com quem já havia trabalhado anteriormente, para atuar como editor adjunto no TIB. “Senti que era o momento de aproveitar e fazer um tipo de jornalismo que me parece ser o sonho dourado de todo mundo, sem amarrasse sem influências comerciais”, define.

### 4.1.3 BBC Brasil

A BBC (British Broadcasting Corporation) é uma empresa pública de comunicação do Reino Unido fundada em 1922<sup>25</sup>. A atividade da empresa é custeada

---

<sup>25</sup> BBC. **History of the BBC**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/historyofthebbc/timelines/1920s>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

por uma taxa de licença (*licence fee*), paga pelos cidadãos britânicos que possuem televisão em casa<sup>26</sup>.

O serviço de notícias em português da BBC teve início em 14 de março de 1938. O início da atividade, com transmissão pelo rádio, em ondas curtas, foi marcado por uma notícia que mostrava o caminho que o mundo percorria em direção à Segunda Guerra Mundial. O apresentador Manuel Braune inaugurou as transmissões afirmando que “o senhor Hitler entrou hoje à noite em Viena”<sup>27</sup>.

Segundo histórico disponível no site da própria empresa, a BBC Brasil surgiu como resultado de uma série de novas atitudes adotadas no final da década de 1930 pela empresa britânica de comunicação em razão da iminência de um novo conflito mundial. Já a atuação da BBC Brasil na internet teve início em 1999<sup>28</sup>, porém, no início o modelo jornalístico adotado guardava profundas diferenças com o atual. A BBC Brasil não conta mais com operações de rádio.

As informações a seguir foram obtidas por meio de entrevista com o editor-chefe do site, Caio Quero. A entrevista foi feita de modo virtual, por meio do aplicativo Zoom, no dia 7 de junho de 2021 (APÊNDICE D).

A internet no Brasil ainda engatinhava em 1999. No início, o site da BBC Brasil limitava-se a republicar conteúdos produzidos originalmente para o rádio. De acordo com Quero, a proposta da BBC Brasil no início era “trazer o mundo para os brasileiros, seguindo as *guidelines*, a linha editorial, o equilíbrio, a imparcialidade, da BBC”. Segundo ele, esse mesmo princípio guiou as ações do serviço brasileiro desde a década de 1930 até os dias atuais. Portanto, a versão brasileira do site publicava, no princípio, basicamente noticiário internacional.

“Quando eu entrei na BBC, em 2008, ainda era muito isso, a gente não cobria política brasileira, não cobria noticiário brasileiro, era muito raro”, afirma Quero. Essa linha de atuação permaneceu até 2014, quando houve uma mudança de postura do site. “E aí houve uma virada nas eleições, na cobertura das eleições de 2014, onde a gente percebeu uma demanda dos nossos leitores por uma cobertura de Brasil por parte da BBC”, acrescenta o editor. Em 2014, Dilma Rousseff elegeu-se para um segundo mandato na Presidência da República ao derrotar Aécio Neves. A eleição

---

<sup>26</sup> BBC. **About the BBC**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/aboutthebbc/governance/licencefee>>. Acesso em: 10 jul. 2021.

<sup>27</sup> BBC. **Portuguese**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120\\_expediente\\_tc2](https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120_expediente_tc2)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

<sup>28</sup> BBC. **Portuguese**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120\\_expediente\\_tc2](https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120_expediente_tc2)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

era vista com grande expectativa, uma vez que no ano anterior o Brasil havia sido sacudido por uma série de manifestações que começaram contestando o preço do transporte público nas maiores cidades do país. Desde 2014, as principais coberturas da BBC Brasil dizem respeito a assuntos brasileiros.

Antes da mudança editorial ser consolidada, foram feitos alguns ensaios. Em 2010, Quero deu início a um blog chamado Ponto BR, que era na época o único espaço disponível para a cobertura de política e economia nacional.

O escritório da BBC no Brasil foi aberto em 2005, com apenas três jornalistas – hoje são 23. O site brasileiro integra o serviço mundial da BBC, que oferece conteúdo em 40 idiomas. No caso da BBC Brasil, o site conta com uma redação em São Paulo e outra em Londres. Em Londres, fica a chefe de redação, que é a chefe do serviço. Na capital inglesa estão localizados oito jornalistas – todos brasileiros, que produzem conteúdo para a versão brasileira do site. Em São Paulo, são 15. O site também conta com dois repórteres em Brasília e uma repórter em Washington (EUA). O serviço de freelancers também é utilizado.

A rotina produtiva tem início diariamente às 2h da manhã (6h da manhã em Londres), horário em que a equipe londrina inicia o expediente. No Brasil, a última pessoa a encerrar o expediente termina de trabalhar à meia-noite, o que significa que, dependendo da época do ano, o site pode ficar duas a três horas sem ser atualizado. Às 6h de Brasília (10h em Londres) é feita a primeira reunião de pauta do dia, integrando as duas equipes. Em São Paulo, há uma reunião diária de editores às 12h30.

Todos os profissionais são brasileiros – com exceção de uma jornalista alemã, que fala português –, com passagens por grandes veículos de comunicação do país. Cada repórter trabalha com duas a três pautas ao mesmo tempo. Cada pauta pode levar três a cinco dias para ser concluída (com exceção das reportagens factuais). O site também publica adaptações, em português, do conteúdo originalmente produzido em inglês ou em espanhol pela BBC. “É basicamente uma tradução, mas a gente chama de adaptação porque precisa ser contextualizada para o público brasileiro”, observa o editor.

O site publica em média 12 reportagens por dia, sendo que quatro ou cinco são reportagens “bem apuradas”, e o restante são adaptações do material da BBC. Antes da mudança de posicionamento, em 2014, chegava-se a publicar 30 matérias por dia, porém mais curtas. “Nossa audiência começou a aumentar muitíssimo depois que a gente começou a publicar menos matérias. A gente faz matéria longa, apurada,

contextualizada, e isso aumentou nossa audiência”, explica Quero. Uma matéria considerada “pequena” tem cerca de mil palavras (4 mil a 5 mil caracteres). Porém, há casos de matérias com até dez mil palavras, e que registraram boa audiência.

Segundo Caio Quero, o planejamento do site funciona como se fosse uma revista semanal. A principal reunião de pauta da equipe ocorre uma vez por semana. “Até porque isso, como a gente não cobre noticiário quente, a gente procura sempre um ângulo, uma história exclusiva, uma abordagem mais analítica”, explica.

Entre as reportagens que melhor representam o modo de fazer jornalismo da BBC Brasil, ele cita uma publicação de 2018 sobre mortes de trabalhadores em silos de armazenagem de grãos<sup>29</sup>, de autoria do jornalista João Fellet. Segundo Caio Quero, o assunto era pouco explorado até então e a reportagem foi sucesso de audiência. Ele também cita como exemplos uma reportagem sobre a infância de Jair Bolsonaro e uma entrevista com Luiz Inácio Lula da Silva feita enquanto ele estava na prisão.

Durante a entrevista, Quero referiu-se diversas vezes ao jornalismo “analítico” praticado pela BBC Brasil. Ele compara essa situação com a cobertura de sites nacionais, como o G1, que “tem uma pegada menos analítica e muito mais de rapidez”. “Eu acho que não dá pra você ficar sem a notícia rápida, mas hoje em dia não se discute mais tanto quem deu primeiro a notícia”, alega o jornalista. Quero afirma que, mais do que receber uma “pílula” de informação, o público está cada vez mais interessado em “entender o que está acontecendo”, o que justifica a escolha da BBC Brasil por textos mais longos.

Por ser financiada pela BBC britânica, a BBC Brasil não conta com anunciantes e tampouco, segundo Quero, possui posicionamento político no Brasil. Para o editor, ser visto como um veículo “estrangeiro” tem um lado positivo, que é ser identificado como uma empresa que está “de fora do jogo político”. Porém, também há desvantagens, sendo que uma delas é o fato de que a interlocução com o governo federal é feita por meio de contato com a assessoria internacional da Presidência, e não com a assessoria de imprensa. Na opinião do editor, um exemplo que comprova a independência jornalística da BBC Brasil é o fato de o site usar a denominação Malvinas, e não Falklands, para referir-se ao arquipélago alvo de disputa entre Argentina e Reino Unido. O fato de o site não contar atualmente com colunistas

---

<sup>29</sup> BBC. **Portuguese**. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120\\_expediente\\_tc2](https://www.bbc.com/portuguese/institutional/090120_expediente_tc2)>. Acesso em: 24 jul. 2021.

(embora já tenha tido no passado), também é citado como fator de independência e imparcialidade.

Quero também comentou sobre a cobertura que a BBC Brasil faz da pandemia da Covid-19. A cobertura sobre o tema teve início em janeiro de 2020. Na avaliação dele, a atuação da empresa neste caso pode ter sido influenciada pelo fato de a BBC ter origem no Reino Unido, aonde a doença chegou antes em relação ao Brasil. “E aí quando a coisa chegou na Itália, aí a gente começou uma cobertura bastante ampla da pandemia e é curioso porque como a gente é um lugar pequeno, não é dividido em editorias, cada repórter sugere matérias meio da sua preferência”, observa, citando que o modo de trabalho conta com vantagens e desvantagens. “A pessoa acaba não se dedicando a um assunto por muito tempo, mas também dá uma possibilidade pra gente que é isso, quando tem um assunto importante, como impeachment da Dilma ou pandemia, a gente consegue fazer com que a redação toda trabalhe”, relata. A cobertura, neste caso, incluiu tanto os aspectos sociais e de saúde quanto econômicos, segundo o editor. “E acho que por essa experiência de jornalismo internacional que a gente tem, essa origem, fez com que a gente talvez prestasse atenção mais rápido na pandemia”, conclui.

Sobre o deslocamento do repórter até o local dos acontecimentos, Quero afirma que isso ocorre sempre que possível, mas ressalta que, como o site traz uma abordagem mais parecida com a de uma revista, mais analítica, boa parte das apurações é feita por telefone. Entrevistas com especialistas em um determinado assunto costumam ser feitas a distância. “E a outra parte, com a pessoa, quando você tem que pegar essa coisa humana, sempre que possível a gente faz isso, principalmente quando está contando uma história humana”, explica. Durante a pandemia, porém, os deslocamentos têm sido evitados ao máximo. Toda a equipe trabalhou durante esse período em sistema de home office. Para um profissional ir até a redação, é necessária a autorização prévia do editor.

Quanto às diretrizes do texto jornalístico, Quero afirma que o site procura ser flexível em termos de estilo ou tamanho. Ele acredita que um texto de 500 palavras pode ser considerado chato quando mal escrito, assim como uma reportagem de 5 mil palavras pode cativar inúmeros leitores. Mas o mais importante, segundo o editor, é o que ele chama de “equilíbrio do contraponto”. A orientação é de que o contraponto seja publicado nos primeiros parágrafos de reportagens sobre política, economia ou mesmo comportamento. “Mas, mesmo quando não existe um outro lado, sei lá, sobre

uma coisa de comportamento, a gente procura mostrar que existem outras visões”, observa. Na avaliação de Quero, essa diretriz demonstra a pluralidade do site.

A BBC Brasil publica de 12 a 14 matérias por dia. O número tem se mantido nesse patamar desde a mudança a diretriz do site, ocorrida em 2014. Destas, quatro ou cinco são reportagens mais bem apuradas, enquanto o restante é material adaptado da própria BBC. Antes desse período, houve momentos em que mais de 30 textos chegaram a ser publicados num dia. Segundo Quero, a audiência começou a aumentar depois que um número menor de matérias começou a ser publicado. “A gente não faz matérias curtas, a gente faz matérias longas, apuradas, contextualizadas, e isso aumentou nossa audiência bastante”, explica.

Uma diferença apontada por Quero entre o jornalismo brasileiro e britânico é a adoção de posicionamentos políticos pelos veículos de comunicação. No Reino Unido, existem jornais que se identificam com a esquerda, com os trabalhistas ou com os conservadores, enquanto a BBC busca um equilíbrio. No Brasil, historicamente, não há tantos veículos identificados com tendências políticas. Como alguns exemplos, ele cita o jornal Gazeta do Povo (identificado com a pauta conservadora) e a revista Carta Capital (identificado com a esquerda). O editor considera que a imparcialidade e a objetividade não são exclusividades da BBC, pois acredita que no Brasil “a imprensa é bastante profissional”, principalmente na comparação com outros países em desenvolvimento.

Muitos conteúdos produzidos pela BBC Brasil acabam sendo republicados em outros sites, por meio de parcerias com essas empresas. Entre esses veículos estão G1, Folha de São Paulo, Terra, UOL e Estado de Minas. O conteúdo é publicado automaticamente no feed dos veículos parceiros. Qualquer alteração no texto precisa ser autorizada pela BBC. As parcerias constituem parte da receita obtida pela empresa no Brasil, embora não seja suficiente para bancar os custos.

Caio Quero é formado em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero, de São Paulo, e mestre em Relações Internacionais pelo King’s College London. Antes de assumir o cargo de editor-chefe, foi produtor, editor-assistente, correspondente no Rio de Janeiro e repórter em Nova Iorque. Anteriormente, atuou como editor de Internacional no portal do Estadão. Também teve passagem pela revista Veja São Paulo e pelo Jornal da Tarde.

## 4.2 CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS

Um aspecto que salta aos olhos é o modelo de financiamento de cada site, um diferente do outro, porém, nos quatro casos, distante do modelo praticado pela maior parte dos sites do Brasil. Como já dissemos, a dificuldade de se obter receita com a venda de anúncios é um dos principais desafios do jornalismo digital na atualidade. Nos casos abordados acima, temos duas empresas públicas (Deutsche Welle e BBC), um oligopólio de mídia (El País) e uma iniciativa que conta com o aporte de um bilionário, ao mesmo tempo em que executa o seu próprio *crowdfunding* (The Intercept). Trata-se de um fator que deve ser considerado para a manutenção destas publicações, bem como para o nível de independência da sua linha editorial. Mesmo assim, duas destas páginas contam com anúncios no formato Google AdSense.

Outro aspecto que chama a atenção é a relação destes veículos com veículos considerados “tradicionais” no Brasil. Por um lado, os editores afirmam não haver uma concorrência direta com os sites locais, tanto por uma questão de estrutura destas redações, quanto por diferenças na linha editorial e no modo de fazer jornalismo – mais analítico e investigativo e menos voltado ao *hard news*. Por outro lado, três destes veículos (BBC, Deutsche Welle e The Intercept) costumam executar parcerias para republicação ou apuração em conjunto com veículos tradicionais no Brasil, entre os quais a Folha de São Paulo, Veja, Terra, UOL e G1. Como mostraremos mais adiante, isso irá contribuir com a uniformização do conteúdo que circula no universo do jornalismo digital no país.

Nos quatro casos, estão claras a influência do jornalismo praticado nos países de origem destes veículos. No caso do Deutsche Welle, trata-se de um jornalismo menos voltado ao factual e mais voltado à análise. Isso se repete em certa medida no El País Brasil, que agrega ainda, segundo a sua editora, a visão “progressista” do veículo nascido no pós-ditadura franquista. No caso do The Intercept Brasil, fica clara a influência do jornalismo que investiga o lobby do setor privado, uma característica do The Intercept estadunidense. Quanto à BBC, a filial brasileira ampara-se no conceito de imparcialidade da matriz britânica, sem adotar um determinado posicionamento político, diferente de muitos jornais situados no Reino Unido.

Uma vez que não são considerados sites de *hard news*, as quatro publicações analisadas não atuam em sistema de atualização 24/7 (24 horas por dia, sete dias por semana). De fato, a análise das publicações demonstra haver um intervalo maior entre uma atualização e outra do que os sites jornalísticos tradicionais no Brasil. Isso se reflete na quantidade de matérias que são publicadas diariamente em cada página.

No caso do The Intercept Brasil, é possível que haja dias, em especial aos sábados, sem novas publicações.

O jornalismo analítico e investigativo é citado pelos editores entrevistados como um elemento norteador da atuação destes sites no Brasil, e que, portanto, não buscam competir com os sites de empresas locais pelo furo jornalístico, mas sim publicar análises e abordagens que ainda não tenham sido contempladas por outras publicações. No nosso entendimento, isso representa uma evolução do jornalismo digital, que se mostrou crescente ao longo da última década. Nos primeiros anos de jornalismo feito para a internet, costumava-se atribuir aos sites a cobertura em tempo real dos acontecimentos, de forma curta e rápida. Mais recentemente, as reportagens longas – que contemplam a análise e/ou a investigação jornalística – ganharam espaço, não apenas nos sites de empresas estrangeiras, mas também em veículos nativos digitais nacionais<sup>30</sup>.

Da mesma forma, nota-se a presença de acontecimento marcante na gênese de três destes sites. Graças à cobertura desse acontecimento, o site teve suas operações iniciadas ou apresentou uma mudança de posicionamento. No caso do El País, esse acontecimento foram os protestos de julho de 2013. Para a BBC Brasil, o ponto de virada foi a cobertura das eleições de 2014. Já o The Intercept Brasil teve início em meio aos debates sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

Quanto à ingerência das matrizes localizadas nos países-sede, as respostas dos entrevistados diferem entre si, porém todos afirmam contar com plena liberdade para que a redação brasileira sugira as suas próprias pautas e produza o seu conteúdo. Com exceção da Deutsche Welle, os demais veículos possuem redações instaladas em território brasileiro – embora a BBC Brasil tenha uma parte de sua redação localizada em Londres. Em todos os sites analisados, as publicações envolvem, além do conteúdo próprio, adaptações de textos elaborados originalmente em outros idiomas. Cabe ressaltar ainda que os três sites executam a produção de conteúdo multimídia, o que inclui vídeos, cada um com o seu respectivo canal no YouTube.

---

<sup>30</sup> São exemplos desse tipo de cobertura o Nexo Jornal, o JOTA e Agência Pública, todos com origem no Brasil.

## 5 ANÁLISE DE COBERTURA

Neste capítulo, daremos sequência aos estudos de caso, centrados agora em três coberturas que serão analisadas.

No primeiro, o tema é a cobertura do site El País Brasil para o Acampamento Terra Livre, evento indígena ocorrido em Brasília no mês de abril de 2019. Em um país onde a representação do índio na mídia costuma reproduzir estereótipos, o jornal de origem espanhola dedicou um amplo espaço à discussão do tema durante os dias em que ocorreu o movimento. Cinco reportagens publicadas antes e durante o evento foram encontradas. O material será analisado por meio da análise de cobertura jornalística, levando-se em consideração as teorias do acontecimento, a partir das obras de Nora (1977), Rodrigues (1993), Charaudeau (2007) e Pollak (1989).

No caso seguinte, abordaremos a cobertura que estes veículos fizeram do aniversário de 130 anos da Lei Áurea. Sabe-se que certos acontecimentos são invisíveis para o jornalismo brasileiro. Nos últimos anos, aproveitando-se do espaço digital, empresas jornalísticas internacionais têm preenchido esta lacuna indo de encontro, igualmente, à ideia de que o avanço tecnológico é sinônimo de superficialidade. A cobertura dos 130 anos da assinatura da abolição da escravatura no Brasil exemplifica como os sites BBC Brasil e Deutsche Welle Brasil, na margem da mídia nacional, produziram o acontecimento. De que forma esse novo tipo de jornalismo vem se diferenciando da mídia *mainstream*? Uma análise comparativa com veículos locais (G1, Folha e Estadão) vertebrará a conclusão de que se trata de um modo de objetivação jornalística que se aproxima do “jornalismo de ideias”, baseando-se na “acontecimentalização”.

O terceiro e último caso refere-se à cobertura que El País Brasil, Deutsche Welle Brasil e BBC Brasil fizeram sobre os incêndios criminosos ocorridos na Amazônia em agosto de 2019, episódio que ficou conhecido como Dia do Fogo. Na ocasião, os sites de origem estrangeira realizaram uma ampla cobertura do acontecimento, que não ficou restrita aos focos de incêndio, mas que também soube abordar a maneira conflituosa com que o governo de Jair Bolsonaro encara os temas relacionados à proteção do meio ambiente.

### 5.1 ACONTECIMENTO INDÍGENA: a cobertura do Acampamento Terra Livre pelo El

## País Brasil

Embora o Brasil seja um país originalmente habitado por indígenas, a representação desta população na mídia costuma reproduzir estereótipos e relações de poder. A análise desta representação tem sido feita por diversas correntes do pensamento comunicacional. Dados do Censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam que, na época, 896.917 brasileiros se consideravam indígenas, divididos em 305 etnias e que falam 274 línguas diferentes<sup>31</sup>. Nosso objetivo é analisar a cobertura do Acampamento Terra Livre 2019, ocorrido em Brasília, pelo site El País Brasil, tendo como base as teorias do acontecimento.

Acampamento Terra Livre é a denominação dada a um encontro nacional em defesa dos direitos dos povos indígenas, que em 2019 chegou à 15ª edição. Naquele ano, o evento teve como tema “Sangue indígena. Nas veias, a luta pela terra e pelo território”. A pauta de reivindicações incluiu a transferência da Fundação Nacional do Índio (Funai) do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos para o Ministério da Justiça e Segurança Pública e mudanças na demarcação de terras indígenas. Atualmente esses processos são atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As estimativas são de que o encontro reuniu cerca de 4 mil pessoas<sup>32</sup>.

Para executar a análise, iremos recorrer a um dos nossos objetos empíricos de estudo na pesquisa de doutoramento, que é o site El País Brasil. Versão brasileira do diário espanhol, o jornal digital conta com atuação no Brasil desde 2013. Desde então, a página jornalística tem procurado seguir uma atuação independente na cobertura dos acontecimentos, o que tem sido observado em outros aspectos deste trabalho analisados por esta pesquisa. Isso contribui para diferenciar a cobertura do El País Brasil na comparação com páginas de origem local.

É necessário ressaltar que o estudo se dá em um contexto de crise de narrativas e disputa de sentidos (TRIGO, 2018; RECUERO, 2019; COIMBRA; SANTOS, 2020; COIMBRA; CAMPOS, 2021; MONARO et al., 2021), evidenciado pelo

---

<sup>31</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indígenas**. Disponível em: <[https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder\\_indigenas\\_web.pdf](https://indigenas.ibge.gov.br/images/pdf/indigenas/folder_indigenas_web.pdf)>. Acesso em: 14/02/2020.

<sup>32</sup> GLOBO. **Acampamento Terra Livre**: após encontro em Brasília indígenas pedem fim da violência. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2019/04/28/acampamento-terra-livre-apos-encontro-em-brasilia-indigenas-pedem-fim-da-violencia.ghtml>>. Acesso em: 05/12/2020. AGÊNCIA BRASIL. **Acampamento Terra Livre deve reunir 4 mil indígenas em Brasília**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-04/acampamento-terra-livre-deve-reunir-4-mil-indigenas-em-brasilia>>. Acesso em: 02/12/2020.

surgimento de novos veículos de comunicação no país, o que possibilita ao público o acesso a uma fonte de comunicação de massa contra-hegemônica, ao mesmo tempo em que o jornalismo, de forma geral, é visto como um inimigo pelo atual governo. O cenário inclui ainda a animosidade entre o governo federal e a pauta indígena, o que ficou evidenciado ao longo do Acampamento Terra Livre.

Embora o objetivo deste texto não seja o de comparar a cobertura do veículo de comunicação em estudo com os seus concorrentes nacionais, é sabido que a cobertura de temas como a questão indígena encontra pouco espaço no cotidiano das redações dos grandes meios de comunicação do Brasil. Batista (2009) salienta o papel da interdisciplinaridade entre Antropologia, História e Jornalismo como forma de conferir maior veracidade a informações levantadas a respeito de temas complexos, como a cultura indígena. A autora reforça que cada etnia apresenta modos de vida, religiosidades e crenças distintas entre si, porém, quando retratadas pelos meios de comunicação, não é raro encontrar desencontro de informações.

[...] pode-se analisar a forma com que os meios de comunicação muitas vezes utilizam, de maneira equivocada, metodologias e fontes históricas para contextualizar uma notícia, principalmente quando se trata da temática indígena. É necessário que se conheça profundamente a cultura, a crença, a religião e o modo de vida do povo noticiado, pois uma informação mal interpretada será fonte geradora de opinião de uma gama de pessoas, que não têm conhecimento o bastante para distinguir informações verídicas de não verídicas. (BATISTA, 2009, p. 72).

Sabe-se que determinados acontecimentos, sobre os quais paira uma zona de sombra, são desprezados pelo jornalismo. Alguns autores, como Galtung e Ruge (1999) Marocco, Zamin e Boff (2012), falam em invisibilidade, o que tem relação intrínseca com a concentração dos meios de comunicação do país, que em sua maioria pertencem a poucas famílias. A abordagem de pautas que fogem à "rotina" evidencia a circularidade da informação, de modo que a constante vigilância entre veículos concorrentes faz com que as abordagens se repitam. Pautas como a questão indígena e a escravidão viram notícia quando amparadas por eventos factuais, como o lançamento de livros ou efemérides.

Ao pesquisar a representação do indígena na mídia de Pernambuco, Melo (2020) observou que essa população somente entra na pauta da imprensa quando é

vítima ou autor de violência ou quando representa algo exótico e inusitado<sup>33</sup>. Deste modo, questões como saúde, educação, ciência, terra e cultura indígenas são ignoradas ou então são abordadas a partir do “senso comum que reflete o pensamento e as ideias dessa classe dominante” (MELO, 2020, p. 5). Miguel e Souza (2016) ressaltam que relatos apresentados pela mídia costumam ter como fontes “lideranças indígenas”, sem necessariamente trazer os significados que os índios realmente querem mostrar para a sociedade. Segundo as autoras, a representação do índio como “selvagem” o afasta da condição de pessoa. Em pesquisa sobre as notícias referentes à demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, Braga e Campos (2012, p. 504) questionam se a invisibilidade é uma consequência do fato de os grupos indígenas serem tutelados, portanto “legalmente incapazes”. Para os autores, o cenário indica um conjunto de representações que permeia a memória coletiva dos não-indígenas, reavivada pelos veículos midiáticos.

### 5.1.1 Acontecimento, enquadramento e oralidade

Os estudos sobre acontecimento nos permitem analisar a complexidade do fenômeno. Os autores estudados classificam o acontecimento como algo que rompe a superfície lisa da história, num claro sinal de descontinuidade (RODRIGUES, 1993). Nora (1977, p. 245) observa que, nas sociedades contemporâneas, é somente através dos *mass media* “que o acontecimento nos toca e não pode evitar-nos”. “Para que haja acontecimento, é preciso que ele seja conhecido”, sentencia o autor.

A característica do acontecimento que sai da rotina, revelando a sua singularidade, mencionada por Rodrigues (1993), nos permite analisar o evento em discussão a partir de uma ótica bastante particular. Afinal, a temática indígena não é algo que costuma receber espaço na cobertura jornalística dos principais veículos de comunicação do país. Desta forma, não é percebida enquanto acontecimento.

E, quando falamos em acontecimento e notícia, necessariamente devemos nos referir ao enquadramento que é dado ao fato. “Não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular”, segundo Charaudeau (2007, p. 131). Esse ponto de vista constrói um objeto dado como “fragmento do real”. Deste modo, conforme o autor, aquilo que acreditamos ser a realidade empírica se trata na verdade, de um real construído. Defender a possibilidade de desvelar essa “realidade

<sup>33</sup> FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO. **Índio**. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>>. Acesso em: 25/11/2020.

ontológica oculta", conforme Charaudeau (2007, p. 131) seria "reviver um positivismo de má qualidade".

Ao tratar da memória coletiva, Pollak (1989) ressalta a sua relação com a história oral. Essa, ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, ressaltou a importância das "memórias subterrâneas", em contraponto à "memória oficial", ou memória nacional. Essa perspectiva, conforme o autor, deixa claro o caráter "destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional" (POLLAK, 1989, p. 4). A memória subterrânea, por seu turno, segue seu trabalho de subversão no silêncio, aflorando em momentos de crises e sobressaltos bruscos.

Ao citar os desdobramentos do expurgo da memória de Józef Stalin na antiga União Soviética, Pollak (1989, p. 5) fala da "irrupção de ressentimentos acumulados no tempo e de uma memória da dominação e de sofrimentos que jamais puderam se exprimir publicamente". Mesmo enfrentando o que o autor considera "doutrinação ideológica", as memórias subterrâneas permanecem vivas, transmitidas de uma geração a outra de forma oral, e não por meio de publicações.

O texto de Pollak (1989) nos ajuda a compreender que, bem mais do que a cobertura de um evento ligado ao povo indígena, estamos diante de um caso em que a memória não oficial se manteve viva, em contraponto à forma como era retratada pelos veículos oficiais e pela imprensa hegemônica. Essas lembranças proibidas ou indizíveis são, conforme o autor, "zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante" (POLLAK, 1989, p. 8).

Ao mesmo tempo, trata-se de um acontecimento singular porque evoca o passado, algo atrelado à própria identidade nacional, provocando uma ruptura. Da mesma forma, rememorar essa identidade indígena representa uma tentativa de chamar a atenção para os problemas ainda decorrentes da ocupação europeia no Brasil e no continente sul-americano – o que é agravado pelo fato, citado nas reportagens, de que o atual governo brasileiro adota uma postura de crítica à política indigenista em diversos aspectos.

### **5.1.2 Reportagens analisadas**

A busca pelo termo "Acampamento Terra Livre" no site do El País Brasil demonstra que cinco reportagens sobre o tema foram publicadas no período

compreendido entre os dias 19 e 28 de abril de 2019. Há, ainda, uma sexta ocorrência, um texto opinativo da colunista Eliane Brum, que não será analisado neste estudo. A busca pela tag "indígenas", porém, demonstra que o espaço dedicado à temática pelo periódico espanhol excede a cobertura do evento realizado em Brasília<sup>34</sup>.

A primeira reportagem, intitulada "Ditadura militar, uma ferida aberta na aldeia Ocoy"<sup>35</sup>, publicada no dia 19 de abril de 2019, aborda o Acampamento Terra Livre de uma maneira indireta. Isso porque o texto, assinado por Beatriz Jucá, refere-se a denúncias de violações sofridas pelos povos Avá-guarani durante a construção da usina de Itaipu, recontadas no cotidiano da aldeia. Na reportagem, os integrantes da aldeia indígena deixam claro o temor pelo futuro da comunidade frente à ascensão do governo Bolsonaro.

Quanto ao primeiro nível da análise, que corresponde às marcas da apuração, nota-se que o texto está assinado por uma das jornalistas que atuam no El País Brasil, sediada em São Paulo, onde está localizada a redação do veículo. O nome da capital paulista, ao lado da assinatura da repórter, indica que a apuração tenha ocorrido em ambiente interno, ou seja, dentro da redação, já que não há indícios de que o jornalista tenha se deslocado. A aldeia Ocoy, segundo o próprio texto, está localizada no oeste do Paraná, a quase 600 quilômetros de Curitiba.

No que se refere à origem da informação, observa-se a presença de fontes de natureza diversa. O texto conta com informações de primeira mão, que incluem entrevistas com o cacique Celso Ocoy (fonte cidadã) e com o procurador Julio José Araújo Junior, do Ministério Público Federal (fonte do poder público). Porém, a jornalista também se utiliza das chamadas informações de segunda mão, como o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a Medida Provisória 870 (que colocou a Funai sob a responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (documentos impressos e eletrônicos). Uma frase do então candidato à Presidência Jair Bolsonaro é citada, atribuída a entrevista concedida por ele à Globo News (reedição).

Quanto ao segundo nível da análise, as marcas da composição do produto, podemos afirmar que a publicação se enquadra no gênero jornalístico da reportagem.

---

<sup>34</sup> Somente no ano de 2020, ou seja, após o Acampamento Terra Livre 2019, a busca pela tag "indígenas" resulta em 42 publicações. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>35</sup> EL PAÍS. **Política**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946\\_568502.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

Com relação aos recursos visuais, a publicação é ilustrada por quatro fotografias, nenhuma delas produzidas pela própria equipe do El País Brasil. Três imagens, que ilustram a aldeia Ocoy, são creditadas com o nome do Cimi (Conselho Indigenista Missionário). A outra imagem, que segundo a legenda mostra o momento em que “funcionários de Itaipu comemoram incêndio de comunidade indígena no oeste do Paraná”, tem como origem o acervo da Comissão da Verdade do Paraná.

No terceiro nível, os aspectos do contexto da produção, destacamos que a reportagem traz o link de outras três publicações do próprio El País Brasil nos últimos dois anos sobre a questão indígena. Os textos são: “Os deslocamentos forçados de indígenas na ditadura, em imagens”, “A bomba-relógio das demarcações indígenas no Governo Bolsonaro” e “Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os povos indígenas, por Fiona Watson”. Cabe ressaltar que estes links se encontram em local de destaque na publicação, logo abaixo do primeiro parágrafo do texto, sob uma aba denominada “mais informações”.

O evento em si abordado com destaque no dia 23 de abril, com reportagem intitulada “Indígenas se reúnem em Brasília sob forte tensão com o Governo Bolsonaro”<sup>36</sup>. O texto, de autoria de Marina Rossi, faz uma relação direta entre o evento e as manifestações recentes do presidente Jair Bolsonaro de teor anti-indigenista. Embora edições do evento já tivessem ocorrido em anos anteriores, o texto chama a atenção para o clima de animosidade entre manifestantes e governo. A linha de apoio da matéria menciona, inclusive, que a Força Nacional pretendia atuar nas imediações do lugar onde ocorria o evento. O próprio presidente Bolsonaro referiu-se ao evento, segundo a reportagem, como “encontrão de índios” financiado com dinheiro público. O texto relata que os indígenas demonstram contrariedade em relação a medidas tomadas pelo governo Bolsonaro, como a transferência do poder de demarcação de terras indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) para o Ministério da Agricultura.

Quanto às marcas da apuração, o texto novamente é assinado por uma jornalista da equipe do El País Brasil sediada em São Paulo, Marina Rossi. Não há indícios de que tenha sido feitas entrevistas para esta publicação. Isso porque as fontes citadas no texto, como o presidente Jair Bolsonaro, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a líder indígena Sonia Guajajara são citadas por meio de

---

<sup>36</sup> EL PAÍS. **Política**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946\\_568502.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html)>. Acesso em: 17 jun. 2020.

postagens em suas redes sociais ou de nota oficial. Portanto, não há sinais de que a equipe tenha se deslocado para a execução da reportagem.

No que tange às marcas da composição, observa-se que a publicação em questão pode ser classificada como reportagem, ainda que com menos aprofundamento em relação ao texto anterior. A publicação é ilustrada com uma imagem do acampamento do ano anterior, cedida pela Agência Brasil, em que dois indígenas são retratados com os punhos para o alto, o que reforça o caráter de enfrentamento com o governo federal. A apresentação visual é completada ainda por uma publicação de Sonia Guajajara no Twitter, que foi incorporada à publicação, em que ela critica o uso da Força Nacional em Brasília durante o período do evento. Uma aba intitulada Mais Informações, logo no início do texto, traz outras três publicações relacionadas: “Conselhos sociais sobre indígenas, LGBTs e população de rua estão na mira de Bolsonaro”, “Bolsonaro: 100 dias de guerra contra os indígenas” e a fotogaleria “As caras do acampamento indígena em Brasília”.

A terceira reportagem a ser analisada, publicada no dia 25 de abril de 2019, é a trazer a cobertura do Acampamento Terra Livre propriamente dito. O título do texto, “Indígenas em Brasília: Desta vez não trouxemos nem as crianças nem idosos”<sup>37</sup>, refere-se ao clima de tensão que marcou o início da mobilização, já que o governo federal havia autorizado o uso da Força Nacional. O texto é assinado pela repórter Marina Rossi, desta vez baseada em Brasília. Desta forma, quanto à assinatura, o texto é classificado como tendo sido escrito por um enviado especial. A apuração externa, feita no local do acontecimento, fica explícita também pela descrição que a repórter faz do ambiente que encontrou enquanto cobria as manifestações. Logo no primeiro parágrafo, por exemplo, o texto informa que “com toalhas e sabonetes na mão, indígenas de diversas etnias do Brasil aguardavam sua vez para o banho no final da tarde desta quarta-feira em Brasília”. Mais adiante, frente a tensão provocada pela presença da Força Nacional nas imediações, a reportagem conta que “um coronel da Polícia Militar atravessou a rua que separava o lago do Congresso do gramado do acampamento para explicar, contudo, que se tratava apenas das solenidades de abertura da Operação Tiradentes”.

Quanto à origem da informação, as fontes da terceira reportagem estão limitadas a três indígenas que participaram do acampamento (fontes cidadãos), além das informações provenientes da observação da própria repórter. A frase que dá título

---

<sup>37</sup> EL PAÍS. **Política**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946\\_568502.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

à publicação, e que representa a tensão entre índios e governo federal, é atribuída ao cacique Bruno Guajajara. Mais uma vez, a líder Sonia Guajajara é utilizada como fonte. "O mundo está de olho no Brasil e nos povos indígenas. Fomos os primeiros a serem atacados em janeiro de 2019, mas também fomos os primeiros atacados em 1500. Vamos resistir", disse ela, segundo a reportagem.

O texto se enquadra no gênero jornalístico de notícia. A publicação é ilustrada por uma fotografia que mostra indígenas banhando-se no Acampamento Terra Livre. A imagem é de autoria do repórter fotográfico Lucas Landau, colaborador do El País Brasil.

A quarta postagem, publicada no dia 25 de abril, é, na verdade, uma publicação com o retrato de dez indígenas que participam da manifestação, sob o título "As caras do acampamento indígena em Brasília"<sup>38</sup>. Indígenas "anônimos" e de diferentes regiões do país foram fotografados e entrevistados pela reportagem. "Depois que esse presidente se elegeu, a nossa situação que já era grave, ficou ainda pior", disse Bitaté Uru Eu Wau Wau, 18 anos, de Rondônia. O trabalho é assinado por Marina Rossi e Lucas Landau, baseados em Brasília. Portanto, a assinatura e as marcas presentes na publicação demonstram que a apuração foi feita de forma externa. As fontes consultadas – no caso, os dez indígenas fotografados e entrevistados – podem ser classificados como fontes cidadãos. Cabe acrescentar que estes entrevistados não haviam aparecido anteriormente nas reportagens do El País Brasil sobre o acampamento.

O gênero jornalístico, neste caso, é a fotonotícia ou fotolegenda. Quanto à apresentação visual, as fotografias dos entrevistados foram publicadas em tamanho maior, de modo a preencher toda a tela do navegador, como forma de dar um destaque maior à imagem dos indígenas.

A cobertura do Acampamento Terra Livre se encerra no dia 28 de abril com uma entrevista com uma das porta-vozes do movimento, Ro'Otsitsina Xavante. O título é uma frase atribuída à entrevistada: "Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira"<sup>39</sup>. Em formato de perguntas e respostas, o texto trata da sua participação no Acampamento Terra Livre e da luta para combater o machismo dentro das aldeias. Novamente, o texto é assinado pela jornalista Marina

---

<sup>38</sup> EL PAÍS. **Política**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946\\_568502.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

<sup>39</sup> EL PAÍS. **Política**. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946\\_568502.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/28/politica/1553792946_568502.html)>. Acesso em: 18 jun. 2020.

Rossi, baseada em Brasília. Portanto, quanto à assinatura, trata-se de trabalho executado por enviado especial, com apuração em ambiente externo.

A origem da informação são informações de primeira mão com base em fonte institucional, uma vez que a entrevistada é uma liderança indígena com representatividade dentro do movimento. Quanto ao gênero jornalístico, está claro que se trata de entrevista. No quesito apresentação visual, a reportagem é ilustrada por três imagens, sendo que a primeira é uma fotografia em destaque da entrevistada. As outras duas imagens mostram mulheres indígenas durante o Acampamento Terra Livre. Todas as fotografias são de autoria do repórter fotográfico Lucas Landau. Assim como as demais reportagens, também há links que direcionam para outras três publicações sobre o tema. Neste caso, as reportagens: “Indígenas em Brasília: ‘desta vez não trouxemos as crianças e nem os idosos’”, “Indígenas se reúnem em Brasília sob forte tensão com o Governo Bolsonaro” e “‘Vamos seguir resistindo’: o recado dos povos da floresta”.

## 5.2 OS 130 ANOS DA LEI ÁUREA NOS SITES ESTRANGEIROS

O modo de os veículos de imprensa retratarem a escravidão ocorre em um contexto de transformação no jornalismo. Na virada do século XIX para o XX, uma mudança estrutural converteu o jornalismo partidário, em que predominava a opinião. Nas décadas de 1970 e 1980, o mundo assiste ao surgimento do jornalismo “de comunicação”. Esse fenômeno reflete o deslocamento da atenção de um público menos interessado em política e mais interessado na busca da felicidade privada (NEVEU, 2006). Neste contexto, conforme o autor, a informação atualizada sobre o acontecimento é apenas um dos itens oferecidos ao leitor. Ao mesmo tempo, valoriza-se a ocorrência das *soft news* e da informação relacionada à saúde, ao lazer, ao consumo, etc. O jornalista de comunicação, segundo Neveu, age como um “vulgarizador, conselheiro, até como um amigo, mantendo uma relação de familiaridade com seu público, divertindo-o” (NEVEU, 2006, p.164), despojando-se da postura de autoridade e de autor de uma relação cívica.

A instantaneidade e a cobertura em tempo real (MORETZSOHN, 2002) eram características atribuídas ao jornalismo digital nos primeiros anos de popularização da internet comercial, enquanto que aos jornais impressos caberia uma reflexão sobre o cotidiano. Mas, se por um lado a produção informatizada e diária tende a “triturar os fatos” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 37), transformando-os em um produto, por

outro, a análise do cotidiano encontra espaço em iniciativas localizadas à margem dos grandes grupos de comunicação do país, com foco em um jornalismo mais analítico, inclusive no ambiente digital.

Sabemos que os meios de comunicação produzem, sobre si, inúmeros discursos em torno da objetividade que guia o seu trabalho, o que está inserido no modelo praticado pelo jornalismo “mosaico”. Conforme os slogans destes veículos de imprensa, a “verdade” está no modo de objetivação jornalística do real. A tensão entre as mídias nacionais e os veículos estrangeiros têm nos mostrado outro cenário. Desta forma, a crítica das práticas jornalísticas nos permite observar o outro lado desse jornalismo que se diz da objetividade.

Certas experiências, porém, apontam para um outro tipo de jornalismo. Marocco (2008) aponta a existência de dois exemplos, pensados e praticados por Michel Foucault, com o intuito de “dar relevo a milhares de informações e voz a fontes silenciadas” (p. 35). São elas: a “reportagem de ideias” e as experiências do Grupo de Investigações das Prisões (GIP). A reportagem de ideias associa as práticas jornalísticas à ação do intelectual. Foi o que Foucault desenvolveu no Irã, ao constatar que o anseio da população por um governo islâmico diferia da visão demonstrada pelos meios de comunicação da época. No caso do GIP, tratava-se de gerar informações sobre “uma das zonas de sombra de nossas vidas” (ERIBON, 1990, p. 215-219), lembrando como os jornais silenciavam sobre o que ocorria nas prisões francesas. No jornalismo brasileiro, zonas de sombra e de esquecimento fazem com que o silenciamento impere sobre diversos assuntos. No caso das reportagens que tratam sobre a abolição da escravatura, a reflexão sobre o tema ganha importância num momento em que a memória sobre o período da escravidão vem sendo desprezada por autoridades, apesar da dívida histórica que o último país das Américas a abolir a escravidão tem para com a população negra.

Considerando a abolição da escravatura no Brasil, ocorrida em 1888, como um destes acontecimentos que provocam rupturas na sociedade, interferindo no presente e alimentando a esperança de conquistas futuras (MAROCCO, ZAMIN e BOFF, 2012), nossa análise vai se debruçar sobre reportagens veiculadas por sites jornalísticos com atuação no Brasil, de origem nacional e estrangeira, por ocasião dos 130 anos da assinatura da Lei Áurea.

Ao analisar a prevalência da cultura da alteridade nas organizações comunicacionais, Allan (2010) aborda a questão da diversidade étnica no jornalismo. O autor faz menção a comentários racistas surgidos por ocasião da posse de Barack

Obama como presidente dos Estados Unidos, em 2008. Chama a atenção para o fato de um jornal do Mississippi ter publicado editorial com uma espécie de pedido de desculpas pelo posicionamento adotado no passado em relação aos direitos civis. Sabe-se, por exemplo, que a porcentagem de jornalistas dos Estados Unidos pertencentes a minorias étnicas pouco cresceu ao longo das últimas décadas – em 2007, conforme o texto, estava em 13,52% (ALLAN, 2014). Já foi objeto de diversas pesquisas, que o percentual de jornalistas negros nas redações brasileiras é insignificante quando se leva em conta o percentual de negros da população brasileira.

Para Allan (2010), o jornalista disposto a participar do diálogo e sobre como definir sua identidade de uma maneira progressista deverá “começar não com as premissas de uma profissão que procuram servir, mas com as suas obrigações com os públicos diversos cujos interesses afirmam representar” (ALLAN, 2010, p. 39). A assimilação a que se referem Galtung e Ruge (1999), no tocante aos requisitos que tornam provável a transformação do acontecimento em notícia, ocorre num contexto em que a política editorial das organizações jornalísticas costuma ser aceita pelo jornalista, embora raramente as regras estejam explícitas (SOLOSKI, 1999, p. 99).

O recorte temporal é composto pelas reportagens publicadas entre os dias 11 e 13 de maio de 2018, por ocasião do aniversário de 130 anos da Abolição da Escravatura no Brasil, nos seguintes sites jornalísticos: BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil, G1, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo. A Lei Áurea foi assinada pela princesa Isabel, regente do Brasil Imperial, no dia 13 de maio de 1888. A análise vai levar em conta as arestas do poliedro de inteligibilidade presentes nas reportagens a seguir, invisibilizadas no cotidiano da cobertura jornalística. Pretende-se observar em quais destes trabalhos está presente a acontecimentalização, ao evidenciar as múltiplas dimensões do acontecimento em estudo, comparando as reportagens dos sites de origem estrangeira (BBC e Deutsche Welle) com aqueles de origem nacional (G1, Folha e Estadão).

### **5.2.1 BBC Brasil**

A primeira reportagem que iremos analisar intitula-se “A luta esquecida dos negros pelo fim da escravidão no Brasil”<sup>40</sup>, publicada no site da BBC Brasil no dia 11 de maio de 2018. O texto, assinado pelas jornalistas Amanda Rossi e Juliana Gragnani, foi publicado por ocasião dos 130 anos da Lei Áurea, transcorridos no dia 13 daquele mês. Com vasto material fotográfico, mapas e imagens de jornais da época, a reportagem divide-se em quatro partes: A luta pela abolição, O movimento abolicionista, as Revoltas e o “depois”. A leitura nos permite assinalar as arestas de inteligibilidade presentes no texto, destacados abaixo:

1. Protagonismo dos negros: O foco da publicação – como o título sugere – é registrar o protagonismo dos negros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil, já que a façanha é normalmente atribuída à princesa Isabel, que assinou a Lei Áurea no dia 13 de maio de 1888. O sentimento de alegria vivido naquela data é registrado nas falas de escritores negros, como Machado de Assis e Lima Barreto, reproduzidas na reportagem. “Todos respiravam felicidade, tudo era delírio”, escreveu Machado. Há também menção a uma missa realizada no Campo de São Cristóvão, quatro dias após a abolição, registrada em fotografia onde aparece a princesa Isabel e, supostamente, o escritor Machado de Assis.

2. Dimensão da escravidão no Brasil e no mundo: A reportagem trata de contextualizar os acontecimentos, ressaltando que o Brasil foi o último país do continente americano a acabar com a escravidão. Ao longo de três séculos, segundo o texto, o país foi destino de quase cinco milhões de pessoas. Os descendentes daqueles que chegaram também foram escravizados. A quantidade de pessoas escravizadas que desembarcaram no Brasil, entre 1560 e 1856, é contabilizada por meio de um gráfico, que utiliza dados da organização internacional *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*. É possível observar que a escravidão se intensificou na década de 1820, atingindo o seu pico no ano de 1829, com 72.949 escravos. Outro gráfico, em formato de mapa, mostra a origem dos escravos. Outro mapa, do Brasil, mostra a quantidade de escravos que desembarcaram no Brasil por região, sendo que a maioria foi levada para o Sudeste.

3. Movimentos populares e ideais abolicionistas: O fim da escravidão, conforme a reportagem da BBC, foi impulsionado por diversos fatores, o que inclui, como mencionamos, a participação popular, de modo que escravos, negros livres e

---

<sup>40</sup> BBC. **Luta pela abolição**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/resources/ids-h/lutapelaabolicao>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

brancos compartilhavam dos ideais abolicionistas. O movimento, segundo o texto, colocou o Brasil em polvorosa durante a década de 1880, sendo que algumas cidades isoladas já haviam se declarado livres da escravidão. Os debates na Justiça e no Parlamento eram acalorados.

4. Especialistas entrevistados: O ponto de vista da reportagem é reforçado com o depoimento de especialistas sobre a história da escravidão. A princesa Isabel “teve uma importância bem lateral”, afirma a socióloga Angela Alonso, que considera que “há vários líderes negros que foram muito importantes”. Outro entrevistado, o professor da Universidade Estadual do Paraná Ricardo Tadeu Caires Silva, “explica que durante muito tempo o estudo da história tratou a abolição como uma dádiva da princesa Isabel”. O movimento abolicionista é resgatado por meio da menção a nomes como José do Patrocínio, Luis Gama e Joaquim Nabuco.

### 5.2.1 Deutsche Welle Brasil

A segunda reportagem que iremos analisar intitula-se “Escravidão brasileira, fantasma que se recusa a desaparecer”<sup>41</sup>, publicada pelo site Deutsche Welle Brasil no dia 13 de maio de 2018. Da mesma forma que o texto da BBC Brasil, a reportagem foi publicada em alusão aos 130 anos da abolição da escravatura. O texto é assinado por Thomas Milz, jornalista alemão residente no Brasil. No texto, destacam-se:

1. Crueldade da escravidão: A reportagem é ilustrada por uma gravura da época em que escravos aparecem trabalhando vigiados por um feitor. Na legenda, há uma crítica ao fato de as ilustrações da época raramente demonstrarem a “real crueldade da escravidão”. Há também fotografias de dois locais históricos relacionados à escravidão no Brasil: o Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo, ambos no Rio de Janeiro. A quarta e última fotografia é de um desfile da escola de samba Beija-Flor, de 2012, ano em que o samba-enredo da agremiação abordou a saga dos africanos no Brasil escravagista.

2. Racismo no Brasil: A reportagem da Deutsche Welle busca demonstrar que, passados 130 anos da abolição da escravatura, milhões de afro-brasileiros ainda convivem com resquícios do período pré-abolição e vivem sob as mesmas condições precárias que os seus ancestrais. O texto inicia afirmando que, ao contrário de outras

---

<sup>41</sup> DEUTSCHE WELLE. **Escravidão brasileira que se recusa a desaparecer**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/escravid%C3%A3o-brasileira-fantasma-que-se-recusa-a-desaparecer/a-43720660>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

nações, a abolição no Brasil não se deu com uma guerra civil sangrenta (caso dos Estados Unidos), tampouco com uma revolta de escravos bem-sucedida (caso do Haiti). A carência de mão de obra, segundo a reportagem, foi em parte suprida pela presença dos imigrantes europeus, que chegaram em massa ao Brasil – no caso dos alemães, a partir da década de 1820 (é importante lembrar que a Deutsche Welle é uma empresa estatal alemã).

A premissa é reforçada pela fala do psicanalista Contardo Calligaris, que diz: “todas as relações de poder do Brasil são absolutamente habitadas pelo fantasma da escravidão”. Para o ativista Celso Athayde, também entrevistado para a reportagem, “a sobra da escravatura só desaparecerá quando a população brasileira de cor finalmente se tornar protagonista da própria história”. A reportagem menciona ainda a existência da escravidão contemporânea, em fábricas têxteis ilegais ou minas de carvão. Outro fato mencionado é a tentativa do governo de Michel Temer de abrandar o conceito de escravidão moderna, em 2017, o que foi rechaçado após forte reação internacional.

3. Dimensão da escravidão no Brasil: A reportagem menciona que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, sendo que isso ocorreu “só depois de esse sistema econômico ter se esvaziado”. A seguir, o jornalista apresenta números que demonstram a dimensão da escravidão no Brasil. “O balanço de seus 350 anos é atroz: um de cada dois africanos traficados foi parar no Brasil, 2 milhões só no Rio, um total de 5,8 milhões ao longo do litoral”, continua o texto. O texto menciona ainda os horrores da travessia dos escravos rumo ao continente americano.

4. Efeitos nefastos da escravidão: Ao referir-se ao “legado nefasto” da abolição, a reportagem da Deutsche Welle observa que a libertação resultou em uma “catástrofe econômica” para os escravos, já que, sem dinheiro ou formação profissional, foram entregues ao próprio destino. “E lá se encontram, até hoje”, prossegue o texto. Em seguida, o autor afirma que milhões de afro-brasileiros vivem atualmente sob as mesmas condições precárias de seus ancestrais. Ele lembra, por exemplo, que dois terços das cerca de 60 mil vítimas de homicídios a cada ano são jovens negros.

### **5.2.2 Sites nacionais**

Para analisar a cobertura das empresas jornalísticas nacionais, iremos nos ater ao conteúdo publicado pelos sites G1, Folha e Estadão. Uma busca personalizada

pelos termos “Lei Áurea” e “escravidão” foi feita nestes portais, no período compreendido entre os dias 11 e 13 de maio de 2018, com o objetivo de identificar as reportagens publicadas sobre o aniversário de 130 anos da abolição.

No site G1, diversas menções à Lei Áurea foram encontradas na data pesquisada, porém algumas delas estão relacionadas a conteúdos produzidos por outras plataformas das Organizações Globo, como os programas de televisão, que tiveram sua reportagem produzida no meio digital. Também há publicações relacionadas às sucursais do portal.

No nosso entendimento, a principal publicação relacionada ao tema é a reportagem “Negros ganham R\$ 1,2 mil a menos que brancos em média no Brasil; trabalhadores relatam dificuldades e racismo velado”<sup>42</sup>, publicada no dia 13 de maio de 2018. O texto aborda a história de três personagens que revelam situações de racismo no mercado de trabalho vivenciadas no dia a dia. Na linha de apoio, a matéria sustenta que “segundo especialistas, período de escravidão e falta de políticas públicas estão por trás de desigualdades atuais”. Também destaca que, conforme dados do IBGE, os negros têm índices de educação mais baixos e condições de vida mais precárias. Entre as razões, o texto cita, atribuindo a informação a especialistas, que o preconceito e o racismo são um aspecto importante da herança centenária que remete ao período da escravidão.

A reportagem conta ainda com dois vídeos produzidos especialmente para o site. No primeiro, a narradora cita os dados do IBGE que apontam a discrepância entre a renda de brancos e negros. No segundo, três entrevistados contam experiências negativas vividas no mercado de trabalho em razão da cor da pele. O portal também republicou, no dia 13 de maio de 2018, a reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”<sup>43</sup>, produzida pela BBC Brasil.

O jornal O Estado de São Paulo publica em seu site, no período analisado, duas reportagens relativas ao tema. Na reportagem “Memória da escravidão se apaga em

---

<sup>42</sup> GLOBO. **Negros ganham 1,2 mil a menos que branco em média no Brasil**: trabalhadores relatam dificuldades e racismo velado. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/negros-ganham-r-12-mil-a-menos-que-brancos-em-media-no-brasil-trabalhadores-relatam-dificuldades-e-racismo-velado.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>43</sup> GLOBO. **Muito além da princesa Isabel**: 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil. Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/muito-alem-da-princesa-isabel-6-brasileiros-que-lutaram-pelo-fim-da-escravidao-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

SP<sup>44</sup>, publicada no dia 13 de maio de 2018, o foco é as más condições de preservação das fazendas que contam a história da escravidão no interior do Estado de São Paulo. Segundo o texto, das quase mil senzalas que existiam nos ciclos da cana-de-açúcar e do café, hoje restam não mais do que uma dezena. O único entrevistado é o advogado Ademir José da Silva, presidente da Comissão da Verdade sobre a Escravidão Negra, que denuncia um processo de “apagar a memória da escravidão porque o Brasil tem vergonha da história de sua formação”.

A outra reportagem de O Estado de São Paulo, publicada no dia 12 de maio de 2018 na editoria de Cultura, refere-se ao lançamento do Dicionário da Escravidão e Liberdade<sup>45</sup>. No texto, a antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, coautora da obra junto com o historiador Flávio dos Santos Gomes, afirma que a Lei Áurea pregava uma ideia de liberdade para o “momento presente”, de modo que o sistema foi perpetuado por uma “continuidade da escravidão”, embora não formalmente. Gomes, da mesma forma, faz críticas ao período pós-abolição. Ele menciona que a abolição se deu de forma mais lenta na comparação com os Estados Unidos. Ainda segundo a reportagem, a obra “reúne 50 textos críticos que buscam abordar o maior espectro possível de aspectos sobre o tema”.

No site do jornal Folha de São Paulo, a busca pelos termos anteriormente citados resulta em apenas uma reportagem produzida originalmente pela empresa, que trata do lançamento do livro “Dicionário da Escravidão e Liberdade”, de Lilia Moritz Schwarcz e Flávio dos Santos Gomes. A abordagem do texto “Historiadores lançam dicionário com ensaios sobre a escravidão no Brasil”<sup>46</sup>, publicado no dia 12 de maio de 2018, consiste em desmentir com base na obra algumas informações falsas que circularam na época da escravidão. A alegação de que Rui Barbosa teria mandado queimar documentos relativos ao período, por exemplo, é contestada pelos autores, que alegam que o que foi destruído foram documentos relativos a impostos, um sinal “aos senhores que esperavam ser indenizados após a Abolição”. A Folha, a exemplo

---

<sup>44</sup> ESTADÃO. **Memória da escravidão se apaga em SP**. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,memoria-da-escravidao-se-apaga-em-sp,70002306288>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>45</sup> ESTADÃO. **Nos 130 anos da Lei Áurea livro reúne debate sobre escravidão**. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,nos-130-anos-da-lei-aurea-livro-reune-debate-sobre-escravidao,70002305402>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>46</sup> FOLHA DE SÃO PAULO. **Historiadores lançam dicionário com ensaios sobre a escravidão no Brasil**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/05/historiadores-lancam-dicionario-com-ensaios-sobre-a-escravidao-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

do G1, também republicou a reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”<sup>47</sup>, de autoria da BBC Brasil.

### 5.3 AS QUEIMADAS NA AMAZÔNIA E O JORNALISMO AMBIENTAL DOS SITES DE ORIGEM ESTRANGEIRA

O meio ambiente ganhou status de protagonista na pauta dos veículos de comunicação brasileiros e internacionais em 2019, primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, conhecido por declarações que vão na contramão da preservação ambiental. Neste contexto, a Amazônia e seus problemas receberam atenção especial da mídia. O ápice deste movimento ocorreu em meados de 2019, quando o número de queimadas no bioma amazônico passou de 89 mil<sup>48</sup>, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e chamou a atenção dos grandes centros urbanos pela fuligem que se espalhou pelos céus do país.

Um momento central para se analisar o desastre ambiental recente do Brasil é o dia 10 de agosto de 2019, data que ficou conhecida como “Dia do Fogo”. Naquele dia, em uma ação coordenada, fazendeiros e desmatadores do Pará organizaram uma manifestação de apoio às políticas de desmonte ambiental, elevando ainda mais os números de focos de queimadas na região amazônica. Nos dias 10 e 11 daquele mês, o INPE detectou 1.457 focos de calor no estado, enquanto no dia 9 haviam sido contabilizados 101. A denúncia foi feita na época pelo jornal Folha do Progresso. A Polícia Federal e o Ministério Público Federal iniciaram investigações, mas um ano depois ninguém havia sido preso. Algumas áreas, segundo o Greenpeace, foram convertidas em pasto, com pecuária dentro<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> GLOBO. **Muito além da princesa Isabel: 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/brasil/noticia/muito-alem-da-princesa-isabel-6-brasileiros-que-lutaram-pelo-fim-da-escravidao-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

<sup>48</sup> INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Queimadas.** Disponível em: <<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal>>. Acesso em: 10 out. 2010.

<sup>49</sup> GREENPEACE. **Dia do fogo completa um ano com legado de impunidade.** Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/dia-do-fogo-completa-um-ano-com-legado-de-impunidade/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

DEUTSCHE WELLE. **Um ano após dia do fogo Amazônia segue em chamas.** Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/um-ano-ap%C3%B3s-dia-do-fogo-amaz%C3%B4nia-segue-em-chamas/a-54519250>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BBC. **O que se sabe sobre o ‘Dia do Fogo’, momento-chave das queimadas na Amazônia.** Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>>. Acesso em: 10 out. 2021.

BBC. **Dia do fogo completa 1 ano sem presos nem indiciados: impunidade incentiva destruição da Amazônia.** Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2020/08/dia-do-fogo-completa-1-ano-sem-presos-nem-indiciados-impunidade-incentiva-destruicao-da-amazonia/>>. Acesso em: 10 out. 2021.

A distância geográfica e cultural entre a Amazônia e os grandes centros urbanos (onde estão localizados os grandes veículos de comunicação do país) faz com que a maior floresta tropical do mundo seja retratada de forma insuficiente pela mídia, quando não influenciada por um viés “exótico” sobre a floresta e seus habitantes.

Galuch e Menezes (2020) afirmam que no município amazonense de Apuí, um dos campeões nacionais de queimadas, o Dia do Fogo ocorreu em 24 de julho daquele ano, motivado pela “crescente flexibilização do marco legal e as promessas de regularização fundiária” (p. 409), assim como pela paralisação da fiscalização desde o início do governo Bolsonaro.

“A Amazônia precisa ser lida e sentida além das narrativas opacas, contra os estereótipos e os ecos do pensamento hegemônico europeu que ainda hoje reverberam sob velhas e novas formas narrativas”, escreve Alda Cristina Costa (2020, p. 13). “Em nome de uma unidade nacional, o discurso hegemônico brasileiro vê as especificidades regionais como dissonantes de uma herança nacional dada”, acrescenta Vânia Maria Torres Costa (2021, p. 7). Conforme a autora, as heranças da perspectiva eurocêntrica distorcem, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social.

Ao analisar a cobertura dos jornais locais O Liberal e A Crítica sobre o desmatamento no Pará, Luft (2005) destacou dois aspectos significativos que comprometem a qualidade da informação sobre o tema: a falta de um acompanhamento efetivo para os fatos ambientais, que ainda depende de denúncias e atos isolados, e a participação inexpressiva das fontes de informação ligadas ao meio científico. A influência de uma visão tecnicamente estrangeira é destacada pela autora, como forma de chamar a atenção da mídia para os problemas socioambientais enfrentados pela maior floresta tropical do mundo.

[...] não fossem as ações do Greenpeace em sua campanha “Amazônia Viva”, talvez as irregularidades praticadas pelo setor madeireiro jamais chegassem ao conhecimento da opinião pública e atingissem tamanha dimensão. Foi preciso a interferência de uma Organização Não-Governamental para que a imprensa regional, até mesmo o próprio Ibama – encarregado de fiscalizar a atuação do setor madeireiro –, atentasse para a situação alarmante de que é vítima hoje o Estado do Pará. (LUFT, 2005, p. 111).

Ao concluir, a autora destaca a importância de uma produção jornalística baseada no aspecto multidisciplinar. Também é ressaltada a pouca expressividade da

cobertura sobre a Amazônia entre os principais jornais e TVs do país, ao mesmo tempo em que o bioma tem sido referência obrigatória em diversos eventos internacionais, “seja pela sua biodiversidade, importância para o equilíbrio ambiental global, seja por seus problemas crônicos, como a questão mineral, os desmatamentos e a degradação étnica” (LUFT, 2005, p. 17). Diversos estudos já se encarregaram de abordar a cobertura jornalística publicada em outros países acerca da Amazônia, de modo que esta não é objetivo deste trabalho.

As reportagens analisadas a seguir foram publicadas no mês de agosto de 2019 em três sites jornalísticos analisados por esta pesquisa: BBC Brasil, Deutsche Welle Brasil e El País Brasil. A data foi escolhida porque, no dia 10 daquele mês, uma série coordenada de incêndios florestais provocou um aumento expressivo no número de queimadas na região da Amazônia<sup>50</sup>.

Inicialmente, identificamos uma série de reportagens com o tema Amazônia no mês de agosto, tanto antes quanto após ao fato. Como a quantidade delas se mostrou considerável para a análise que pretendemos fazer, decidimos optar por uma delimitação. A data que podemos classificar como um epicentro na divulgação do ocorrido foi identificada como sendo o dia 22 de agosto de 2019, quando o número de reportagens sobre o tema nos três sites dá um salto. Assim sendo, optamos por analisar duas reportagens por veículo publicadas nesta data, ainda que tenhamos a ideia de que tal procedimento não irá nos trazer uma análise completa do caso. O método utilizado para esta análise será a já referida análise de cobertura jornalística (SILVA; MAIA, 2011).

Cabe ressaltar que um dos desafios relacionados a esta pesquisa foi a identificação destas reportagens nos referidos sites, já que os três não contam com ferramentas de busca eficientes em suas páginas iniciais. Por isso, foram utilizadas tags e postagens em redes sociais a fim de que fosse montado uma espécie de mapa das publicações relacionadas ao período.

### **5.3.1 Deutsche Welle Brasil**

No site Deutsche Welle Brasil, identificamos um total de 28 publicações relacionadas à Amazônia durante o mês de agosto de 2019 – ou seja, uma média de

---

<sup>50</sup> INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **O dia do fogo nunca acabou na Amazônia**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-dia-do-fogo-nunca-acabou-na-amazonia>>. Acesso em: 30 nov. 2021.

quase uma por dia. As duas primeiras reportagens, "Governo volta a contestar dados de desmatamento" e "Diretor do Inpe é exonerado após embate com Bolsonaro", foram publicadas no dia 2 daquele mês. Ambos os textos nos apresentam a tônica da relação do governo de Jair Bolsonaro com as questões ambientais, ao abordar a contestação dos dados mais recentes sobre o aumento do desmatamento da Floresta Amazônica e a exoneração de Ricardo Galvão, diretor do INPE, após críticas feitas por ele ao governo federal.

As reportagens publicadas nos dias seguintes seguem trazendo dados sobre o desmatamento e a postura do governo Bolsonaro em relação ao problema. Um aspecto que salta aos olhos é a importância dada pelo DW Brasil às notícias relacionadas à Alemanha. Texto publicado no dia 10 de agosto diz que "Ministério alemão vai suspender projetos na Amazônia". Trata-se de uma entrevista da ministra alemã do meio ambiente reproduzida do jornal Tagesspiegel. Outras reportagens que tratam a questão do ponto de vista da Alemanha vieram a ser publicadas na sequência.

A primeira reportagem a mencionar diretamente as queimadas data do dia 20 de agosto, com o título "Queimadas são resultado de má-fé, preguiça e ignorância"<sup>51</sup>. Assinada pela jornalista Nádia Pontes, trata-se de uma entrevista com o pesquisador Alberto Setzer, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que apresenta dados estatísticos do monitoramento de ocorrências entre os dias 1º de janeiro e 18 de agosto daquele ano. Em comparação com igual período do ano passado, os dados apontam que as queimadas aumentaram em 83%, com 72.843 focos nos oito primeiros meses do ano. Na entrevista, o pesquisador alerta para o fato de que os incêndios florestais têm como consequência dezenas de milhares de internações em hospitais devido a problemas respiratórios, causados pela fumaça. Em 99,9% dos casos, a causa apontada é a atividade humana, proposital ou acidental, segundo Setzer.

O tema das queimadas ganha evidência no dia 20 de agosto, com duas reportagens a respeito: "Queimadas são resultado de má-fé, preguiça e ignorância" e "Queimadas no Brasil aumentam 82% em relação a 2018". Mas é no dia 22 que os acontecimentos relacionados ao Dia do Fogo ganham destaque. Neste dia foram postadas cinco publicações sobre a Amazônia, três delas diretamente relacionadas

---

<sup>51</sup> DEUTSCHE WELLE. **Queimadas são resultado de má-fé, preguiça e ignorância**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/queimadas-s%C3%A3o-resultado-de-m%C3%A1-f%C3%A9-e-ignor%C3%A7%C3%A3o-ign%C3%A2ncia/a-50103955>>. Acesso em: 1 dez. 2021.

aos focos de incêndio. No dia 23, foram mais três reportagens com foco na floresta amazônica. A partir de então, o assunto vai perdendo força até o final do mês, com um texto postado no dia 26, dois no dia 27 e um no dia 31 de agosto.

Entre os conteúdos publicados no dia 22, selecionamos dois deles para dar continuidade à análise: "Queimadas mostram que desmatamento está aumentando" e "Fumaça de incêndios na Amazônia chega ao Peru". Uma terceira publicação, "Por que a Amazônia é vital para o mundo?", foi descartada por não tratar diretamente do problema das queimadas, e sim da importância da floresta para o clima e a biodiversidade do planeta.

A publicação "Queimadas mostram que desmatamento está aumentando" está baseada em uma entrevista do climatologista Carlos Nobre, que atribui a taxa de incêndios na Amazônia, que havia atingido o número mais alto desde o início dos registros, à tradição agrícola e ao desrespeito às leis ambientais encorajado pelo presidente Jair Bolsonaro. Atualmente ligado ao Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA-USP), Nobre afirma que o governo brasileiro promove modelos de desenvolvimento agrícola baseados nas queimadas. "Até o presidente está encorajando, fazendo quase diariamente declarações dizendo que a agricultura é um poderoso setor econômico para o Brasil e que a fronteira agrícola precisa ser expandida", disse o cientista, conforme a publicação. Após uma introdução de quatro parágrafos, o texto toma o formato de pergunta e resposta, totalizando seis questionamentos feitos ao entrevistado.

A publicação é assinada pela jornalista Loveday Wright, que atua da Deutsche Welle, mas não na redação brasileira do veículo. Na linha de apoio, consta que as declarações de Nobre foram dadas "em entrevista à DW", porém não há menção de como essa entrevista foi executada - se presencialmente ou a distância. Por isso, não é possível precisar se a jornalista precisou se deslocar para executar a entrevista. Na matéria também não consta o nome da cidade em que Wright estava baseada. A única fotografia utilizada para ilustrar a matéria também não indica deslocamento, já que se trata de uma imagem da agência AFP, extraída do banco de imagens Getty Images.

Quanto à origem da informação, está claro que se trata de informações em primeira mão, de fonte institucional, por se tratar de um cientista vinculado a uma universidade. Na introdução, porém, são utilizadas informações de segunda mão, como dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) sobre incêndios na Amazônia e uma fala do presidente Jair Bolsonaro dada no dia anterior, sugerindo que

os incêndios seriam fruto de ação criminosa de ONGs para chamar a atenção "contra o governo do Brasil".

Está claro para nós que o gênero jornalístico aqui utilizado é a entrevista. Os recursos visuais utilizados, além da fotografia já mencionada, são dois mapas que mostram o desmatamento na região amazônica em dois momentos distintos: 1985 e 2017. É possível observar, comparando as duas imagens, o avanço do desmatamento na região ao longo das últimas três décadas. Assim como outros conteúdos da DW Brasil, a publicação conta no final do texto com o link que direciona o leitor para outras publicações relacionadas ao mesmo tema. Neste caso, constam o link para sete reportagens do mesmo site.

A reportagem “Fumaça de incêndios na Amazônia chega ao Peru” afirma, em sua linha de apoio, que chamas consomem a Floresta Amazônia no Brasil e na Bolívia há mais de suas semanas, e que a Colômbia ofereceu ajuda para combater incêndios, enquanto ativistas marcam protesto para cobrar medidas do governo brasileiro. O texto atribui ao Centro de Operações de Emergência Regional (COER) do Departamento de Madre de Dios a informação de que a fumaça dos incêndios florestais chegou a algumas províncias do Peru. “Autoridades peruanas informaram na quarta-feira (21/08) que uma cortina fina de fumaça apareceu na última segunda-feira na província de Tambopata”, afirma a reportagem. Segundo a publicação, o fenômeno é percebido através de um cheiro não muito forte, enquanto a qualidade do ar é monitorada pelo Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia (Senamhi).

A publicação não leva a assinatura de nenhum jornalista e, ao final do texto, indica que suas informações tenham sido obtidas por meio de agências de notícias, por meio da inscrição CN/efe/afp. Portanto, não há sinais de que a reportagem tenha sido produzida em ambiente externo à redação. Isso também se deve ao fato de que a única imagem utilizada para ilustrar o texto é uma imagem de satélite, também obtida por meio de agência.

As informações reproduzidas no texto são de primeira mão, mas sua origem é diversa. Elas são atribuídas a fontes governamentais (como o Centro de Operações de Emergência Regional, “autoridades peruanas”, o Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia, o Serviço Nacional Florestal e de Fauna Silvestre do Peru, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o presidente colombiano Iván Duque por meio de publicação no seu Twitter) e também a fontes-cidadãs, como o movimento Extinction Rebellion, que organizou um protesto de ambientalistas no Equador, e o ativista equatoriano Beno Bonilla, do grupo Yasunidos. Bonilla afirma à reportagem

que o fenômeno tem explicação na prática histórica de queimar florestas para expandir fronteiras agrícolas.

Quanto às marcas da composição do produto, o gênero jornalístico que encontramos nesta publicação é a reportagem. O único recurso visual utilizado, como já mencionamos, é uma imagem de satélite do local atingido pelos incêndios. A reportagem também traz links para outras publicações do próprio DW Brasil: uma delas, para reportagem em que ONGs rebatem falas de Bolsonaro sobre queimadas, e outra que afirma que a Noruega suspendeu repasses para o Fundo Amazônia.

### **5.3.2 BBC Brasil**

No site da BBC Brasil foram identificados 34 conteúdos relacionados à crise ambiental na Amazônia entre os dias 1º e 31 de agosto de 2019, média portanto superior a uma por dia. As duas primeiras reportagens, publicadas no dia 2 daquele mês, abordam a divulgação dos dados de desmatamento e a queda do diretor do INPE, Ricardo Galvão, devido a críticas à gestão do governo federal. Nos dias 6 e 7, respectivamente, são publicados um texto sobre artigo do professor da Universidade de Harvard, Stephen M. Walt, sobre a preservação da Amazônia, e a repercussão da demissão do diretor do INPE junto a um diretor da Nasa, que a considera “alarmante”.

As primeiras reportagens relacionadas aos incêndios florestais datam do dia 22 de agosto. Naquele dia, o site da BBC Brasil publicou cinco conteúdos relacionados ao tema, dos quais dois deles foram selecionados para esta análise. Começaremos com a análise da reportagem “'Animais carbonizados e silêncio no lugar do verde e som de pássaros': biólogo descreve cenário após queimadas”, publicada pelo site da BBC Brasil no dia 22 de agosto. A reportagem está baseada nos relatos do biólogo Izar Aximoff, doutor em Botânica pelo Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) e responsável pela frase que virou título da matéria, e em um segundo momento do sargento do Corpo de Bombeiros Pedro Ribas Alves, que foi fotografado dando água a um tatu no interior do Mato Grosso.

O texto relata que Aximoff estudou durante anos a recomposição de florestas no Rio de Janeiro após a incidência de queimadas, testemunhando "áreas verdes se transformarem em pó preto e o rico som das florestas, em silêncio".

Quanto às marcas da apuração, o primeiro item a ser observado é o fato de que a matéria não traz a assinatura de nenhum jornalista, tampouco de alguma agência de notícia. Da mesma forma, não há nenhuma menção ao local da apuração, porém não há sinais de que o responsável pelo texto tenha estado presencialmente no local dos acontecimentos. O crédito das imagens utilizadas na publicação tampouco aponta que tenha havido deslocamento. São cinco imagens: duas delas creditadas ao biólogo Izar Aximoff (uma mostra um filhote de cobra carbonizado, enquanto outra apresenta trecho de mata atingido por incêndio), uma ao banco de imagens Getty Images (que traz o cenário de uma floresta não identificada), uma ao fotógrafo Nacho Doce, da agência de notícias Reuters (que demonstra um incêndio florestal, em local não identificado) e outra ao Corpo de Bombeiros de Mato Grosso (que mostra um bombeiro dando água a um tatu após incêndio no interior daquele estado). Ou seja, nenhuma das imagens foi produzida pela equipe da própria BBC Brasil.

Quanto à origem da informação, percebe-se que a reportagem está baseada principalmente em duas fontes: o biólogo Izar Aximoff e o sargento do Corpo de Bombeiros Pedro Ribas Alves. Conclui-se que ambos os casos constituem informações de primeira mão, por meio de fontes institucionais (Aximoff) e do poder público (Alves).

A publicação enquadra-se no gênero jornalístico reportagem. Quanto aos recursos visuais, como já mencionado, conta com cinco fotografias. Com relação aos aspectos do contexto de produção, ressaltamos que a reportagem contém o link para outras publicações da própria BBC Brasil relacionadas à questão ambiental, totalizando sete reportagens e três vídeos.

A segunda reportagem do site de origem britânica selecionada para esta análise é "Brasil 'invisível' sofre há anos com céu escuro e chuva preta". O texto aborda as consequências das queimadas na Amazônia para os grandes centros urbanos, em especial com relação à qualidade do ar. "O céu escuro em plena tarde de segunda-feira (19/08) assustou moradores de diversas partes do Estado de São Paulo", inicia o texto. "Um dos principais motivos para isso, segundo especialistas, foi o aumento nos números de queimadas no Brasil", prossegue a reportagem. De acordo com o texto, os dias "opacos" tornaram-se comuns em capitais como Cuiabá (MT),

Manaus (AM) e Rio Branco (AC). “Céu? Aqui não tem, só temos fumaça”, afirma o físico Artur Moret, da Fundação Universidade Federal de Rondônia, segundo o texto. Ainda conforme o site, a fuligem associada à baixa umidade do período é responsável por um aumento de casos de doenças respiratórias.

O texto é assinado pelo jornalista Vinícius Lemos. Abaixo do seu nome, há a inscrição “de Cuiabá para a BBC News Brasil”, o que aponta o local de onde o texto foi escrito. A apuração, portanto, se deu em ambiente externo à redação do veículo, localizada sem São Paulo (SP). As seis fotografias que ilustram a reportagem são creditadas apenas com o nome do fotógrafo, sem indicação de que tenham sido cedidas por agências de notícias. Porém, não há indicação se estes profissionais pertencem ao quadro da BBC Brasil, se são freelancers ou amadores.

No que se refere à origem da informação, o texto traz tanto informações de primeira mão quanto de segunda mão. Ao transcrever as primeiras declarações do físico Artur Moret, o jornalista fez questão de enfatizar que as declarações foram dadas “em conversa com a BBC”, atestando, portanto, tratar-se de uma informação de primeira mão. A fonte, neste caso, pode ser enquadrada como fonte especializada/comentador, embora também represente uma instituição pública, no caso a Fundação Universidade Federal de Rondônia. O texto também traz entrevistas com a meteorologista Estael Sias, da empresa privada MetSul Meteorologia (fonte institucional), e o físico Alexandre Correia, professor da Universidade de São Paulo (fonte institucional).

Outra fonte de primeira mão utilizada é a reprodução de informações divulgadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), que informou que 2019 foi o ano com mais focos de incêndio dos últimos sete anos. Neste caso, trata-se de informações do poder público, por ser oriunda de uma instituição pública.

Já a fonte de segunda mão – neste caso, oriunda de outro veículo jornalístico – é a utilização de uma informação creditada ao portal G1, segundo o qual uma análise do Instituto de Química da USP confirmou a presença de uma substância marcadora de queimada na água da chuva que atingiu São Paulo naqueles dias. Quanto ao gênero jornalístico, a publicação deve ser enquadrada como reportagem.

A referida reportagem é ilustrada, como já dissemos, por seis fotografias. Elas pretendem mostrar o efeito das queimadas por meio da fuligem presente nos céus de cidades brasileiras. São retratadas as cidades de Cuiabá, Manaus (três vezes) e o Estado de Rondônia, sem especificar o nome da cidade (duas vezes). O corpo da

reportagem possui ainda links para sete reportagens e três vídeos (hospedados no YouTube) sobre o assunto.

### 5.3.3 El País Brasil

No site do El País Brasil, foram identificadas 52 matérias relacionadas à Amazônia no período estudado, portanto uma média superior a uma por dia. Os três primeiros, nos dias 1º e 2 de agosto, tratam sobre a exoneração do diretor do INPE: "Governo contesta Inpe e anuncia licitação para nova medição de desmatamento", "Constrangimento" com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe" e "Cruzada contra o Inpe testa limites do mundo ficcional bolsonarista".

A série tem continuidade com dois textos opinativos: "A Amazônia irá salvar os direitos humanos?", de Debora Diniz e Giselle Carino, no dia 7, e "A Amazônia é o centro do mundo", de Eliane Brum, no dia 9. O segundo texto refere-se à ameaça representada pela política ambiental do governo Bolsonaro tanto para a Amazônia quanto para o planeta. A repercussão segue nos dias 15 e 17 com publicações sobre o repasse de recursos de outros países para a proteção da Amazônia.

A primeira menção aos incêndios provocados pelo Dia do Fogo surge no dia 19 de agosto, com o título "Incêndios se alastram pelas matas do Norte e Centro-Oeste e já podem ser sentidos até no céu de São Paulo", sobre as consequências que o aumento dos focos de incêndio trouxe para os grandes centros urbanos. Dois dias depois, o El País publica "Onda de incêndios na Amazônia sobe e Governo admite descontrole 'criminoso'", que traz a informação de que as queimadas nas florestas aumentaram no país nos últimos cinco anos.

O pico de publicações a respeito da Amazônia é observado no dia 22 de agosto, com quatro reportagens. Todas elas abordam as recentes queimadas e seu impacto no meio ambiente. Até o dia 31 de agosto, o site seguiu publicando pelo menos uma reportagem por dia a respeito da Amazônia.

No caso do El País Brasil, a busca deu-se pela tag "Amazônia", que resultou em quatro resultados encontrados para o dia 22 de agosto de 2019. Os textos "Planeta em chamas", de autoria de Eliane Brum, e "Fumaça das queimadas é um alerta de que toda manipulação tem seu limite", serão desconsiderados neste caso por serem classificados como colunas opinativas - embora sejam provas incontestes da importância dada ao tema pelos colunistas de El País Brasil.

A próxima publicação a ser analisada é "A Amazônia arde em chamas", publicada no dia 22 de agosto de 2019 pelo El País Brasil. Trata-se de uma galeria de fotos, cada uma com a respectiva legenda, que ilustram os incêndios na floresta Amazônica. A linha de apoio da matéria afirma que o "Brasil registrou este ano 71.497 focos de incêndio florestal, o maior número para o período nos últimos sete anos. Metade deles na maior floresta tropical do mundo". As imagens mostram, em alguns casos, um cenário de devastação provocada pelo fogo, em outros casos a fauna e a flora da região impactada pelo evento. Não há texto na publicação além da linha de apoio e das legendas de cada fotografia.

As marcas da apuração desta matéria são bastante limitadas e não trazem o nome do jornalista responsável pela publicação. Em vez disso, o texto é creditado apenas ao veículo (El País). Já as fotografias utilizadas são todas creditadas com o nome de agências internacionais de notícia (9 da Reuters, 2 da Associated Press, uma da EFE e uma da AFP). Ou seja, não há sinal de autoria de profissionais do El País Brasil no que se refere às imagens que ilustram a publicação. Desta forma, também podemos acrescentar não haver indícios de que a apuração tenha ocorrido no local em que se desenrolaram os fatos. Quanto à origem da informação, as legendas das fotografias apontam para declarações do presidente Jair Bolsonaro e dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (nos dois casos, tratam-se, portanto, de fontes do poder público), além de informações que não são creditadas a nenhuma fonte.

A publicação pode ser classificada no gênero fotonotícia/fotolegenda (no caso, uma galeria de fotolegendas). Como vimos anteriormente, trata-se de um recurso já utilizado pelo El País Brasil em outras ocasiões. Quanto aos recursos visuais, já nos referimos afirmando que a publicação traz 13 imagens relacionadas aos incêndios na Amazônia.

Quanto ao terceiro nível, os aspectos do contexto da produção, destacamos que a reportagem traz o link para outras duas reportagens relacionadas ao tema: "Onda de incêndios na Amazônia sobe e Governo admite descontrole 'criminoso'" e "Marina Silva: O holocausto da Amazônia põe a civilização em alerta".

Por fim, temos a reportagem "Os incêndios na Amazônia desatam críticas mundiais ao Governo Bolsonaro", também publicada no dia 22 de agosto de 2019. "As chamas que devoram a Amazônia brasileira nos últimos dias são as mesmas que alimentam nas redes sociais a indignação contra o presidente Jair Bolsonaro", diz o início do texto, que prossegue com a repercussão dos incêndios por meio das

declarações de políticos internacionais, como o presidente francês Emmanuel Macron e o secretário-geral da ONU, António Guterres, e nacionais, como o então presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia.

Quanto às marcas da apuração, a assinatura da publicação leva o nome de Joana Oliveira, jornalista do próprio El País Brasil. Abaixo do nome da repórter, está o nome da cidade de São Paulo, indicando que a reportagem tenha sido escrita da redação do veículo na capital paulista. A única imagem que ilustra a reportagem, que mostra uma região da Amazônia destruída após o incêndio, é creditada à agência Reuters, o que novamente indica que não houve deslocamento de um profissional do veículo até o local dos fatos.

A análise das fontes consultadas indica que as informações veiculadas possuem origens diversas. O texto baseia-se nas fontes oficiais, como o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, o presidente francês Emmanuel Macron e o secretário-geral da ONU, António Guterres, citados por meio de publicações das suas contas no Twitter (três dessas publicações inclusive encontram-se integradas ao corpo da matéria). Também é possível observar o uso de fontes de segunda mão, incluindo informações creditadas ao jornal Folha de São Paulo e à agência EFE.

Com relação ao gênero jornalístico, nosso entendimento é de que a publicação pode ser enquadrada como reportagem. Os recursos visuais utilizados são uma fotografia já citada da floresta devastada e três publicações da plataforma Twitter inseridas no texto. O texto também contém um link para duas reportagens do próprio El País Brasil relacionadas ao assunto: "Incêndios se alastram pelas matas do Norte e Centro-Oeste e já podem ser sentidos até no céu de São Paulo" e "Fumaça das queimadas é um alerta de que toda manipulação tem limite".

## 6 APONTAMENTOS SOBRE OS ESTUDOS DE CASO

Por se tratar de um estudo de casos múltiplos, muitas são as inferências que podem ser traçadas a partir da pesquisa empírica. Neste capítulo, iremos nos debruçar em mais uma etapa da nossa pesquisa, que é a análise dos dados coletados nos casos em estudo, abordados no capítulo anterior.

Começemos pelo estudo de caso das reportagens do El País Brasil acerca do Acampamento Terra Livre. O conjunto das reportagens sobre o tema aponta para uma cobertura diversificada no que se refere aos quesitos que compõem a análise de cobertura jornalística. Há, tanto publicações assinadas por repórteres locais, produzidas em ambiente interno, quanto por enviado especial, em reportagem externa. A origem da informação, da mesma forma, apresenta fontes diversas, incluindo fontes do poder público, institucionais, cidadãos e documentos (informações tanto de primeira quanto de segunda mão).

Quanto ao gênero jornalístico, observamos a presença de reportagem, notícia, fotonotícia/fotolegenda e reportagem. Os recursos visuais são formados basicamente por fotografias do Acampamento Terra Livre. Nas publicações anteriores ao evento, estas imagens foram cedidas por outros órgãos, como o Cimi e a Agência Brasil. Quando a cobertura do evento propriamente dito tem início, as imagens passam a ter a autoria de um profissional do próprio El País Brasil.

Ao analisarmos a caracterização contextual das publicações, é inevitável fazermos menção ao clima de animosidade do governo de Jair Bolsonaro em relação à pauta indígena. Da mesma forma, é necessário lembrar que o El País Brasil se identifica como um periódico “progressista” e que tem dado voz à sociedade civil desde a sua fundação. Ao mesmo tempo, lembramos que a bibliografia estudada aponta para um cenário de invisibilidade e sub-representação do indígena nos meios de comunicação nacionais.

Um elemento a ser destacado, especialmente nas últimas duas publicações (“As caras do acampamento indígena em Brasília” e “Dizer que nós mulheres indígenas não enfrentamos violência de gênero é mentira”) é a presença da oralidade indígena, uma vez que as falas dos entrevistados são colocadas entre aspas. Um exemplo disso é o uso da palavra “parente” nas falas de alguns destes indígenas, que o próprio texto explica ser a forma como eles se referem uns aos outros.

Desta forma, vemos emergir as “memórias subterrâneas” mencionadas por Pollak, que são trazidas à luz na voz de um povo que é levado em conta quando a

história oficial é contada. A própria mobilização dos indígenas em uma capital federal inóspita demonstra que essas memórias se mantêm intactas, ainda que esquecidas pela maior parte da população. Não por acaso, Pollak (1989) refere-se ao trabalho de "subversão no silêncio".

Ao mesmo tempo, é possível constatar que o cotidiano dos povos indígenas não atende aos critérios de noticiabilidade dos meios de comunicação hegemônicos - não são, portanto, "acontecimentos" no sentido midiático. Como afirma Rodrigues (1993, p. 31), ao relatar um acontecimento, os media produzem, além do acontecimento relatado, "o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo".

O próximo caso a ser analisado é o estudo da cobertura sobre os 130 anos da Lei Áurea. Da mesma forma que ocorreu com a eleição de Obama à presidência dos Estados Unidos, em um país que há poucas décadas havia sido dividido pela segregação racial, rememorar a abolição da escravatura representa uma tentativa de chamar a atenção para os problemas que ainda são decorrentes do longo período de escravidão no Brasil – o que é agravado pelo fato, mencionado nas reportagens, de que o país foi o último, nas Américas, a proibir a escravidão.

Ao abordar questões como o protagonismo dos negros no movimento abolicionista, denunciar a ausência de amparo a esta população no período pós-abolição e mencionar as tentativas recentes de abrandar o conceito de escravidão, tudo isso com uma pluralidade de fontes, as reportagens publicadas pela BBC Brasil e pelo Deutsche Welle Brasil aproximam-se da "ruptura das evidências" mencionada por Foucault em seu conceito de acontecimentalização.

Na comparação entre as abordagens de sites estrangeiros e nacionais, observa-se maneiras diferentes de rememorar a abolição. Enquanto os sites nacionais restringem-se ao factual, as reportagens da BBC Brasil e da Deutsche Welle Brasil buscam trazer novos elementos à discussão sobre este acontecimento histórico. Desta forma, nota-se a prevalência do imediatismo na mídia local, acentuado pelo fato de dois dos principais sites nacionais destacarem o mesmo fato – o lançamento de um livro alusivo ao tema, o que sequer é mencionado pelos sites estrangeiros. Ou seja, demonstra-se a necessidade da ocorrência de um acontecimento para determinar se um tema deve ou não ser notícia (TRAQUINA, 1999). Observa-se o que Moretzsohn chama de "fetiche da velocidade", com a consequente ausência de um jornalismo de caráter mais reflexivo, o que é produzido em certa medida pelas páginas de origem estrangeira que analisamos.

Sabemos que uma das características da chamada convergência no jornalismo é o enxugamento das redações jornalísticas, o que não pode deixar de ser mencionado neste caso. Deste modo, nos grandes veículos de comunicação, é comum que o repórter esteja envolvido com mais de uma reportagem a cada dia. Tuchman (1999, p. 76) aponta que “a menos que o repórter tenha levado a cabo uma investigação prolongada, ele geralmente tem menos de um dia de trabalho para se familiarizar com o background do acontecimento”, de modo que, evidentemente, os exemplos trazidos pelas páginas de origem estrangeira demandam um esforço de apuração maior do que o usualmente destinado ao noticiário do dia a dia. Bourdieu (1997) menciona que a vigilância permanente entre os concorrentes tende a favorecer a uniformidade da oferta. É o que vemos ocorrer com os sites dos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, que publicam na mesma data uma reportagem sobre o mesmo tema, o lançamento do livro “Dicionário da Escravidão e da liberdade”, baseada inclusive em entrevistas com as mesmas fontes, ou seja, os autores do respectivo livro. No caso da Folha, trata-se da única reportagem de autoria da própria equipe do jornal que menciona a Lei Áurea no período analisado.

A uniformidade também fica demonstrada com a republicação, pelos sites G1 e Folha de São Paulo, da reportagem “Muito além da princesa Isabel, 6 brasileiros que lutaram pelo fim da escravidão no Brasil”, produzida pela equipe da BBC Brasil e publicada originalmente no site da empresa britânica.

As reportagens citadas nos permitem analisar, também, a questão da memória no jornalismo digital, uma vez que a internet trouxe novas possibilidades no que se refere ao uso de arquivos e elementos históricos no trabalho jornalístico. Para Palacios (2018), a memória potencializada ilustra uma das especificidades do jornalismo digital, o que mostra como o simples uso de instrumentos de análise utilizado em outros suportes pode se revelar insuficiente quando a tarefa é avaliar veículos com atuação na internet. O autor considera que a quebra dos limites físicos, proporcionado pelas novas tecnologias, possibilita a “utilização de um espaço praticamente ilimitado para disponibilização de material noticioso”.

Cabe ressaltar ainda que a questão da contextualização, cuja ausência costuma ser criticada no jornalismo atual, passa a ter particular importância nos meios digitais, uma vez que “a natureza hipertextual da internet lhe permite o enriquecimento das notícias, contrariando assim um dos problemas do jornalismo atual: a compatibilização da velocidade da informação, com o espaço disponível e com a riqueza das informações disponibilizadas” (CANAVILHAS, 2004, p. 7).

Por fim, encerraremos com a análise das reportagens que abordam o Dia do Fogo e as queimadas na Amazônia. Chega a ser irônico o fato de que uma das críticas imputadas ao jornalismo nacional é a sua visão eurocêntrica acerca dos assuntos ambientais da Amazônia. Ainda mais porque, a três veículos identificados com essa visão (o alemão Deutsche Welle, o espanhol El País e a britânica BBC) coube desenvolver uma cobertura que conseguiu ir além dos estereótipos e abordar o acontecimento em questão – ou seja, as queimadas de agosto de 2019 – de uma maneira que está longe de ser considerado como algo isolado.

É razoável supor que a cobertura jornalística sobre a Amazônia possa incorrer no uso de estereótipos e lugares-comuns, como a bibliografia pesquisada já nos apontou. Porém, o que se percebeu foi uma tentativa de problematizar a questão amazônica em sua complexidade, alcançando um resultado acima do verificado no dia a dia da imprensa nacional. A variedade de fontes utilizadas nas reportagens, muitas delas oriundas do meio acadêmico, revela uma tentativa de abordar o tema a partir de uma perspectiva multidisciplinar.

No entanto, por mais que tais veículos demonstrem interesse na cobertura sobre a Amazônia, e não apenas dos acontecimentos de agosto de 2019, pode-se observar a grande atenção que é dada quando a consequência do desmatamento atinge os grandes centros urbanos, distantes da região amazônica. Afinal, a notícia interessaria diretamente ao público destes veículos que não vive naquela região específica, mas que pode ser impactado de alguma forma pelo aumento das queimadas. Duas das seis reportagens analisadas tratam sobre as nuvens de fumaça que percorreram os céus do país naqueles dias.

Das seis reportagens analisadas, em apenas uma delas o texto indica que o repórter está reportando os fatos diretamente do local dos acontecimentos. É o caso da reportagem “Brasil ‘invisível’ sofre há anos com céu escuro e chuva preta”, da BBC Brasil, assinada por Vinícius Lemos de Cuiabá. As demais publicações não levam assinatura ou são assinadas por profissionais baseados na cidade-sede do veículo. O mesmo ocorre com as imagens que ilustram as reportagens, em sua maioria oriundas de agências de notícias ou de material de divulgação. As marcas da apuração, portanto, nos revelam as limitações que tais veículos encontram na cobertura sobre a questão da Amazônia.

Por fim, a sequência de reportagens publicadas por estes sites sobre a Amazônia durante o mês de agosto de 2019 reforça a visão de que a abordagem não ocorreu de forma episódica ou isolada, uma vez que o assunto já vinha sendo tratado

antes mesmo do assim chamado “Dia do Fogo”. Da mesma forma, continuou sendo tratado na sequência, acompanhando os seus desdobramentos.

Nas reportagens analisadas nestes três estudos de caso, fica clara em diversos momentos a opção destes veículos por uma linha editorial mais voltada ao jornalismo “analítico”, e menos ao factual. Tal posicionamento foi exacerbado pelos editores entrevistados na etapa anterior deste trabalho. O fato de não trabalharem em sistema de atualização 24/7 não impediu, no entanto, que tais veículos apresentassem uma cobertura extensa, explorando o mesmo tema ao longo de dias, como ocorreu no caso dos incêndios na Amazônia.

A ideia de que, para que haja acontecimento, é preciso que ele seja noticiado, a qual vimos no capítulo dedicado às teorias do acontecimento, aparece aqui contemplada por meio da abordagem de três temas distintos (a questão indígena, a escravidão e as queimadas na Amazônia), mas que de formas semelhantes sofrem com uma cobertura insuficiente – quando não pela invisibilidade – da mídia nacional. Assim, as reportagens publicadas pelos sites de origem estrangeira trouxeram à tona questões pouco exploradas pelos veículos de comunicação locais, contribuindo com a visibilidade do acontecimento.

Mais do que isso, pudemos observar que, em diversos momentos, a cobertura efetuada por tais sites jornalísticos aproximou-se da busca pela complexidade no jornalismo que noticia um mundo onde não existem acontecimento isolados, o que contraria os preceitos da chamada objetividade jornalística. Assim, a abordagem multidisciplinar que vimos em alguns exemplos no capítulo anterior parece ir ao encontro da necessidade de retratar uma sociedade complexa, que não é suficientemente contemplada pela forma como são compartimentadas as redações dos grandes jornais. O contrário, como alerta Fontcuberta (2006), produziria um jornalismo capaz apenas de reproduzir fragmentos da realidade.

Da mesma forma, observamos que o jornalismo, quando atento ao problema da complexidade, permite resgatar elementos da memória e da oralidade, imprimindo suas marcas na cultura midiaticizada. De outra forma, essa memória ficaria relegada ao subterrâneo de que fala Pollak (1989), o que não invalida sua importância, mas diminui sua visibilidade.

A lógica dos meios de comunicação hegemônicos, como vimos na cobertura dos 130 anos da Lei Áurea, é a do presenteísmo (ANTUNES, 2006), do fetiche da velocidade (MORETZSOHN, 2002). Assim, pautas como as que abordamos neste estudo viram notícia quando amparadas pelo factual, como a ocorrência de um

desastre ou o lançamento de um livro. Abordar o acontecimento em sua complexidade aproxima-se do conceito foucaultiano de acontecimentalização.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa no campo da Comunicação é algo dinâmico, que a todo momento nos apresenta novos desafios e respostas variadas aos problemas apresentados. Nossos objetos de pesquisa não permaneceram estáticos ao longo dos últimos quatro anos – alguns, inclusive, desapareceram neste intervalo de tempo. A constatação de que alguns destes veículos tiveram uma existência breve no Brasil não enfraqueceu a tese, pelo contrário, serviu para demonstrar a fragilidade econômica das empresas midiáticas no país. Nos últimos anos, muitos veículos jornalísticos nativos deixaram de circular no Brasil, situação que se assemelha às dificuldades encontradas pelos “estrangeiros”.

A pesquisa que resultou nesta tese foi fruto de um esforço desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos, de 2018 a 2022. Dos sete sites identificados no início da pesquisa, apenas três continuam em atuação no Brasil na data em que este trabalho se encerra. Da mesma forma, o país experimentou profundas transformações sociais ao longo dos últimos quatro anos. Se o ambiente político já era conturbado no Brasil pelo menos desde 2013, ano das grandes manifestações contra o reajuste nas passagens de ônibus, o que prosseguiu com o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, o ano de 2018, por sua vez, marcou a ascensão da extrema-direita no Brasil, personificada na eleição de Jair Bolsonaro à Presidência. Ao mesmo tempo, vimos se intensificar, no último quadriênio, o fenômeno conhecido por *fake news*, ou seja, a disseminação de notícias falsas pelas redes sociais digitais – algo que tem gerado cada vez mais preocupação não apenas entre as empresas jornalísticas, mas também ao Congresso Nacional e ao sistema eleitoral, que teme o impacto deste fenômeno na democracia.

Foi durante este período politicamente conturbado, em 2016, que a Associação Nacional de Jornais (ANJ) impetrou uma ação direta de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal para que os sites jornalísticos em atuação no Brasil respeitassem o limite ao capital estrangeiro estabelecido pela Constituição Federal, que é de 30%. Foi esse movimento da entidade que representa os jornais brasileiros, infrutífera até o momento em que essa tese é finalizada, que despertou a nossa atenção para o caso. Afinal, as empresas jornalísticas brasileiras, historicamente concentradas nas mãos de poucos grupos, demonstravam incômodo com a presença cada vez maior de empresas com capital estrangeiro que passaram a produzir

conteúdo em português, voltado ao público brasileiro e sobre temas de interesse do país.

A Constituição Federal, em seu artigo 222, estabelece que a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é “privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, ou de pessoas jurídica constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País”<sup>52</sup>. Em seu artigo primeiro, o texto prevê que pelo menos 70% do capital total e do capital votante das empresas jornalísticas e de radiodifusão deverá pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação.

A participação do capital estrangeiro no jornalismo nacional tem sido abordada pela bibliografia em tom de preocupação, em especial no que se refere à radiodifusão. Guareschi (2005, p. 107) fala da preocupação com a “invasão de enlatados”, no contexto da flexibilização do capital estrangeiro nas empresas nacionais de radiodifusão. Nosso entendimento é de que, embora o caráter anti-imperialista deste tipo de pensamento esteja fundamentado no contexto de uma indústria cultural hegemônica, o trabalho que executamos com esta tese demonstra que cada caso deva ser analisado separadamente.

Acrescente-se o fato de que, quando o artigo 222 da Constituição foi reformulado, em 2002, portanto, há 20 anos, o cenário do jornalismo digital no Brasil era totalmente diferente em relação ao que se tem hoje. Na época, a maioria das iniciativas jornalísticas voltadas para a internet apenas engatinhava. De modo que não nos parece que tenha sido objeto de grande discussão o contexto dos sites jornalísticos e suas propriedades, estando a o debate mais centrado no rádio, na televisão e na mídia impressa.

Já na década de 1960, discutia-se através dos jornais brasileiros a inconstitucionalidade dos investimentos estrangeiros nas empresas jornalísticas locais. O foco da discussão, na época, era o apoio financeiro do grupo estadunidense Time-Life à Rede Globo. O assunto chegou a provocar a instalação de uma Comissão

---

<sup>52</sup> O texto passou por modificação em 2002, por meio de emenda constitucional. Até então, o artigo 222 estabelecia que “a propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual”. BRASIL. **Constituição de 1988**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 fev 2022.

Parlamentar de Inquérito (CPI) no Congresso, em 1965 (HALPERIN, 2019). Halperin (2019) cita que veículos como O Estado de São Paulo, Tribuna da Imprensa e Jornal do Brasil passaram a manifestar preocupação com a infiltração de "capitais alienígenas" (p. 591) nos meios de comunicação do Brasil, o que teria se iniciado com a chegada ao país da publicação Seleções Reader's Digest. Acusava-se o grupo Globo de ferir o artigo 160 da Constituição.

Décadas mais tarde, nota-se que, em que pese o caráter liberal das grandes empresas de comunicação do país, seu pensamento acerca da presença estrangeira no jornalismo nacional permanece inalterado, sendo que a maior prova é a ação de inconstitucionalidade impetrada pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) contra os sites de origem estrangeira em 2016 – notícia que, como dissemos anteriormente, motivou o início desta pesquisa.

A pesquisa que deu origem a esta tese tem como pano de fundo um cenário de descrédito no jornalismo profissional, potencializado pelo fenômeno da desinformação (LOUREIRO; CASADEI, 2019). Não é segredo que a profissão de jornalista passa por um momento difícil, com mercado restrito, baixa remuneração, enxugamento das redações etc. Tudo isso em meio a um momento de contestação que grande parte da sociedade faz em relação a esta atividade, o que não raro culmina em uma tentativa de desacreditar o trabalho jornalístico. Casos como o do jornalista alemão Claas Relotius, denunciado por inventar histórias para a revista Der Spiegel<sup>53</sup>, e do jornal inglês News of the World (DAVIES, 2016) contribuem para colocar em xeque — ainda mais — a reputação da profissão.

O trabalho foi norteado pela questão de pesquisa apresentada na introdução: como os sites internacionais em atuação no Brasil dão a ver as possíveis zonas de sombra que permanecem na mídia brasileira, considerando-se suas práticas e coberturas? Acreditamos que, por meio dos estudos de caso ora apresentados, obtivemos êxito em responder a esse questionamento, demonstrando que a linha editorial adotada por tais veículos vai de encontro a práticas do jornalismo nativo, que invisibiliza certas temáticas.

Quanto aos achados da pesquisa, alguns pontos merecem ser observados. Ressaltamos que é impossível dissociar o grau de independência jornalística dos veículos analisados do seu modelo de financiamento. A forma como cada um destes

---

<sup>53</sup> PETERSMANN, Sandra. **Caso Relotius é traição do jornalismo e da democracia**. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/opini%C3%A3o-caso-relotius-%C3%A9-trai%C3%A7%C3%A3o-do-jornalismo-e-da-democracia/a-46820577>>. Acesso em: 1 mar. 2022.

quatro sites se sustenta economicamente diferencia-se do modelo adotado no jornalismo digital do Brasil, que tem na geração de receita a partir do jornalismo o seu grande dilema. Não há vínculo com o patrocínio de anunciantes, o que consideramos decisivos para a independência na linha editorial de cada um destes veículos.

Também fica evidente que os sites de origem estrangeira optam por uma linha de atuação mais voltada ao jornalismo analítico e investigativo, o que fica demonstrado pelo fato de não haver uma concorrência direta com os sites brasileiros que atuam no formato 24/7. Para que um acontecimento se torne notícia, não há a necessidade de algo inesperado ou inusitado. Ou seja, a questão da instantaneidade, para os sites estrangeiros, é colocada em segundo plano. Entre os veículos nativos, especialmente aqueles pertencentes a empresas de comunicação tradicionais, a atuação é mais voltada ao imediatismo, o que acaba por resultar na circularidade da informação (BOURDIEU, 1997).

É esse conjunto de fatores que, no nosso entendimento, resultou na forma como os sites estrangeiros abordaram questões de interesse nacional, como a questão indígena, a memória da escravidão e a preservação da Amazônia. Em diversos momentos, as reportagens analisadas aproximam-se da "ruptura das evidências" (FOUCAULT, 2015, p. 332) sobre as quais se apoiam o nosso saber. Verifica-se, desta forma, a presença das arestas do poliedro de inteligibilidade, o que nos possibilita a compreensão do acontecimento em sua complexidade.

Entendemos que a contribuição deste trabalho ao campo da comunicação é o mapeamento que fizemos da atuação dos sites estrangeiros de origem estrangeira, cuja presença no país se constitui em um fenômeno recente que fez com que estas empresas tomassem parte do debate sobre o cenário político e social do Brasil. Tal contribuição é observada através do conjunto de entrevistas com os jornalistas responsáveis por estes veículos e pelas reportagens analisadas. Mais do que oferecer respostas prontas, buscamos entender o fenômeno em sua complexidade, numa trajetória em que, naturalmente, novas perguntas surgiram desde o início deste trabalho. E, por ser um fenômeno recente, muito ainda há a ser estudado a seu respeito.

Um elemento importante desta pesquisa, que ajudou a fornecer pistas sobre o funcionamento dos sites investigados, foram as entrevistas realizadas com os editores dos quatro veículos jornalísticos. A noção bourdieusiana de ilusão biográfica refere-se aos perigos de se utilizar material biográfico como fonte de pesquisa – embora o sociólogo esteja longe de ser refratário à utilização da entrevista. O esclarecimento se

faz importante para que tenhamos a noção dos limites e possibilidades deste tipo de técnica de pesquisa. Costa (2015) afirma que Bourdieu entende por ilusão biográfica uma espécie de ficção de si, que direciona a atribuição de sentidos e a busca de coerência aos acontecimentos considerados pelo narrador como os mais significativos de sua vida. Sob este aspecto, seria razoável imaginar que nossos entrevistados possam ter “incrementado” a narrativa de modo a conferir à empresa em que atuam uma atuação distante da realidade. Porém, nosso entendimento é de que a análise de cobertura executada a partir de diversas reportagens contribui para esclarecer as zonas de suspeição a respeito destes depoimentos.

Ao longo deste trabalho, utilizamos a noção foucaultiana de dispositivo para classificar os sites jornalísticos analisados. Os quatro sites jornalísticos que investigamos neste trabalho caracterizaram-se, entre outros fatores, por abordar em suas reportagens as zonas de sombra do cotidiano que não encontram a mesma visibilidade nos meios de comunicação tradicionais. A informação levada ao público por meio destes veículos jornalísticos age como um dispositivo, que enfrenta uma disputa de sentidos com o conteúdo veiculado pela mídia hegemônica.

É preciso lembrar que, para Foucault, o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder. O conceito aparece ligado a relações de força, tal como ocorre com o controle da prisão sobre os corpos dos detentos.

Cumpramos ressaltar, ainda, que a pandemia de Covid-19 impactou na forma como as entrevistas com os editores foram realizadas. Inicialmente, pensávamos em entrevistar os jornalistas pessoalmente, de modo a conferir in loco a operação destes veículos no Brasil (com exceção do Deutsche Welle Brasil, que tem sede na Alemanha). O advento da pandemia, no início de 2020, inviabilizou tais planos. A análise, desta forma, ficou prejudicada, já que as entrevistas tiveram de ser realizadas por telefone (El País Brasil e The Intercept Brasil), e-mail (Deutsche Welle Brasil) e via aplicativo de vídeo (BBC Brasil).

Para concluir, ressaltamos que não se trata de colocar o jornalismo feito por empresas estrangeiras em um pedestal, como se fosse um modelo a ser seguido pelas empresas nativas. As empresas investigadas por essa pesquisa também possuem seus problemas e limitações, que poderão ser abordados em uma próxima etapa. Trata-se, antes, de evidenciar as diferenças entre modelos diversos de jornalismo, influenciado pela forma como o jornalismo é percebido em seu país de origem. Da mesma forma, cabe lembrar que as zonas de sombra que pairam sobre o jornalismo nativo têm sido exploradas, nos últimos anos, por uma série de veículos

brasileiros, que, no entanto, diferenciam-se dos nossos objetos de pesquisa pela dificuldade que encontram para viabilizar financeiramente suas operações.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leonel. A validade dos critérios de noticiabilidade no jornalismo digital. In: RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- ALLAN, Stuart. O jornalismo e a cultura da alteridade. **Brazilian Journalism Research**, v. 2, n. 2, p. 188-205, 2014.
- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANTUNES, Elton. Temporalidade e produção do acontecimento jornalístico. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 25-40, 2007
- ARCQUEMBOURG, Jocelyne. **Le temps de événements médiatiques**. Bruxelles, De Boeck, 2003.
- BARBOSA, Suzana. Brasil (Capítulo). In: SALAVERRÍA, Ramón. **Ciberperiodismo em Iberoamérica**. Barcelona: Ariel, 2016.
- BARBOSA, S. **Jornalismo digital e a informação de proximidade: o caso dos portais regionais, um estudo sobre o UAI e o iBahia**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura Contemporânea)— Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- BARDOEL, Jo; DEUZE, Mark. Network journalism: converging competences of media professionals and professionalism. **Australian Journalism Review**, v. 23, n. 2, p. 91-103, 2001.
- BATISTA, Érika Patrícia. Interdisciplinaridade como mediadora da veracidade: o diálogo sobre jornalismo, história e antropologia. **Revista de Estudos da Comunicação**, Curitiba, v. 10, n. 21, p. 69-74, 2009.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER, Howard S.; GEER, Blanche. Participant observation and interviewing: a comparison. **Human Organization**, v. 16, n. 3, p. 28-32, 1957. Disponível em: <<http://blogs.ubc.ca/qualresearch/files/2009/09/Becker-Geer.pdf>>. Acesso em: 14 jan 2022.
- BERGER, Christa. O golpe da mídia: a crítica ao jornalismo no discurso dos intelectuais. **Revista Observatório**, v. 4, n. 1, p. 307-326, 1 jan 2018.
- BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org). **Ilha do presídio: uma reportagem de idéias**. Porto Alegre: Libretos, 2008.
- BERGER, C.; TAVARES, F. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: \_\_\_\_\_. **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

BOATINI JÚNIOR, Danton José. Crítica de mídia e os sites “estrangeiros”: uma análise do The Intercept, El País e Deutsche Welle. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 7., 2018, Alcar Sul. **Anais...** Alcar Sul: [s.n.], 2018.

BOATINI JÚNIOR, Danton José. Jornalismo digital e acontecimentalização: os 130 anos da Lei Áurea nos sites estrangeiros. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 20., 2019, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, [s.n.], 2019.

BOATINI JÚNIOR, Danton José. Acontecimento indígena: a cobertura do Acampamento Terra Livre pelo El País Brasil. **Âncora – Revista Latino-americana de Jornalismo**, v. 7, p. 99, 2020.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Outline of a theory of practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

BOTTON, Allain. **Notícias: manual do usuário**. São Paulo: Instrínseca, 2015.

BRAGA, Claudomilson Fernandes; CAMPOS, Pedro Humberto Faria. Invisíveis e subalternos: as representações sociais do indígena. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 3, p. 499-506, 2012.

BRAGA, José Luiz. A prática da pesquisa em comunicação: abordagem metodológica como tomada de decisões. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – E-compós**, Brasília, v. 14, n. 1, jan./abr. 2011a.

BRAGA, José Luiz. Dispositivos interacionais. In: ENCONTRO COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, [s.n.], 2011b. Disponível em: <[www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1657.doc](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1657.doc)>.

BRAGA, José Luiz. Redes sociais digitais e sistemas de relações. In: \_\_\_\_\_. **Redes, sociedade e pólis: recortes epistemológicos na mediatização**. Santa Maria: Facos-UFSM, 2020.

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault: os arranjos disposicionais e a comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 6, n. 12, 2019. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/18081>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

BREED, W. Controle social na redação: uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1999.

CANAVILHAS, J. M. A Internet como memória. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <[https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/710/1/canavilhas-joao-internet-comomemoria\\_2004.pdf](https://ubithesis.ubi.pt/bitstream/10400.6/710/1/canavilhas-joao-internet-comomemoria_2004.pdf)>.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **A crise do jornalismo tem solução?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

COIMBRA, Mayra Regina; CAMPOS, Mariane Motta de. O embate entre narrativas midiáticas: uma análise sobre as queimadas na Amazônia em 2019. **Temática**, João Pessoa, v. 17, n. 9, set. 2021.

COIMBRA, Mayra Regina. SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos. Embate de narrativas entre Bolsonaro e a imprensa: a disputa pela construção da realidade. In: OLIVEIRA, Luiz Ademir de; LEAL, Paulo Roberto Figueira; SANTOS, Deborah Luísa Vieira dos (Org.). **Midiatização e poder no Brasil contemporâneo: casos exemplares da interface mídia-política entre 2018 e 2020**. Florianópolis: Insular, 2020.

COSTA, Patrícia Claudia da. Ilusão biográfica: a polêmica sobre o valor das histórias de vida na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 51-71, set./dez. 2015.

COSTA, Alda Cristina. Apresentação. In: MIRANDA, Cynthia Mara et al (org.). **Vulnerabilidades, narrativas, identidades**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

CUNHA, M. B. Concepções de ciência no jornalismo: uma análise da divulgação científica em jornais. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, 2., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

DAVIES, Nick. **Vale-tudo da notícia**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

DELEUZE, Gilles. **A lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

DENT, Chris. Journalists are the confessors of the public, says one Foucaultian. **Journalism**, v. 9, n. 2, p. 200-219, 2008.

DIAS, Sousa. **Lógica do acontecimento**. Lisboa: Documenta, 2012.

DINES, Alberto. "Media criticism": um espaço mal-dito. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Comunicação, hegemonia e contra-informação**. São Paulo: Cortez: Intercom, 1982.

DINES, Alberto. Observatório da imprensa: sempre vai valer a pena ler. In: VARONI, Pedro. **Observatório da Imprensa: uma antologia da crítica de mídia no Brasil de 1996 a 2018**. São Paulo: Casa da Árvore, 2018.

ERIBON, Didier. **Michel Foucault: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FERRARI, Pollyana. **Jornalismo digital**. São Paulo: Contexto, 2004.

FONTCUBERTA, Mar de. El periódico en una sociedad compleja. In: BORRAT, Héctor; FONTCUBERTA, Mar de (Org.). **Periódicos: sistemas complejos, narradores em interacción**. Buenos Aires: La Crujía, 2006.

- FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica**. 1990. Disponível em: <<http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/critica.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.
- FOUCAULT, M. 2006. Mesa redonda em 20 de maio de 1978. In: **Ditos e escritos IV**. Rio Janeiro, Forense Universitária, p. 335-35
- FOUCAULT, Michel. Sobre a história da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1995.
- GALUCH, Mariana; MENEZES, Thereza Cristina. Da reforma agrária ao agronegócio: notas sobre dinâmicas territoriais na fronteira agropecuária amazônica a partir do município de Apuí (Sul do Amazonas). **Estudos Sociedade e Agricultura**, vol. 28, núm. 2, 2020, Junho-Setembro, pp. 388-412
- GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.
- GANS, H. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. New York: Vintage Books, 1980.
- GIDDENS, A. **Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis**. Berkeley: University of California Press, 1979.
- GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.
- GUARESCHI, Pedrinho A. **Mídia & democracia**. Porto Alegre: P.G/O.B, 2005.
- HALPERIN, Paula. Entre a invasão dos “capitais alienígenas” e a consolidação da televisão: i e debates públicos em torno ao acordo Rede Globo/Time-Life, 1964-1967. **Antíteses**, v. 12, n. 23, p. 579-601, jan./jun. 2019.
- HEINRICH, Ansgard. **Network journalism: journalistic practice in interactive spheres (routledge research in journalism)**. Routledge, 2011.
- HENN, R. “Direito à memória na semiosfera midiaticizada”, in **Revista Fronteiras – Estudos midiáticos**, no 3, vol. 8, São Leopoldo, 2006, p. 177-184.
- HENN, Ronaldo. O acontecimento em sua dimensão semiótica. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia (Orgs). **Jornalismo e Acontecimento**. Mapeamentos críticos. Florianópolis: Insular, 2010. p. 77-92.
- HENN R.; OLIVEIRA F. M. de; OSÓRIO M. Agir cartográfico: proposta teórico-metodológica para compreensão e exercício do jornalismo em rede. **28º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação - Compós**. Porto Alegre, 2019. Disponível: <https://cutt.ly/2dBvi0t>. Acesso: 1 fev 2021.
- JACOBINI, Maria Lucia. O jornalismo econômico e a concepção de mercado: uma análise de conteúdo dos cadernos de economia da Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 4, n. 2, p. 190-209, 2008.

JURNO, Amanda Chevtchouk; D'ANDRÉA, Carlos Frederico de Brito. Facebook e a plataformização do jornalismo: um olhar para os Instant Articles. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, p. 179-196, 2020.

LATOUR, B. **Reassembling the social: an introduction to actor-network theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2000.

LOUREIRO, Eliana Regina Lopes; CASADEI, Eliza. Isso a Globo não mostra: dimensões afetivas das notícias falsas no debate sobre o descrédito da imprensa tradicional. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA, 8., 2019, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

LÜCKMAN, Ana Paula. **A noção de contexto no jornalismo: uma proposição a partir da teoria da complexidade**. 2020. 244 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação)— Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

LUFT, Maria Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MARCELLO, Fabiana. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos maternos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 199-213, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MAROCCO, Beatriz. Crítica das práticas jornalísticas: um pequeno inventário. **Revista Observatório**, Palmas, v.4, jan./mar. 2018.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela; BOFF, Felipe. Os “grandes acontecimentos” e o reconhecimento do presente. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, n. 62, 2012.

Disponível em:

<<http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2012.26.62.04>>.

Acesso em: 12 dez. 2019.

MAROCCO, Beatriz; ZAMIN, Angela (Org.). **Crítica das práticas jornalísticas**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2021.

MAROCCO, Beatriz. **Elementos de uma teoria da prática e dos sujeitos da produção jornalística**. Rio Branco: Nepan, 2019.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. Covilhã: UBI, 1997. Disponível em:

<<http://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.pdf>>.

Acesso em: 30 jan 2021.

MEDITSCH, E. Os múltiplos framings do acontecimento no jornalismo. **Jornalismo e Acontecimento: tramas conceituais**, Florianópolis, v. 4, 2013.

MELO, Patrícia Bandeira. **O índio na mídia**: discurso e representação social. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/indio.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

MIELNICZUK, L. **Características e implicações do jornalismo na Web**. 2001. Disponível em: <[http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001\\_mielniczuk\\_caracteristicasimplicacoes.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2001_mielniczuk_caracteristicasimplicacoes.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2020.

MIGUEL, Katarini; SOUZA, Lynara Ojeda de. Discussões preliminares a partir de pesquisas acadêmicas que centralizam a representação dos indígenas na imprensa de MS. In: ENCONTRO CENTRO-OESTE DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 3., 2016, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: [s.n.] 2016

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1999.

MONARO, A. C. P. et al. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **Iiinc Em Revista**, v. 17, n. 1, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18617/iinc.v17i1.5707>>.

MORETZSOHN, Sylvia. **Jornalismo em tempo real**: o fetiche da velocidade. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOUILLAUD, M. e PORTO, S. D. (org.). **O jornal** - da forma ao sentido. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2012.

NEVEU, Érik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

NORA, Pierre. **“O regresso do acontecimento” in Fazer história**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.

PALÁCIOS, Marcos. A memória como critério de aferição de qualidade no ciberjornalismo: alguns apontamentos. In: BARBOSA, Suzana; MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos (Org.). **GJOL**: 20 anos de percurso: textos fundadores e metodológicos. Salvador: Edufba, 2018.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRIMO, Alex. Transformações no jornalismo em rede: sobre pessoas comuns, jornalistas e organizações; blogs, Twitter, Facebook e Flipboard. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 25, p. 130-146, dez. 2011.

RECUERO, Raquel da Cunha. Disputas discursivas, legitimação e desinformação: o caso Veja x Bolsonaro nas eleições de 2018. **Comunicação, Mídia e Consumo**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 432-458, set./dez. 2019.

- RESTREPO, Eduardo. Cuestiones de método: “eventualización” y problematización em Foucault. **Tábula Rasa**, Bogotá, n. 8, p. 111-132, ene./jun. 2008.
- RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. In: TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- RODRIGUES, Carla (Org.). **Jornalismo online: modos de fazer**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2009.
- SALAVERRÍA, Ramón. **Ciberperiodismo em Iberoamérica**. Barcelona: Ariel, 2016.
- SILVA, Gislene; DE LIMA SOARES, Rosana. Para pensar a crítica de mídias. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 20, n. 3, set./dez. 2013.
- SILVA, Gislene; MAIA, Flávia. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **RuMoRes**, v. 5, n. 10, p. 18-36, dez. 2011.
- SIMÕES, Paula Guimarães. O acontecimento e o campo da Comunicação. In: FRANÇA, Vera Veiga et al. (Org.). **Teorias da Comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas**. Salvador: Edufba, 2014.
- SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia e cotas no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- SILVEIRA, Stefanie. Modelos de negócios em jornalismo digital. In: SAAD, Elizabeth; SILVEIRA, Stefanie C. (Org.). **Tendências em comunicação digital**. São Paulo: ECA/USP, 2016.
- SOLOSKI, John. O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.
- TORRES COSTA, V. M. A Amazônia ‘nossa’ de cada dia no jornalismo de TV. **Intexto**, [S. l.], n. 52, p. 91822, 2021. DOI: 10.19132/1807-8583202152.91822. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/91822>. Acesso em: 28 mar. 2022.
- TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo, vol. II: a tribo jornalística: uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRIGO, Luciano. **Guerra de narrativas: a crise política e a luta pelo controle do imaginário**. São Paulo: GloboLivros, 2018.
- TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.
- VATTIMO, Gianni. **Adeus à verdade**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VENTURA, Mauro. Hipertexto, noticiabilidade e teoria do jornalismo na web. **Líbero**, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 75-84, jun. 2009.

VICENTE, M. M.; SANTOS, A. J. S. O jornalismo como elo entre nações: a construção da notícia na Deutsche Welle Brasil. **Alceu** (Online), v. 32, p. 1-15, 2016.

WHITE, D. M. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1999.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZAMIN, A; MAROCCO, B. A. Vertentes dos estudos de acontecimento. In: BENETTI, M.; FONSECA, V. (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010, v. 1, p. 97-118.

## **APÊNDICE A – ENTREVISTA COM ALEXANDRE SCHOSSLER, DEUTSCHE WELLE**

### **Quando e como surgiu o DW Brasil?**

A redação brasileira da Deutsche Welle existe já há décadas. A transição para o online se deu com o fim das transmissões de rádio, no início dos anos 2000. Você pode achar algumas infos aqui: <https://www.dw.com/pt-002/história-dos-programas-em-português-da-dw/a-2269973>

### **Qual era a proposta do site quando ele foi concebido?**

Bem, eu não estava aqui por volta de 2000, mas creio que a proposta da época era a mesma de hoje: fazer um site de notícias para o Brasil a partir da perspectiva alemã. Nos primórdios do site, por volta de 2000, ele era muito voltado para a publicação de notícias sobre a Alemanha. Isso durou até mais ou menos 2011, quando eu passei a editar o site e nós passamos a abordar mais assuntos de Brasil e também internacionais, mantendo os temas alemães. Quando a Francis França se tornou a editora-chefe, em 2015, essa mudança foi ainda mais radical, e os temas de Brasil passaram a ter ainda mais destaque. Além disso, as colunas de correspondentes alemães no Brasil, uma ideia da Francis, contribuem para darmos a perspectiva alemã sobre os temas brasileiros.

### **O DW possui versões online em outros países? Quais?**

A DW tem uma oferta online em 30 línguas, incluindo aí duas vezes o português: uma para o Brasil, a outra para a África. Nas redações para o continente africano, o rádio continua sendo prioridade. Há ainda quatro canais de televisão: inglês, alemão, espanhol e árabe, mais produção diária de TV para a internet em russo e turco.

### **Qual a estrutura com que conta o DW Brasil: número de profissionais, localização da redação etc.?**

Na redação brasileira há 7 jornalistas contratados, 15 jornalistas freelancers e 1 ou 2 estagiários. Essas pessoas produzem um site de notícias e dois programas semanais de televisão, o Futurando e o Camarote.21, com cerca de meia hora de duração cada. O site em português brasileiro é feito diariamente por 10 pessoas, que se alternam entre as 9h e 2h (horário da Alemanha). Nem todos os freelancers vêm todos os dias à redação. Eles assumem parte das 10 funções diárias e grande parte dos fins de semana e feriados, além de cobrirem doenças, férias e licenças dos contratados. Eles também sugerem pautas que, se aprovadas, executam.

A redação fica em Bonn, na Alemanha, e temos 4 freelancers que trabalham na sede de Berlim quando estão no plano de trabalho. A sede da DW fica em Bonn, mas há uma segunda sede em Berlim.

Além disso compramos matérias de jornalistas colaboradores, a maioria deles no Brasil.

Os programas de televisão são feitos por 5 jornalistas, sendo 1 contratado e 4 freelancers. A jornalista contratada está todos os dias úteis na redação, e os demais se revezam em outras três funções, cada uma delas com três a quatro dias de trabalho por semana.

**Qual o perfil destes profissionais? São brasileiros? Possuem passagens por grandes veículos de comunicação?**

Todos os jornalistas da redação brasileira são brasileiros, pois é necessário escrever e falar ao microfone em português nativo. A maioria trabalhou no Brasil, outros são formados pela própria DW, que tem um programa de treinamento de jornalistas e um mestrado em jornalismo.

**Como funciona a rotina produtiva? Há reuniões de pauta? Como surgem as pautas? Quantas pautas cada repórter produz ao mesmo tempo?**

O primeiro redator de notícias chega à 9h e começa a fazer uma matéria a partir de material de agências de notícias, que ele escolhe. O primeiro editor chega às 10h e define com o redator de notícias quais as matérias que serão produzidas a partir de agências. Isso pode mudar, claro, se houver novos acontecimentos ao longo do dia. Um redator de notícias produz de cinco a oito matérias por dia.

A chefe da redação participa de reuniões de pauta da DW, às 9h (central, como todos os departamentos) e às 10h30 (Departamento América Latina), e fica sabendo o que vai ser feito pelas outras redações, principalmente alemão e inglês, mas, no nosso caso específico, também espanhol. Ela e o primeiro editor escolhem as matérias de outras redações que poderão ser adaptadas pelos nossos redatores, que chegam às 11h e às 13h. É comum serem adaptadas matérias do dia anterior, que ficaram prontas tarde da noite. Os redatores também podem produzir matérias próprias. Nesse caso, produzem, em geral, uma matéria por dia. Quando são adaptações, adaptam de duas a três matérias por dia.

O segundo editor chega às 14h. Ele e o primeiro editor escolhem novas matérias para adaptação, caso ainda não tenha sido possível definir todas de manhã ou se novos acontecimentos surgiram. Os dois editores editam todo o material produzido (título, linha de apoio, escolhem fotos, fazem legendas) e publicam no site e compartilham no Twitter e no Facebook.

O segundo redator de notícias chega às 18h. Ele fica até as 2h. Até as 22h, ele define com o segundo editor quais matérias serão feitas a partir de agências. Das 10h da manhã até as 10h da noite, todo material produzido foi revisto por um editor. Das 22h até as 2h, o segundo redator de notícias é o único responsável pelo conteúdo publicado.

Temos ainda um redator de vídeo, que chega às 11h, e define junto com os editores, ao longo do dia, quais vídeos serão produzidos. Há ainda uma redatora que cuida de projetos especiais e produz galerias de foto. Ela trabalha das 9h até as 17h.

Jornalistas colaboradores ou os freelancers em Bonn e Berlim podem enviar sugestões de pauta para o e-mail dos editores. Os editores debatem entre si, por e-mail, se a pauta é interessante, e compram ou não. Os editores também podem sugerir pautas para algum colaborador ou freelancer. A DW Brasil procura manter o que na Alemanha se chama de "princípio dos quatro olhos", ou seja, o conteúdo produzido passa por no mínimo duas pessoas para evitar erros e inconsistências.

Nos fins de semana e feriados há dois plantonistas, que ficam das 10h às 18h30 e das 15h às 23h30. No período em que estão juntos na redação, um edita os textos do outro. Quando estão sozinhos, são responsáveis únicos pelo conteúdo que produzem.

**Qual a periodicidade de atualização do site?**

O site é atualizado das 9h (manhã) até as 2h (madrugada do dia seguinte) nos dias úteis. Nos fins de semana e feriados, ele é atualizado por uma equipe reduzida, de apenas duas pessoas, das 10h (manhã) até as 23h30. Todos os horários que eu mencionei até agora são da Alemanha.

**Qual a ingerência da matriz no dia a dia do DW Brasil? Há reuniões periódicas, envio de relatórios, pautas sugeridas, enfoques etc.?**

Não há ingerência nem matriz. A DW é uma empresa só, com sede em Bonn e Berlim, onde ficam todas as redações. Cada redação de língua é responsável pela produção de conteúdo jornalístico para o seu público (no nosso caso, o público brasileiro) e por ajudar as duas principais redações (inglês e alemão) na produção de conteúdo por elas, caso solicitado. O conteúdo do inglês e do alemão fica disponível para todas as línguas da DW, que podem adaptar esse conteúdo para o seu público.

Todas as redações são independentes e decidem elas mesmas o que vão publicar. Todo o conteúdo jornalístico publicado no site brasileiro é selecionado ou produzido pelos jornalistas do site brasileiro, seja por meio de adaptações de matérias das outras redações, seja por meio da compra de matérias, seja produzindo nós mesmos.

As redações da DW (o que inclui as redações de línguas e, no caso do inglês e alemão, as editorias, como economia, esporte, cultura etc.) se reúnem diária e semanalmente para trocar informações sobre o que está sendo produzido ou planejado nas outras redações. Assim nós, da redação brasileira, podemos saber o que inglês e alemão estão fazendo e, se quisermos, adaptar para o nosso público.

Todas as redações têm também total liberdade para fazer as alterações jornalísticas que quiserem nas matérias feitas por outras redações ao adaptá-las para o seu público. Nós, brasileiros, podemos por exemplo deixar de lado informações muito internas, que não interessariam a um brasileiro, ou incluir informações para melhor explicar algo.

**O DW Brasil utiliza o trabalho de freelancers?**

Sim, tanto aqui em Bonn, como em Berlim e de jornalistas de quem compramos matérias, a maioria no Brasil.

**Com relação aos colunistas, a ideia é mesclar jornalistas brasileiros e alemães? Os alemães são incentivados a escrever sobre temas da realidade do Brasil?**

Os colunistas alemães cumprem um dos principais objetivos da Deutsche Welle, que é oferecer uma perspectiva alemã sobre acontecimentos mundiais. Os da DW Brasil escrevem sobretudo sobre o Brasil ou sobre a Alemanha. A escolha dos temas de suas colunas cabe a eles.

**Como o DW Brasil se mantém financeiramente, tendo em vista que o acesso às notícias é gratuito?**

O orçamento da DW é definido pelo Bundestag e é formado por recursos públicos (impostos).

**Favor discorrer sobre a sua experiência acadêmica e profissional, veículos onde trabalhou, diferença que você percebe destes veículos em relação ao DW.**

Sou formado em jornalismo pela UFRGS. Trabalhei no Correio do Povo, em Porto Alegre, mas a comparação entre um jornal regional e uma empresa internacional como a DW é desproporcional.

O Correio do Povo, como todos os demais jornais brasileiros, se mantém com as vendas em banca e com a publicidade, ao passo que a DW tem uma lei própria, que garante a sua existência, e um orçamento definido pelo Parlamento.

Nós somos mais de 30 redações, isso só contando as línguas, mais os escritórios em Bruxelas, Washington, Moscou, Taipé, Bogotá e ainda as redações específicas. Como a sua tese se debruça sobre os sites estrangeiros, prefiro falar sobre a DW, sem fazer comparações.

A DW trabalha com a mais absoluta liberdade editorial que você possa imaginar e não sofre nenhum tipo de pressão de lado algum, o que é uma vantagem de ser jornalista num país onde a liberdade de imprensa é garantida por lei e levada a sério. Nós podemos decidir nós mesmos as nossas pautas e nossos temas e devemos usar critérios jornalísticos para fazê-lo (importância, relevância, impacto para o nosso público: "os brasileiros se interessam por esse assunto?", por exemplo).

Acho que um diferencial muito específico da DW é que ela tem a meta de, como dito na Lei da DW, "transmitir uma imagem da Alemanha como uma nação cultural na tradição europeia e como um Estado democrático livre e constitucional". Assim, além da relevância de um tema para o nosso público ou do interesse que ele possa despertar no nosso público, optamos, nós jornalistas brasileiros, como critério de seleção, por temas do passado recente da Alemanha e que deixam claro a responsabilidade que os alemães assumem sobre os crimes do nazismo e expõem a forma como o país lida com isso.

Essa é uma posição minha sobre a linha editorial da DW, e eu defendo esse tipo de pauta na redação, independentemente de elas serem as mais clicadas ou não, justamente por eu acreditar que a DW deve comunicar essa posição da sociedade alemã sobre o nazismo e o Holocausto. Acho também que a linha editorial do nosso site transmite a imagem da Alemanha como a democracia e o Estado de Direito que ela é.

### **O DW Brasil já teve parceria com veículos tradicionais no Brasil, visando a republicação de conteúdo?**

A DW tem parcerias de republicação de conteúdo com Folha, Terra, UOL, G1, Carta Capital, Poder 360, O Povo e outros sites. Qualquer veículo brasileiro pode republicar o material da DW, desde que tenha a permissão para isso por meio de um contrato com a DW. São os veículos que procuram a DW para manifestar interesse na republicação de conteúdo. O conteúdo é gratuito para todos, mas eles devem informar a DW sobre o número de cliques das matérias publicadas, o que é regulamentado por contrato.

Nossos programas de TV são transmitidos no Brasil por TVs parceiras, como a TV Brasil, TV Cultura, Canal Futura, Rede Minas, entre outros. Há mais detalhes sobre isso no site. Esse conteúdo também é gratuito para a emissora retransmissora, mas é necessário um contrato de autorização com a DW.

### **Na sua opinião, o fato de o DW Brasil publicar conteúdo sobre o Brasil a partir de uma perspectiva estrangeira (alemã, no caso) criam um diferencial na linha editorial comparação com os sites brasileiros?**

Sim, criar e apresentar uma perspectiva alemã é um dos nossos objetivos na redação brasileira.

### **Você vê diferenças na forma como é feito o jornalismo no Brasil e na Alemanha? Quais?**

Sim, quando fiz estágio no hoje extinto Financial Times Deutschland, em Berlim, observei que os repórteres são muito mais ativos na sugestão de pautas. Eles dependem menos de serem pautados por um editor do que no Brasil e têm mais ideias próprias.

Também nessa linha, o jornalismo alemão em geral é menos dedicado à publicação de notícias factuais (me refiro aqui ao gênero jornalístico notícia e não ao sentido leigo do termo) e mais voltado à contextualização da notícia. Por exemplo, em vez de publicar cada pequeno desdobramento ou declaração de um assunto, os jornais

pegam todos esses pequenos desdobramentos (notícias) e apresentam de forma contextualizada, numa matéria só.

Tudo isso se reflete no conceito de autor, muito comum no jornalismo alemão, e que indica um jornalista que busca suas próprias pautas e as apresenta numa matéria ampla e contextualizada, que demandou pesquisa e também algum tempo. Eu diria que um jornal alemão tem menos matérias por página, mas elas são mais aprofundadas e menos pontuais.

**Quanto à estrutura do texto, qual a diretriz do site com relação ao uso de fontes (se, por exemplo, há um limite quanto ao uso de fontes oficiais), estilo de texto, tamanho, apresentação gráfica etc.?**

Cada repórter ou redator deve decidir que fontes usa. Nós não temos diretriz sobre isso, só pedimos para que ouçam mais de uma pessoa ou consultem mais de uma agência de notícias. As matérias devem ter em torno de 5 mil caracteres (com espaços), reportagens podem ter mais. Mas, muitas vezes, muitas matérias têm mais de 5 mil caracteres. As matérias feitas a partir de agências podem ficar em torno de 3 mil, e é melhor sempre contextualizar.

**Com que frequência o repórter se desloca até o local do acontecimento? A maioria das matérias são feitas por telefone?**

A maioria das matérias feitas na redação brasileira da DW é feita a partir de adaptações de matérias de outras línguas da DW, ou de agências de notícias, ou por telefone e internet. Há algumas poucas matérias feitas com deslocamento do repórter, por exemplo quando uma personalidade brasileira está na Alemanha. A situação é diferente nas matérias compradas de jornalistas no Brasil. Nessas há bem mais deslocamento.

**Como tem sido a estratégia de cobertura da pandemia do Covid-19?**

Nos primeiros meses, como havia muitas notícias, abrimos um artigo que era atualizado frequentemente, reunindo os principais acontecimentos de um dia. Fora isso é uma cobertura como as outras - exceto pelo fato de que nossos colaboradores no Brasil só vão para a rua quando é mesmo necessário e, nesse caso, com equipamento de proteção contra infecção (máscara, infecção etc.)

**Cite algumas reportagens que, na sua opinião, estão entre as principais produzidas pelo DW Brasil.**

Bem, eu gostei muito das matérias que nós fizemos sobre o dito "nazismo de esquerda". Acho que a DW, como site alemão, pôde contribuir para esse debate e ajudar a esclarecer esse absurdo.

## APÊNDICE B – ENTREVISTA COM FLÁVIA MARREIRO, EL PAÍS BRASIL

### **Qual o El País Brasil foi criado e qual era a sua proposta?**

Estou no jornal há cinco anos e meio, não sou da equipe fundadora do jornal, eu entrei um ano depois. O jornal surgiu em novembro de 2013, na esteira do projeto de expansão do El País, que já tinha aberto um ano antes uma redação estruturada no México. Tinha uma edição americana, que circulava até ano passada impressa e resolveu fazer a aventura de fazer um jornal em outra língua, que nunca tinha feito. O jornal é dominante em espanhol, mas não tinha ainda se aventurado no português. Foi uma operação montada de maneira muito rápida, inclusive porque o jornal não quis perder a chance de fazer uma cobertura mais encorpada do momento político que o Brasil estava vivendo, que era pós manifestações de 2013. Inclusive a própria manifestação erupção social de 2013 teve a ver com a decisão do jornal de abrir uma edição aqui. Porque eles notaram um pico de leitura das matérias que eram produzidas... de leitores brasileiros que buscavam a edição espanhola para ler o que o EP estava falando sobre as manifestações de 2013. Na época tinha o arias, que ainda é o decano do jornal, colunista aqui no Brasil, e alguns colaboradores entre elas a Maria Martins que viria a ser uma das fundadoras depois. Então foi um momento de expansão do jornal pela própria notícia e a certeza de que o futuro do maior jornal em língua espanhola passa pela América Latina. Eu me incorporei a esse projeto um ano depois, em novembro de 2014. O jornal já estava estruturado, o Brasil tinha acabado de eleger a Dilma. Tinha toda a expectativa de que a crise política não ia passar. A história, a fundação do jornal no Brasil, se confundem com o momento de maior turbulência política na história recente. Isso a história e o caminho que o jornal foi tomando foi imbricando com essa história, não tem outra maneira. Foi um investimento próprio do EP sem investidor externo, com a operação ambiciosa, nós montamos uma redação que tinha por volta de uns 12 jornalistas no começo, agora somos 18, incluindo também não jornalistas de texto – redes sociais e assistência para vídeo.

### **Dentro dessa ideia de retratar a América Latina e o Brasil, qual era a proposta? Competir com os veículos tradicionais?**

A proposta original eu não sou a pessoa mais qualificada para falar. Mas o que eu posso dizer é como ela foi se transformando. O jornal hoje é uma junção de duas escolas, na minha visão. A escola do EP, uma escola de bastante ênfase em jornalismo internacional, em comparar acontecimentos nítidos, em ter textos maiores e mais analíticos do que a imprensa brasileira. E por outro lado, a junção da escola dos jornalistas brasileiros, que não queriam fazer um jornal de gringo falando sobre o Brasil. Um jornal novo, com uma visão nova, mas que também tivesse um olhar brasileiro para as nossas questões. Acho que uma coisa que sintetiza a proposta era o slogan que a gente, que a Carla Jimenez que é a atual diretora, e o editor na época desde a Espanha, Antonio Jimenez, é uma nova maneira de contar o Brasil para o mundo e o mundo pro Brasil, porque o jornal até hoje é anfíbio, ele produz coisa pro público em português, mas também manda material que é traduzido e é lido pelo público em espanhol. A ideia nunca foi, até por estrutura não tinha como ser, disputar de igual para a igual com os meios locais. Hoje a gente e o 5º site mais lido na categoria jornal, depois do globo, folha, estado... A ambição não era essa, a princípio, a ideia era pegar um nicho que faltava de um jornalismo mais analítico. E isso já marca algumas coisas pelo nome de cara. Não nos interessava a ser o primeiro em dar a aspa que a Dilma falou na época. Essa nunca foi nossa proposta. O que essa aspa quer dizer? A não ser que seja um *breaking news* muito evidente. A nossa proposta de entrada é: por que a pessoa poderia se inclinar a ler no El País e não no Uol? Por

quê ou não no primeiro tratamento que a folha desse para uma notícia, porque a gente ia tentar explicar esse contexto e já indicar num título um título que fosse inclinar para a análise da notícia. Mais do que o fato em si. Fora que na verdade a gente também funciona como uma porta para um material imenso que é produzido pelo EP. São 400 jornalistas no mundo inteiro. Nenhum outro jornal tem correspondentes pela AL como o EP. Então era uma chance também de aproximar o leitor dessa produção internacional num momento de crise em que os jornais brasileiros estavam cortando custos também e coberturas internacionais. Eu mesma trabalhei antes na folha, fui correspondente na Argentina, na Venezuela e coisa que o jornal hoje só tem Argentina, não tem mais Venezuela, por ex. na minha época também tinha um posto em Londres, também não existe mais. Então a pegada analítica brasileira mais uma porta para as leituras brasileiras a produção que é bastante grande e intensa da cobertura internacional do EP acho que essa combinação que trouxe o jornal ao país.

### **Disseste que é a primeira edição do EP fora do idioma espanhol, é isso?**

O jornal tem uma edição muito pequena em catalão e algumas peças em inglês, mas como edição mesmo que tem mais de, 5º jornal. Hoje, para você ter uma ideia, SP é a terceira cidade que mais lê o EP, depois de Madri e Barcelona.

### **Em quais outros países o EP está presente?**

No México tem redação, como tal, com mais ou menos umas 30 pessoas, em expansão, que coordena a edição do continente. Depois tem redações menores, na Argentina tem três pessoas, na Colômbia tem três pessoas, correspondentes ou colaboradores no Chile, no Equador, todos os países praticamente, na Nicarágua. Tem uma mobilidade na América Central. E tem uma delegação grande nos EUA, tem pessoas em Orlando, na Califórnia, e em Washington e em NY.

### **Fale sobre a estrutura do EP Brasil.**

Agora não, por causa da quarentena estamos fazendo um trabalho remoto, mas a gente tem um escritório central aqui em SP, com o nosso QG temos um correspondente em Brasília e está vago, mas existe o posto de correspondente no Rio. Somos 18 ao todo, 18 jornalistas. Temos uma pessoa pra redes sociais, que é muito pouco, uma assistente de vídeo, que é muito pouco, o resto é entre edição e reportagem.

### **Eu queria entrar na rotina produtiva. Vocês têm reuniões de pauta? Como surgem as pautas? Quantas pautas cada repórter pode tocar ao mesmo tempo?**

Varia muito porque depende da época. Depende. Nunca teve calma. O jornal uma vantagem principal vantagem talvez para nós é que o jornal funciona como uma força tarefa. Todo mundo praticamente toda a redação está voltada para cobrir a Covid. Isso já aconteceu com o impeachment, isso já aconteceu quando caiu o avião da chapecoense. O jornal tem a flexibilidade de... todo mundo vai para o assunto que precisa ir. A gente não tem a intenção de cobrir tudo, né. Você não vai encontrar infelizmente tem algumas coisas factuais que não vai estar no jornal. Mas o que se propõe a cobrir a gente quer que seja com a maior relevância. Então tudo requer mais tempo as vezes para fazer e até pessoal. Na rotina diária, a gente tem uma reunião de pauta semanal com todo mundo, uma redação pequena também toca pauta sempre, fora dessa reunião semanal que acaba sendo uma reunião checar coisas de curto prazo, falar de propostas a médio prazo, e a gente procura adequar dessa maneira. Até para os outros repórteres saberem o que cada um está tocando. Varia da complexidade da matéria. Por exemplo uma pessoa pode ficar 3 dias, 4 dias fazendo uma matéria. Sobre a busca por colapso lá no Ceará. Ao mesmo tempo, o

correspondente em Brasília ontem fez a matéria sobre a volta do Bolsonaro no supremo. A temporalidade política exige mais celeridade. Não tem uma regra, depende da complexidade do tema. As matérias políticas precisam ser feitas no dia, quando tem uma abordagem mais investigativa, aí varia, pode levar mais. Em geral 2 a 3 dias para fechar uma matéria que considere que tenha esses elementos de análise, que tenha alguma história.

### **Qual a periodicidade de atualização do site?**

A gente tem no jornal atualização do momento. Tem a que a gente traduz. Tem uma equipe de tradutores externa e seleciona material produzido pelo EP matriz. Entre a nossa produção e a produção que a gente edita e envelope de novo, a gente publica praticamente o dia inteiro, com duas a três apostas chave editoriais nossas. No geral duas a três por dia. Não consegue ter uma operação 24/7, a gente não trabalha na madrugada. O jornal na Espanha sim é 24/7. Até já fizeram coisas para nós em português, como quando caiu o avião da Chapecoense, eles puxaram alguém lá e fizeram em português.

### **Qual a ingerência da matriz tem no trabalho do dia?**

A gente é uma delegação deles. A gente tem relatórios diários de performance. A gente tá subordinado à América, à edição americana, somos um filhote da edição do México. Nós temos na nossa estrutura jornalistas espanhóis, no momento apenas uma, mas já foram quatro. Então essas pessoas também fazem essa ponte. Vende o que a gente tem, eles informam o que eles têm de maior relevância, que eles acham que vai ser relevante para nós. O jornal passa por um processo de assinatura, acabou de fechar o conteúdo lá na Espanha. É uma operação única, não tem como não ser. Mas no nosso dia a dia, o que vai ser no abre, isso em geral é aqui que resolve, não é uma... Mexico e Madri não se envolvem nessa decisão.

### **Vocês usam freelancers?**

Muito pouco. Temos um modelo apertado para freelancers, mas usamos, aí no Rio Grande do Sul... Quanto tem alguma coisa importante. É difícil primeiro por uma questão de recurso e, também, de estilo, tem matérias que são maiores e tal.

### **Qual o modelo de negócios do El País Brasil?**

Tem coisas que nem sei se estou autorizada a falar. O que posso dizer é isso. Jornal está transitando globalmente pro modelo de assinatura. Em breve vai acontecer no Brasil. Mas basicamente é isso que posso dizer. Em breve vai ser via assinatura, no modelo de paywall. Depois de 10 artigos vai precisar pagar.

### **Fale sobre sua experiência profissional. Qual a diferença entre trabalhar em um veículo nacional e em um estrangeiro?**

Me formei na Universidade Federal do Pará. Vim para a Folha de SP, passei 12 anos. Minha escola base é a folha, onde eu fiz política e fui correspondente na Argentina e na Venezuela. Para mim a parte... A Folha tem muitas semelhanças em termos de trabalho, de identidade muito forte, são diferentes, mas é uma identidade que marca. Para mim a diferença é que nunca tinha feito edição. Eu era repórter e correspondente. Principal mudança é do lado de balcão, ajudar a gerir.

### **Uma das reportagens que analisamos nesta pesquisa foi a cobertura do Acampamento Terra Livre, em 2019. Você vê uma diferença na linha editorial por ser um jornal estrangeiro?**

Acho que tem a ver com a linha do El País. O jornal nasceu na Espanha dando voz à sociedade civil. [...] Um jornal progressista e que vai dar voz à defesa dos direitos humanos. Isso obviamente se reflete aqui. Quando a gente começou a dar vazão a esses assuntos foi quando a gente fez o primeiro especial trans, em 2015. Isso não era um assunto da imprensa. Hoje sim. Acho que foi um casamento feliz entre o DNA do jornal e o que a gente como jornalistas brasileiros considera essencial.

**Com que frequência os repórteres se deslocam até o local do acontecimento?**

Situações normais em geral a gente consegue entre matérias da redação e fora. Em geral metade da equipe está com matéria externa. Onde tem reação, Brasília, SP e normalmente no Rio. Duas vezes por mês. Consegue viajar fora de SP e do Rio. Em janeiro, a gente foi em Maceió fazer matéria sobre um desastre ecológico que a Odebrecht estava envolvida na exploração de um mineral. Nossa ideia não é ficar centralizado em SP e Brasília, embora seja o básico da nossa cobertura inevitavelmente.

## **APÊNDICE C – ENTREVISTA COM ALEXANDRE DE SANTI, THE INTERCEPT BRASIL**

### **Como e quando surgiu o The Intercept Brasil?**

O Intercept nasceu, inclusive acho que segunda feira faz 4 anos. Não estou desde o início, mas tô há dois anos e um pouquinho. Ele começou mais ou menos o seguinte. Não é uma empresa. Daí ele só que ele morava no Brasil há 11 anos, mas seguia colaborando com o Intercept lá. Isso foi em 2016. Acho que o Intercept americano é 2015, talvez 2014. Daí Glenn colaborava com o Intercept americano aqui do Brasil, com outro jornalista americano que chama Andrew Fischman, que era tipo um assistente de reportagem do Glenn aqui no Brasil. Vasculhando o arquivo Snowden. Essa época estava rolando no Brasil apolítica por causa do início do processo de impeachment da Dilma. Ainda antes de o impeachment de fato começar o processo formal, as coisas estavam se discutindo, ela já estava caindo. E aí o Glenn e o Andrew sugeriram: vamos publicar um texto em português para falar disso tudo que a gente está vendo, porque isso tudo é muito louco. E acho que estamos precisando fazer um texto amarrando esse negócio todo para as pessoas terem uma dimensão da loucura, e aí a gente publica em inglês e português para ver o que acontece. Aí eles publicaram em inglês e português e o texto em português deu uma audiência brutal, muito maior que a audiência em inglês, uma audiência que até hoje pro TIB seria muito relevante. Aí eles publicaram mais um e mais outro e se deram conta que tem alguma coisa aí. As pessoas pelo jeito estão sedentas por este tipo de visão, porque está bombando muito. O Andrew fez um projeto para o Intercept americano dizendo assim, a gente quer fazer um Intercept em português aqui no Brasil. A gente precisa de algum recurso para contratar algumas pessoas pra começar a publicar em inglês pra gente conseguir acompanhar esse momento político no Brasil e depois a gente ver o que acontece. Desde então o negócio só cresceu.

### **Havia a intenção de competir com os grandes sites?**

Ele tem tanto aqui no Brasil quanto lá fora o TIB tem uma diferença de estrutura que já diferencia ne. Que torna ele... ele pode estar habitando o mesmo espaço dos veículos tradicionais porque enfim a audiência de alguma forma é a mesma. Os links estão circulando lá do NYT, WP, WSJ e o TIB entram no mesmo feed das pessoas. Então de certa forma a gente tá concorrendo neste sentido. Participando e aparecendo na mesma banca de revista das pessoas como um todo. Desta forma não tem como não enxergar como uma certa concorrência. Mas como o TIB foi fundado sob pilares bastante diferentes para não dizer totalmente das empresas tradicionais. Porque principalmente nos EUA ele é uma ong sem fins lucrativos e ele não aceita anúncios, não há possibilidade, não existe departamento comercial no Intercept. A ideia foi sempre financiar o site de duas formas: uma é dentro de um esquema de que chama de subsídios cruzado, que é a empresa que é dona do Intercept que é a First Look Media, tem dois braços, um com fins lucrativos e outro sem. O TIB tá no sem fins lucrativos. Mas a ideia é que o braço da empresa com fins lucrativos, que faz outras atividades, principalmente produzir audiovisuais, filmes e séries, que ela utilize esse lucro desses produtos como o que abastece o Intercept. Existe um fundo que o bilionário que deu início aos FL, que é o Pierre Omidyar, que fundou o eBay, ele pegou parte da fortuna dele, colocou num fundo, e disse: bom, parte desse dinheiro tem que render dividendos pra abastecer esse sistema. E o TIB e outras iniciativas que a FL já teve, o que ela faz na verdade é gerar direito autoral que podem gerar produtos audiovisuais que vão ajudar a abastecer esse outro braço com fins lucrativos. Hoje o

principal deles é um produto chamado Topic. É um estúdio que produz séries e também tem o seu próprio serviço de *streaming*, tipo um Netflix. E isso é uma das formas de financiamento. A outra era a forma do dinheiro do público mesmo, por meio de um sistema de *crowdfunding*. A gente não pega dinheiro de empresas nem de governos. Essa é a diferença, ainda que a gente habite o mesmo sistema dos veículos tradicionais, isso nos torna diferentes.

### **Há planos de se tornar mais dependentes da receita do público no futuro?**

A ideia é que os sites sejam o mais autossuficientes possível. Então tipo hoje a gente ainda depende da grana do fundo do nosso bilionário lá e dos lucros gerados pela Topic, pelos empreendimentos com fins lucrativos da FL, mas a ideia é que tanto o dinheiro do público quanto outras fontes de financiamento que aqui no Brasil a gente pode gerar, por ex. a gente pode eventualmente criar uma série própria pra Amazon Prime, por ex. e esse dinheiro vai entrar para o caixa do Intercept, e é contabilizado aqui como um dinheiro que ajuda a sustentar a operação. Ou então: A gente não vende anúncios diretamente, mas a gente publica vídeos no YouTube. Então lá no YouTube nossos vídeos são monetizáveis e aquilo pode gerar receita que pode entrar na grana que nos ajuda a viabilizar. Então tem esse dinheiro do público e tem essas outras fontes de financiamento também. Algumas delas estão sendo executadas. A ideia é que a gente ande com as nossas próprias pernas, mas não é só o dinheiro do público.

### **O TIB tem versões em outros países hoje, em quais?**

Não, ele só existe no Brasil e nos EUA.

### **E qual a estrutura no Brasil?**

Sim, temos uma redação no RJ e é mais ou menos isso, são 30 pessoas, muito provavelmente o site está atualizado quanto a isso. Mas assim, semana passada contrataram duas que não eram vagas novas, mas que substituíram outras pessoas. É um número que varia a cada 2, 3 meses. É mais ou menos isso de pessoas fixas, mas ainda assim, como qualquer redação no Brasil hoje a gente tem pessoas não só freelancers, mas trabalhadores de várias formas. Tem tradutores que nos ajudam a traduzir as matérias do Intercept americano, que nos ajudam quando tem demanda. Tem uma empresa em Porto Alegre que se chama fronteira que faz uma série de serviços para o TIB. Ela gerencia a editoria de vozes, ela faz o serviço de *fact checking* e gerencia os columnistas. São umas cinco pessoas. Mas é uma contratação só, uma empresa só. Tem outros repórteres freelancers, um número incerto, que ficam nos oferecendo reportagens. Não tem como medir. Tem outros fornecedores meio fixos, regulares, que não fazem parte destes 30 e poucos, mas que orbitam no empreendimento.

### **Esses 30 trabalham na redação?**

Não sei dizer quantos trabalham no Rio e quantos não, mas no escritório em Brasília tem 3 pessoas, tem um escritório em SP que tem duas. Tem essa equipe da fronteira que não sei se tem gente listada no site, mas que está em Porto Alegre. Tem uma repórter que mora entre Teresina e Campinas, nunca está no Rio, mas vive entre essas cidades, tem uma outra pessoa de redes sociais que mora em Fortaleza. Então é meio descentralizado, mas a grande maioria está no Rio.

### **Qual o perfil destes profissionais?**

A maioria é gente jovem, diria que na faixa dos 30 anos, deve ser a média da redação. Tem poucas pessoas com mais de 40, acho que só eu e o editor em Brasília, o Rafael

moro Martins. Então é uma redação muito jovem. A grande maioria, alguns já passaram por grandes veículos, mas a grande maioria não passou por veículos, mas não necessariamente grandes. Tem algumas pessoas na lista destes 30 que não são jornalistas, mas que desempenham outras funções, tipo tem um designer, a equipe do administrativo, que obviamente não é jornalista, mas a maioria é jornalista sim, e é uma equipe bem diversa regionalmente. Tem gente do nordeste, sul, sudeste, norte, super diverso do ponto de vista étnico. Tem um percentual de negros enorme comparado com outras redações. Ainda que seja algo que a gente tenha que avançar, mas tem bastante diversidade. É uma equipe bastante jovem, mas bem diversa.

### **Como funciona a rotina produtiva?**

A gente não tem muitas reuniões de pauta. O que a gente tem...como tem editores que não estão no rio, a gente até tem reuniões periódicas, não necessariamente de pauta. Como tem essa cultura interna antes de antes da pandemia de trabalhar a distância. Grande parte disso acontece no slack. Alguém tem uma sugestão nova de pauta, joga no slack, onde as pessoas conversam sobre a pauta. Quanto a isso não deve ser muito diferente de qualquer redação hoje em dia. A gente tem uma reunião de editores semanal, mas que não é necessariamente o mesmo tema, a gente não vai discutindo necessariamente pauta. A gente aproveita também pra aparar algum problema específico, falar sobre alguma coisa que a gente precisa melhorar e resolver. Acho que todas as equipes, também tem suas reuniões periódicas e se organizam dessa forma. Tem muita comunicação por mensagens de texto, preferencialmente pelo Slack, mas também tem algumas reuniões pra resolver coisas. Mas a rotina é isso. As pessoas trabalham em horário comercial e a gente passa o dia inteiro conversando. O meu time, que é de editores, a gente conversa.

### **Qual a periodicidade de atualização do site?**

Acho que ficar 24 horas é meio raro, na verdade, a gente tem uma meta que não é uma meta rígida de a gente publicar uma matéria por dia. Na prática a gente acaba fazendo isso e mais. Teve mês agora durante a pandemia que publicou 70 textos durante todo o mês. Mas tem dias que a gente não sabe que não dá muita audiência, sábado, por ex. a nossa audiência não responde muito. Na verdade, tem que considerar que embora a gente seja um site de notícias, a gente não é um site de hard News. O que a gente tem que fazer é publicar coisas que o resto da mídia não tem condições ou não tem interesse de publicar por casa destas questões comerciais. A lógica mais do nosso negócio é: imagina uma revista que em vez de publicar uma edição por semana ou por mês vai desovando estes textos um por dia, entende? Então é mais essa a nossa filosofia do que pensar um site que tem necessidade ou pressão por publicar toda hora. No início o Intercept americano se identificava como uma digital magazine. Hoje em dia não usam mais essa expressão, até porque revista é uma coisa que não faz sentido mais, as pessoas não enxergam mais um site como uma revista, mas a lógica é mais ou menos essa. Tem algumas matérias importantes por mês, que seriam as nossas matérias de capa, que a gente dá mais atenção, e publica algumas coisas que são mais ou menos secundárias.

### **Qual a ingerência da matriz?**

A gente é uma espécie de filial do Intercept americano. A chefe do Intercept americano, Betty Reeds, é editora chefe do Intercept como um todo. Mas o Leandro ele tem total autonomia para tocar editorialmente o site. A gente não precisa prestar contas do que a gente tá publicando. A Betty não fica querendo saber. Mas assim, o

orçamento, quem nos fornece, não é a First Look, é o Intercept, então a gente tem que prestar contas ao Intercept. Por exemplo, se a gente faz uma contratação de uma nova pessoa via CLT, a gente precisa consultar os EUA, esperar aprovação deles, eventualmente uma avaliação de perfil e certamente quando a gente quer criar uma vaga precisa pedir ao Intercept americano. Não podemos simplesmente, ainda que tenha orçamento independente, a gente executa o orçamento por conta própria, não pode criar um custo fixo ainda que esteja cabendo dentro do orçamento, sem consultar eles, porque obviamente esse orçamento esse custo fixo vai impactar no orçamento do ano que vem. Mas editorialmente não existe uma ingerência. Até tem uma reunião de pauta semanal com NY, mas é uma reunião de pauta apenas para alinhar possíveis colaborações juntos. Para que possa dizer, olha a gente tá produzindo isso aqui, talvez essa pauta tenha interesse numa dimensão além do Brasil. Esse tema interessa por causa dos personagens. Então talvez a gente tenha que editar em conjunto. Ou o contrário, eventualmente uma matéria que eles estão fazendo e que interesse ao Brasil. Então a reunião serve só pra isso, pra colaborações. Não tem negociação de matéria. O que existe é uma coisa super objetiva e cartesiana é que a gente percebe que o leitor vê tudo como a mesma marca, então a gente tenta obedecer a uma certa coerência entre as coisas. Temas que sejam muito distantes da missão original do Intercept americano eventualmente a gente até pode fazer no Brasil, acho que até já fez, mas a gente faz isso correndo o risco de perceber que pode dar um ruído na marca e no entendimento do público sobre qual é a nossa missão. Às vezes a gente já percebeu que valia a pena fazer isso, ousar em alguma coisa que o Intercept americano jamais faria, mas porque a gente sente que o nosso público é diferente, é outro país, outra realidade econômica e política. Em alguns casos até isso foi bom no sentido de que os americanos acharam ótimo que a gente adotou. Então é nesse sentido que há uma independência editorial bastante grande. Não há independência financeira, mas hoje como nosso *crowdfunding* a gente cobre grande parte dos custos por conta própria. Então ainda que exista essa negociação de orçamento e tudo mais, nos últimos dois anos a gente construiu um cacife para discutir as questões de orçamento com NY porque a gente traz um monte de dinheiro pra empresa

### **O site conta com colunistas?**

A gente tem três colunistas fixos. Que são a Rosana Pinheiro Machado, o João Filho e a Cecília Oliveira. Tem três fixos, com dias fixos. E tem outros colaboradores, articulistas que colaboram eventualmente e aí não são reportagens do ponto de vista tradicional, mas são pessoas que colaboram com textos que mais ou menos daria para enquadrar como opinião, embora o TIB seja meio questionador quanto a esse tipo de rótulo.

### **O TIB realiza parcerias com outros veículos?**

Na verdade, o que aconteceu na Vaza Jato é meio que um desdobramento de uma política que a gente já tem de ter parcerias com outras iniciativas, não só veículos. A gente é um site muito aberto a ter parcerias. Já fez parcerias com Repórter Brasil, Info Amazônia, De Olho nos Ruralistas. Esse tipo de iniciativa jornalística, que são talvez mídia alternativa. A gente já vinha trabalhando com eles há muito tempo. Nunca teve nenhum tipo de restrição a trabalhar com FSP ou Veja se viesse a existir essa oportunidade. Se não me engano, teve algum outro episódio de parcerias com veículos tradicionais, talvez até anteriores ao meu período lá. Mas a gente nunca teve nenhuma decisão...Então quando chegou a época da Vaza Jato não foi um dilema nosso, foi um negócio absolutamente natural. A gente percebe que o assunto era muito grande, o assunto é enorme e nossa equipe é pequena para dar conta da

empolgação das pessoas pelo conteúdo e se a gente ficar só a gente absorvendo isso vai demorar anos para conseguir desovar tudo o que tem aqui dentro.

### **O fato de ser um veículo “estrangeiro” faz com que a cobertura seja diferente dos veículos locais?**

De alguma forma, influencia. O Intercept americano tem uma cobertura política muito específica lá nos EUA que dá muito certo. Por exemplo, é um olhar que a gente tenta ter, por exemplo, uma coisa que o TI americano faz muito bem é, fazia mais no passado, é cobrir o lobby privado sobre a política. Sei lá, lobby de farmacêuticas, eles têm bons repórteres que apuram esse tipo de coisa, que ajuda a explicar como funciona o poder político nos países, melhor do que cobrir a política partidária. Interesses econômicos sobre determinado tema é talvez mais importante do que o que tal partido está pensando sobre tal coisa. Isso certamente nos influenciou. Também a própria tradição que o Intercept tem que ele nasceu meio como desdobramento do caso Snowdeme a gente desde o início o Intercept ser criado como um lugar onde fontes que sentem no dever cívico de denunciar algum tipo de escândalo, de imoralidade ou ilegalidade, tenham um lugar seguro pra fazer isso, que é o caso por ex. do . uma das lógicas do Intercept tanto brasileiro quanto americano era ter um lugar seguro pra fontes que se sintam nesse dever cívico, então isso influenciou um monte agente, porque a gente tem um bom esquema de como receber esse tipo material.

### **O TIB conta com o DNA do jornalismo dos EUA?**

Sim, mas não tanto. Eu vejo isso por causa da forma como o Intercept foi constituído. Esse nosso modelo de financiamento nos permite ser diferente. É difícil para um veículo tradicional, no sentido de mídia comercial que depende de um monte de anúncio, ter uma voz tão independente quanto ao poder político e econômico. A gente não recebe um centavo dos caras. E os caras recebem. Há um nível de autocensura nos veículos por conta dessa questão econômica. Então, a visão do Glen, não só do Glen, mas também dos outros fundadores, era que para poder fazer um jornalismo que fosse crítico, que olhasse para outros lados, criticar outros setores da sociedade que a mídia nacional não ataca por causa desses conflitos de interesses, é necessário ter um modelo de financiamento para conseguir fazer isso. E foi isso que foi feito. Nem tanto por uma filosofia pessoal de ou outro. Mas por acreditar que o verdadeiro poder de crítica viria por uma estrutura diferenciada de uma empresa. Agora o Glenn ele foi duas vezes na redação do TIB que eu tenha notícia. Uma vez foi durante a vaza jato, uma segunda alguns dias depois, e outra vez lá no início. Ele não trabalha com a gente. O Glenn não tem qualquer interferência no Intercept brasileiro no dia a dia. Inclusive eu sou o editor dele, quando ele quer escrever um texto em português, o texto tem que passar por mim. Então o que eu vejo nesse sentido é que a gente tem uma estrutura que nos permite ser crítico, talvez nem tanto por uma influência do jornalismo americano. Talvez a influência seja que a fundação do Intercept foi pensada para poder exercer uma filosofia diferente de fazer jornalismo que tem a ver com o americano. Qualquer veículo com essa mesma estrutura de financiamento em qualquer país do mundo vai ter uma filosofia de trabalho parecida, pois esse modelo nos permite executar um tipo de linha editorial que difere da mídia tradicional ao natural. Então anotem a ver com a filosofia de alguma cultura, é um sistema que nos permite fazer isso.

### **Quais são as diretrizes do texto jornalístico publicado no TIB?**

O que a gente tenta fazer é um jornalismo de certa forma de profundidade, mas sem ser elitista. Não é porque a gente vai atacar problemas reais, por exemplo, lobby

econômico em determinado setor, sei lá, de empresas químicas que fazem agrotóxicos, não é porque é um assunto difícil, sobre a regulação de agrotóxicos, não é por causa que o tema é difícil que a gente vai se permitir escrever difícil. A gente vai tentar escrever do jeito mais difícil, para transformar esse assunto que a princípio é chato, é difícil, no jeito mais claro para chegar nas pessoas. O que a gente acredita é que isso atinge as pessoas, esse lobby privado, isso influencia a vida das pessoas comuns, então a gente tem que chegar nas pessoas, esse é o nosso público. Então a gente tenta ser livre de jargões, clichês do jornalismo, a gente tenta não absorver o vocabulário chato, usual do jornalismo comum, que acaba reproduzindo talvez até sem atenção o vocabulário de fontes. Isso é muito comum no jornalismo econômico, reproduzir o economês das fontes, porque afinal das contas a fonte e o leitor são dois tipos de públicos que transitam dentro dos mesmos ambientes então tudo bem o valor econômico falar a linguagem da fonte. Mas a gente não pode falar a linguagem da fonte num problema desses de sei lá agrotóxicos. então a gente tem que falar a linguagem mais clara possível, mais direta possível, a gente tenta fazer textos simples de ler e sendo muito claros e usando o que é uma diretriz que talvez seja o nosso slogan informal, que é ser um site que dá nomes aos bois, a gente diz as coisas como elas são, em vez de ficar usando subterfúgios, que é uma coisa muito comum no jornalismo que os jornalistas fazem até sem querer. A gente percebe isso muito treinando jornalista para trabalhar com a gente que embora eles saibam que estão escrevendo para o TIB, um lugar em que não precisa ter esse tipo de amarra, eles acabam escrevendo sem querer, que tem lugar na cultura imaginada que eles conhecem do papel do jornalista, de falar as coisas daquela forma. Pode dizer que o cara mentiu, não precisa dizer que faltou com a verdade. Não, ele mentiu. Ou dizer assim: ah, fulano operou uma subtração de recursos públicos. Não, ele roubou. Então a gente tenta usar a linguagem das pessoas o máximo que a gente consegue, ainda tendo obviamente, todo o cuidado jurídico para não ser processado à toa, mas a gente tenta usar a linguagem das pessoas para ficar claro. A gente cobre temas difíceis, né, pro público em geral, mas a linguagem que a gente tenta adotar, ela tenta ser muito direta nesse sentido pra que facilite o entendimento. E aí a gente tenta cada vez mais, é uma busca constante, que além de falar a linguagem das pessoas é tentar descobrir quais são os temas que realmente importam pras pessoas pra não ficar reproduzindo o noticiário que...existe o noticiário que circula na Globo News, CNN, Jovem Pan, que é um universo de assuntos que é muito comum ao universo dos jornalistas que eles cobrem isso como uma espécie de novela, e a maioria dos leitores também acompanha porque já estão aculturados aquilo que os jornalistas acostumaram a cobrir. Grande exemplo disso é a política em Brasília. As micro mudanças de humores e bastidores que as vezes parece que diz um monte de coisa, mas que não quer dizer nada, porque os jornalistas não querem mostrar o que tá por trás daquilo e qual o efeito daquilo nas pessoas, e a gente tenta as outras pontas. porque as pessoas estão falando nisso e se estas são as pautas que preocupam as pessoas hoje. A gente tem uma intuição de que nem tudo o que está sendo coberto pelo jornalismo como um todo, tradicional, de fato são os temas que estão angustiando as pessoas. E a gente já tem vários exemplos de assuntos que não eram nem novidade nem urgentes pra um veículo tradicional, mas no momento em que a gente publicou no Intercepte trouxe uma forma mais direto ao ponto, eles deram muita audiência, porque a gente conseguiu jogar luz sob um negócio que está a preocupando as pessoas, mas eles não eram tratados jornalisticamente como tal.

### **Fale sobre sua trajetória no jornalismo.**

Eu sou gaúcho, sou de porto alegre e eu me formei na UFRGS em 2002, ainda antes de me formar, fui repórter da rádio bandeirantes, trabalhei um tempo como redator da

rádio gaúcha, trabalhei um tempo no Clic RBS como redator também. Depois trabalhei como freelancer pra diversos veículos e fui contratado pela ZH em 2005, como repórter. E fiquei cinco anos lá. Saí para abrir uma empresa pra fazer produção de conteúdo. A minha jornada na cartola durou um ano, depois a cartola seguiu e eu saí, e abrir uma empresa que é a fronteira. Desde 2011, produz uma série de produtos jornalísticos, por demanda para veículos e empresas. Faz edição, reportagem, checagem. Fiquei me dedicando a revista superinteressante saúde, enfim. De 2011 até 2018. Por sete oito anos atuei exclusivamente na fronteira e foi uma época muito boa porque pude exercer diversos tipos de jornalismo, lidar com diversos editores e filosofias diferentes. Em 2018 foi quando o Demori assumiu como editor executivo do Intercept. Sou amigo e parceiro de trabalho dele em diversas coisas há bastante tempo e ele me convidou para ser editor adjunto. Senti que era o momento de aproveitar e fazer um tipo de jornalismo que me parece ser o sonho dourado de todo mundo, jornalismo sem amarras, sem influências comerciais e tal. E daí achei que era uma experiência de vida, aquela coisa que estava na mitologia do jornalismo desde o início. Aquela coisa de quando você está na faculdade, fazer um jornalismo agressivo, contra os poderosos, às vezes até uma coisa meio ingênua. Mas ali eu vi que tinha para conseguir executar isso. Comecei a trabalhar a distância, de porto alegre, mas depois me mudei para o rio.

## APÊNDICE D – ENTREVISTA COM CAIO QUERO, BBC BRASIL

### **Como surgiu o site BBC Brasil?**

A criação de um serviço da BBC, essa divisão no serviço mundial, em português, para o Brasil, ela é bem antiga lá, é de 1938. E começou como rádio, né? E ficou como rádio até o início dos anos 2000, no começo dos dois mil, na virada de dos anos noventa dos anos 2000. Quando você começou a ter uma iniciativa de começar a fazer conteúdo online, que não era feito, não era comum no serviço mundial, tanto que algumas outras línguas, elas continuam tendo rádio, e outras ainda são exclusivamente rádio, nós somos um dos primeiros serviços a fazer essa migração pro online. E justamente de uma percepção que tinha que o mercado brasileiro era mais maduro e mais competitivo do que outros mercados em que o único serviço mundial está presente, na Ásia, na África. Então a gente começou essa migração para o online nos anos 2000, no começo dos anos 2000, e se consolidou. Hoje em dia não tem nenhuma operação de rádio mais, a gente chegou a ter até pouco tempo atrás dois, três anos atrás, uma pequena operação de rádio que era um programa pra CBN, programete de cinco minutos, que a gente fazia todo dia de manhã, hoje em dia não. Hoje em dia é só online, todos os jornalistas da BBC Brasil eles trabalham no online da BBC.

### **Tu sabes dizer uma data precisa em que começou a operação?**

Eu não sei, não sei dizer uma data porque foi, foi isso, o que aconteceu foi que naquela época, na, nessa virada dos anos noventa, pros anos dois mil, a gente já tinha existia uma operação de rádio, existia uma operação de televisão também, a gente fazia, existia uma parceria com a Band. Então, o online foi mais de uma certamente teve algum dia que entrou no ar, mas não foi assim, olha, vamos fazer uma mudança enorme, isso vai, vai significar uma mudança completa. Era mais uma frente do que a gente fazia, embora naquela época o rádio continuasse sendo mais importante. E aí você pega, ainda, se a gente pegar na internet archives, tem muita coisa que era só, na verdade, era matéria de rádio que era colocado no online. Imagina, internet ainda era uma coisa muito rudimentar. E não tem uma data específica não.

### **Qual era a proposta do site, né? Quando ele surgiu, qual era o jornalismo que se pretendia executar?**

O que aconteceu no início foi, a proposta, ela continuou por muito tempo muito parecida com a proposta que norteou a BBC nos setenta anos anteriores, que era basicamente de trazer o mundo para o Brasil, o mundo pros brasileiros seguindo os *guidelines*, a linha editorial, o equilíbrio, a imparcialidade da BBC como um todo, que é o que nos norteia até agora. Então, política internacional, noticiário internacional, para o Brasil em português. Claro que também tinha alguma outra coisa de cultura, tal, mas era uma, basicamente era noticiário de mundo, de notícia internacional. Isso permaneceu na virada, ainda tinha muita coisa que era adaptado do rádio pra on-line e, mas até 2014 a maior parte do nosso conteúdo, no site, era voltado pro público, era noticiário internacional para brasileiros. Quando eu entrei na BBC, eu comecei a trabalhar na BBC em 2008, ainda era muito isso, a gente não cobria a política brasileira, não cobria noticiário brasileiro era muito raro, uma vez por ano fazia algum tipo de matéria especial, principalmente quando era época da eleição, a gente tinha uma, uma, quase uma abordagem de um correspondente no Brasil. Então, a gente vinha fazer algumas viagens para... Tanto que também houve uma mudança nesse ínterim da abertura do escritório no Brasil, a gente não tinha nem gente no Brasil, tinha

uma pessoa no Brasil por muito tempo. E aí, em 2005 a gente abriu escritório no Brasil, primeiro pequeno escritório, cinco jornalistas, ou menos, três jornalistas. E aí, depois foi expandindo. Hoje a gente tem 23 jornalistas no escritório. Então, até 2014 era uma coisa muito voltada para essa cobertura de internacional. Eu mesmo, a maioria dos jornalistas já sabem dessa origem, né, o mesmo bem da inter do Estadão. A gente fazia viagens, a cobertura de eleições da América Latina toda, de qualquer. Então, tinha essa linha editorial. A gente teve alguns ensaios de começar a cobertura de Brasil, em 2010, eu comecei a fazer um blog chamado Ponto BR, que era a única cobertura de Brasil que a gente tinha de política brasileira, economia brasileira. E aí houve uma virada nas eleições, na cobertura das eleições de 2014, onde a gente percebeu uma demanda dos nossos leitores por uma cobertura de Brasil por parte da BBC, e aí a gente começou e hoje em dia, a maior parte das coberturas, toda a nossa cobertura original, ela diz respeito a assuntos brasileiros. Então, a gente teve essa virada bastante importante a partir de 2014.

### **A BBC possui operação semelhante a essa do Brasil em outros países?**

Sim. Na verdade, como a gente estava dizendo a gente faz parte de um serviço mundial da BBC. Então atualmente são quarenta línguas. Então, contando o inglês. Mas o inglês World service que é para que também tem muita para os falantes dos ingleses em outras, em outras regiões do mundo, mas além do inglês, a gente tem trinta e nove outras línguas que têm operações semelhantes. Os serviços em árabe, por exemplo, têm operação no Cairo, no Líbano, se não me engano, serviço em espanhol para as Américas tem o outro escritório em Miami, que é a capital latina dos EUA, mas também tem uma operação no México, e aí a gente tem vários outros, tem o serviço sérvio, com operação em Belgrado e Londres, o serviço russo, Moscou e Londres, tem uma série de serviços pra África, em diversos países. Tem um escritório enorme em Nairóbi, enorme que eu digo assim, mais de mil jornalistas trabalhando. O serviço tem duas cabeças, uma no lugar e outra em Londres, onde fica o chefe do serviço. As 39 línguas têm esse modelo.

### **Tá, eu queria que tu falasses um pouco da estrutura da BBC Brasil. Mais especificamente, são quantos jornalistas, a redação tá localizada aonde? Enfim, eu queria entender um pouco mais dessa questão da estrutura.**

Legal, então, a gente tem essa, essa coisa híbrida, tipo, um escritório em Londres e outro em SP. O escritório em Londres é onde fica a diretora de redação, que é a chefe do serviço. Só que o, o escritório em Londres, quando é curioso, isso é uma tendência que em outro serviço também se refletiu. A gente hoje tem mais gente no Brasil do que em Londres. Então, a gente tem a diretora de redação em Londres e aí se dividem as duas redações. Então, tem um chefe de redação em Londres, um chefe de redação em São Paulo, que sou eu, e aí em Londres eles têm cerca de oito jornalistas, em São Paulo, no total são quinze jornalistas, é porque mais editores em nome de redes sociais, também outras 23 jornalistas em São Paulo. E aí a gente tem dois editores. Abaixo do chefe de redação tem uma camada de quatro editores, dois em São Paulo, dois em Londres. Um que é mais pauteiro e outro que é mais fechador. Nos dois lugares é assim. E aí a gente tem os repórteres também. Em Londres ainda tem um outro um outro cargo como já disse que é um cargo de edição de mídias sociais, de redes sociais. E aí em São Paulo a gente tem os repórteres e também tem uma mini editoria com três pessoas que trabalham em redes sociais aqui em São Paulo também. Temos também dois repórteres em Brasília e uma repórter em Washington. É essa estrutura que a gente tem.

### **E esses quinze que tu falaste em Londres, eles trabalham pra BBC Brasil?**

Sim, são brasileiros que trabalham para a BBC Brasil fazendo o mesmo conteúdo do que a gente faz. Até o que a gente acaba fazendo é se aproveitando um pouco do fuso, né? Eles começam a trabalhar mais cedo, então assim, já agora de manhã eu faço uma reunião com eles, às 6 da manhã, que é dez horas para amanhã é de Londres, eles já estão trabalhando lá, eles começam a trabalhar seis da manhã de Londres, que é duas horas da manhã no Brasil. Então, a gente começa porque a gente não tem mais uma produção vinte e quatro horas. A última pessoa que sai do Brasil, ela sai à meia-noite. Então, a gente fica, depende da época do ano, de duas a três horas sem ninguém, em Londres entra às seis da manhã deles e aí trabalha até mais ou menos umas dez, onze horas da manhã do Brasil, quando a gente no Brasil assume.

**Qual é o perfil desses profissionais, assim, que tu falaste que são todos brasileiros, né? Eles têm passagens por grandes veículos, enfim, o que dá para dizer do perfil?**

São todos brasileiros, a maioria deles. Todos têm passagens por grandes veículos. A maioria é com experiência em texto. Seja online, ou seja, jornal impresso. A gente tem algumas pessoas que têm alguma experiência em rádio. Principalmente as pessoas mais antigas, vieram de rádio. Tem essa coisa de ter uma operação de rádio antes. e algumas pessoas têm alguma experiência em TV, mas a maioria vem de texto de jornal ou de site, muitos, todos eu acho que passaram por grandes veículos brasileiros. E é isso basicamente. A gente tem editores e vídeo também. Mas enfim, curiosamente. Tirando uma, uma pessoa que é uma profissional estrangeira, que fala português, mas é uma profissional alemã e não trabalhou no Brasil, mas os outros, mesmos de vídeo, trabalharam no, nas operações de vídeo de jornais, da folha online, da tevê folha e tal. Uma pessoa veio da Globo. Na verdade, a TV Globo. Tem, mas esse time de vídeo. A maioria das pessoas veio de texto.

**Eu queria entender um pouco mais da rotina produtiva. Tu falaste que tem uma reunião de pauta às seis, né? E depois ao longo do dia tem outras reuniões?**

Londres faz uma reunião uma pequena reunião de pauta rápida, deles para começar o dia às seis da manhã nossa, que é às dez, né? Eu participo de vez em quando e em São Paulo a gente faz, a gente tem um posicionamento como se fosse uma revista, na verdade, uma revista semanal. Até porque isso, como a gente não cobre noticiário quente, a gente procura sempre um ângulo, uma história exclusiva, uma abordagem mais analítica. Em São Paulo a gente tem uma reunião diária de editores, meio-dia e meia, eu, com dois editores, a gente só bate as prioridades do dia, e na verdade essa reunião é uma novidade, porque a gente não fazia isso, passou a fazer isso só depois da pandemia porque estamos fazendo home office. Mas antes a gente fazia isso informalmente, lá dentro da redação. Então, a gente faz uma reunião meio dia e meia e planeja o dia, mas a reunião de pauta, nossa grande reunião de pauta é semanal, onde cada um repórter apresenta suas pautas e a gente a gente faz um planejamento semanal, por isso eu falo que parece uma revista, porque a gente faz um planejamento semanal, depois dessa reunião a gente faz uma previsão de pauta de manchetes pra tarde e pra manhã, cada um dos dias, e aí depois a gente vai tocando um dia, claro uma coisa diferente, a gente, a gente destaca o repórter pra fazer essa cobertura, pra porque, claro, o noticiário não, principalmente, agora não para. Então, ah, Pazuelo não foi punido pelo exército. Aí eu pego, tiro alguém que estava fazendo alguma coisa e passo, passo ele para essa cobertura mais quente, mas é basicamente isso. A gente procura fazer um planejamento semanal.

**Cada repórter costuma trabalhar com quantas pautas ao mesmo tempo?**

Olha, como são pautas especiais, cada repórter trabalha com duas, três pautas. São pautas que, normalmente, o cara tem mais dias, né, de três a cinco dias para fazer. Mas aí, a gente também tem essas pautas mais quentes, que talvez seja mais rápido, você pensa, olha, para você pode fazer uma agora, eu vou te dar mais prazo pra outra pauta, cê para pra fazer essa, essa aqui que é mais urgente. E também a gente faz adaptações do conteúdo da BBC em inglês ou em espanhol para o Brasil. Então o repórter faz isso também. Quando eu vejo alguma história interessante, internacional, eu paro o repórter que está fazendo alguma reportagem para fazer essa adaptação aí. É basicamente uma tradução, mas que a gente chama de adaptação porque tem que ser contextualizada para o público brasileiro.

**Como é que vocês trabalham com relação a periodicidade de atualização? Tem algum número, alguma média, de matérias por dia?**

A gente tem entre doze e quatorze matérias por dia, mas são matérias, é curioso, porque isso foi uma mudança bastante significativa que a partir de dois mil e quatorze a gente começou, foi aí que a gente chegou nesse, finalmente, consolidou essa linha que a gente segue hoje na BBC, a gente chegou antes de dois mil e quatorze. Tinha dias que a gente publicava, tinha dias que a gente publicava vinte e quatro matérias, mais de trinta matérias muito mais curtas, tinha aquela impressão de que a internet tinha que ter matéria curta, né? Hoje a gente publica doze por dia, sendo que quatro ou cinco, no máximo são reportagens, mas bem apuradas e o resto é uma adaptação o material da BBC. E a nossa audiência começou a aumentar muitíssimo depois que a gente começou a publicar menos matéria. as pessoas se interessaram, se interessam por não são matérias curtas, a gente não faz matérias curtas, a gente faz matérias longa, apurada, contextualizada e isso aumentou nossa audiência bastante.

**As matérias longas seriam quantos caracteres?**

Olha, numa matéria normal, matéria pequena nossa, ela, ela tem mil palavras, várias, são quatro mil e cinco mil caracteres que tem, mas tem matéria que matéria de cinco mil palavras, dez mil palavras. Grande mesmo, enormes. Inclusive, que tiveram boa audiência.

**Qual é a ingerência da matriz? Existem reuniões periódicas, envio de relatórios, pautas sugeridas por eles? Como é essa relação?**

Então, a gente faz parte de um serviço mundial, da BBC que é essa divisão de notícias, da BBC, que é um serviço mundial. E aí, a gente tem uma hierarquia, que responde, tem um chefe no serviço mundial, tem o editor do serviço mundial, e aí o serviço mundial, ele é dividido em regiões. A nossa região é uma região das Américas e Europa, da nossa região que tem o serviço em espanhol e pra América Latina. Então, é um serviço russo, ucraniano e sérvio. E aí tem um chefe no serviço da América da Europa. Quem é o que tem funções administrativas e editoriais, em última instância, é ele que chancela. Mas a gente tem autonomia e independência, a gente tem a nossa diretora e os editores realmente decide nossas pautas e é claro seguindo sempre as *guidelines* da BBC, a gente tem totalmente independência de fazer as pautas que a gente decide fazer, mas claro quando há dúvidas sobre como deve ser abordado determinadas pautas a gente é fui explorar, como a gente falar com o nosso chefe da região, ou então, a BBC tem estruturas também de, de, por exemplo, tem uma, uma divisão da BBC, que é chamada *historial policy*. Se eu tiver uma dúvida por exemplo. Se tiver que entrevistar um menor de idade. Tem *guideline* sobre isso, eu mando o e-mail para eles, eu ligo, eles me falam, olha, a *guideline* diz isso nesse caso, eu acho que é meio isso, hein? Tem os advogados, também, o serviço jurídico interno. Então, é, é, tem uma série de estruturas de consulta e de responsabilidade pra que o

material nosso ele siga a linha editorial da BBC siga o equilíbrio da BBC pra evitar qualquer tipo de distorção nesse meio.

### **Vocês utilizam o trabalho de freelancers?**

Utilizamos, a gente tem uma rede de freelancers no Brasil e no exterior e o trabalho que a gente utiliza é assim, basicamente, a pessoa me sugere uma matéria, a gente topa ou não e a pessoa faz aquela reportagem e aí a gente, claro, acompanha essa reportagem pra que ela siga também a linha editorial da BBC e os princípios editoriais e a gente publica e basicamente é isso. A gente não tem jornalistas freelancer trabalhando na redação, são matérias esporádicas que a gente, que a gente tem dos colaboradores.

### **Eu queria que tu falasses um pouco também sobre a questão administrativa, o modelo de negócios. Porque a BBC é uma empresa pública, né? E o acesso ao site é gratuito, né? Então, como é que é essa questão financeiramente, assim, como é que a empresa se mantém, mantém essa operação no Brasil?**

Ela é financiada pela BBC, pelo serviço mundial da BBC, pelo modo de financiamento da BBC no Reino Unido, que é o *licence fee*, que é uma taxa, um imposto que os britânicos que têm televisão pagam para financiar a BBC. O nosso financiamento é feito a partir desse capital aí, dessa verba aí que vai pra BBC. Tem, esporadicamente, aí sai no noticiário, investimentos por parte do Governo britânico, mas também de modo independente, a gente tem, a BBC tem autonomia total do Governo, né? Não tem uma ligação com o Governo e é basicamente isso, nosso financiamento é o dinheiro da BBC.

### **Vocês têm colunistas hoje no site?**

Não, a gente já teve em algumas experiências com colunas, mas até porque a BBC tem uma como a gente o serviço público e independente, imparcial, coluna de opinião, é complicado para a gente, porque, nem, não é todo colunista que vai querer seguir as guidelines de equilíbrio. Então é algo desafiador. Então eles não têm colunistas, não tem artigos de opinião. É algo que a BBC como um todo tem poucos articulistas e analistas, enfim, geralmente os analistas que têm na verdade esses são os próprios jornalistas da BBC. A gente não tem pessoas de fora fazendo análise justamente por isso, porque a gente tem o compromisso com uma imparcialidade que a gente, uma pessoa que está de fora não vai aceitar esse tipo de compromisso. Então, é basicamente isso.

### **E o que dá para dizer com relação a parcerias com veículos locais, assim? Eu vejo muita, muito material da BBC, republicado, né? Como funciona essa relação? Vocês têm parcerias com esses veículos?**

A gente tem parcerias comerciais, é parte do ganho que a gente tem no Brasil, que não é um ganho que sustente a gente, mas assim, as parcerias de longa data de vários veículos aqui no Brasil, tem uma lista deles vai ser G1, Folha, Terra, agora os Diários Associados do Estado de Minas, tem uma série, a gente tá aceitando uma série de parceiros e esses parceiros todo o material que é publicado no nosso site, ele é publicado automaticamente no feed dos parceiros, o UOL também, que é um parceiro, e aí a contrapartida que tem nessa parceria é que por contrato esse material não pode se alterar por outros parceiros, qualquer alteração precisa ser autorizada por nós, justamente porque a gente quer manter essa independência e o equilíbrio do nosso conteúdo, quer se garantir que o nosso conteúdo seja equilibrado e parcial, os parceiros não podem alterar esse material e também como dentro do código lá da página, dessa reportagem que a gente via, tem um código de audiência pra gente.

Então, parte da audiência que a gente conta para a gente é vinda desses parceiros.

**Na sua opinião o fato de a empresa ser uma empresa estrangeira cria um diferencial na linha editorial, na, na comparação com os veículos locais?**

Olha, é uma pergunta curiosa, é curiosa que na verdade assim, não tem uma resposta, é uma coisa que faz parte da gente. Eu estou na BBC há bastante tempo e como eu te disse, todo mundo é brasileiro. Então, a gente também se sente brasileiro um pouco embora, a gente tem esse pé, ou, a gente tem essa origem britânica aí. A primeira diferença é que a gente tem que, a gente segue as *guidelines* e o princípio e o equilíbrio da BBC no Reino Unido, do resto do mundo. Então, a gente tá mais distanciado de qualquer disputa política ou comercial, econômica no Brasil, também porque a gente não tem anunciante. A gente é financiado pela BBC, pelo serviço público. Então, a gente não tem nem anunciante, nem posicionamento político no Brasil, nem no Reino Unido, tem sempre esse equilíbrio. Então, só que eu acho que isso não é, não é o maior diferencial, porque eu acho a imprensa brasileira ela é bastante saudável, acho que competitiva e, e eu acho que é principalmente quando a gente conhece a imprensa dos outros em outros países, principalmente países em desenvolvimento, a imprensa brasileira é bastante profissional, né? Então é essa imparcialidade, e a objetividade, ela não é uma exclusividade da BBC no Brasil, mas é curioso que a gente é visto muito como estrangeiro e às vezes isso é bom, às vezes isso é ruim, às vezes é bom porque a gente é visto também como fora de qualquer jogo político, um cara assim, acha que a folha é de um jeito, que o UOL é do outro jeito, que o Intercept é de outro, e a gente é visto como a parte dessa história, mas também, às vezes, é ruim, porque a gente não é visto como um veículo brasileiro. Então, às vezes a assessoria da presidência, não é no governo Bolsonaro. Desde o governo do PT. A gente tem que lidar com a assessoria internacional da presidência. Embora fale em português, ou seja, tão brasileiro quanto os caras de lá. Eles jogam a gente para a assessoria internacional. Então, tem essa coisa esquisita aí.

**E tu vê diferenças no jornalismo que é praticado no Reino Unido para o Brasil?**

Eu acho que o Reino Unido é outro mercado bastante competitivo, né? Eu acho que está tendo uma mudança aos poucos no Brasil, em relação a uma abertura de posicionamento político. Então, no RU tem uma, uma, uma, jornais mais à esquerda, jornais mais identificados com os trabalhistas, mais identificados com os conservadores, a BBC se equilibrando nesse meio aí, mas tem o Guardian e o Times. E no Brasil os veículos, né? No Brasil você tem poucos jornais, né? No RU tem muita coisa regional aí. Muita rádio regional. Mas acho que no Brasil, você não tinha veículos abertamente identificados com posicionamento político, você podia até identificar, né, como analista, um posicionamento político dos veículos, mas não era abertamente identificado. Hoje em dia você está vendo uma mudança no Brasil, que eu acho que é interessante né? Você tem veículos identificados, tem desde a Gazeta do povo, até outros veículos que são, sei lá, até a Carta Capital, que são veículos que se identificam com posicionamentos políticos na sociedade. É interessante, que é algo que no RU você tinha mais aberto, talvez. E claro, lá você tinha a BBC se equilibrando e tem outros veículos assim bastante para você equilibrar também, né?

**Quanto a estrutura do texto, qual é a diretriz do site com relação a uso de fontes, por exemplo, uso de fontes oficiais, estilo de texto, tamanho, apresentação?**

A coisa mais importante que a gente tem no nosso texto, assim, é que a gente procura ser bastante em termos de estilo ou de tamanho, a gente procura ser bastante flexível e acho que cada repórter tem um pouco mais seu estilo, a gente tenta respeitar isso aí. Sobre tamanho, por exemplo, é uma coisa que o que eu falo para as, para os

repórteres, não existe longo, existe texto chato. Se você fizer um texto de 500 palavras que seja chato, ele vai ser gigante, porque ninguém vai chegar no final. Se tiver um texto de cinco mil palavras, que seja incrível, as pessoas vão chegar no final. Então, eu não tenho muito problema com isso. Agora, a coisa mais importante que a gente tem é a questão do equilíbrio do contraponto. A gente tem que tá sempre nos primeiros parágrafos, colocar, principalmente quando são questões mais que envolvem política ou economia, ou mesmo comportamento, a gente procura sempre falar assim, olha, mas... a gente até discorre depois esse, esse outro lado, quando tem outro lado, a gente procura sempre dizer logo que a pessoa nega, a pessoa discorda, mas mesmo quando não existe um outro lado, exatamente, sei lá, sobre uma coisa de comportamento, a gente procura mostrar que existem outras visões e depois pode até discorrer, mas isso é uma coisa que é a gente faz todo dia, com os repórteres, ele faz bastante questão de colocar contraponto nas matérias, mostrar que existe uma pluralidade de posicionamentos em relação a qualquer assunto. Acho que essa é a grande, a grande diretriz que a gente tem, tá?

**Com que frequência que o repórter se desloca até o local do acontecimento, enfim, é claro gora a gente está vivendo uma época de pandemia que acaba prejudicando, né? Mas, as matérias geralmente elas são feitas na maioria por telefone ou existe esse deslocamento?**

Existe quando possível o deslocamento. Mas eu diria que como a gente tem uma abordagem mais parecida com revista, mais analítica, a gente acaba fazendo uma parte da apuração é feita pelo telefone, quando você fala com um analista, e a outra parte, você vai lá e fala, com a pessoa, quando você tem que pegar essa coisa humana, sempre que possível a gente faz isso, principalmente quando tá contando uma história humana, né? É preciso você ir lá ver a pessoa. Sempre que possível a gente faz isso. Agora na pandemia a gente tem evitado ao máximo isso. Na pandemia foram pouquíssimos deslocamento e a gente tem evitado bastante. Todo mundo trabalhando de casa, separado, tem ninguém, na redação. Quando vai para a redação precisa autorização minha, e vai uma pessoa só, que eu não quero que vá duas pra não ter contato e só em casos muito excepcionais a gente tá aprovando deslocamentos, e a pessoa tem que fazer um *risk assessment*, que é um documento.

**Como tem sido a cobertura da pandemia de Covid-19? Houve influência do fato de a empresa ser britânica e a doença ter chegado primeiro no país de origem do site?**

Olha, talvez sim. Eu não tinha nunca pensado nisso, mas... eu não tinha pensado nessa pergunta, mas é interessante porque eu acho que essa origem internacional nossa fez com que a gente prestasse atenção na pandemia antes que a maioria dos veículos brasileiros, eu acho. Nunca esqueço que falei para um repórter nosso em janeiro, olha tá tendo esse negócio na China aí, vamos começar a fazer, eu queria que você se dedicasse a isso, porque lembrei do H1N1, e como a gente tem essa cobertura que não é só o factual, eu acho que talvez tenha o potencial, claro que nunca imaginei que fosse ser uma coisa desse tipo, e nunca imaginei que fosse ser uma pandemia também. A gente começou uma cobertura já em janeiro, fevereiro. E aí quando a coisa chegou na Itália, aí a gente começou uma cobertura bastante ampla da pandemia e é curioso, porque como a gente é um lugar pequeno, a gente não é dividido em editorias, cada repórter sugere matérias e meio da sua preferência, os editores elegem as prioridades do dia, da semana e tal, mas isso faz com que a gente tenha alguns aspectos que não são tão bons, a pessoa acaba não se dedicando a um assunto por muito tempo, mas também dá uma possibilidade pra gente que é isso, quando tem um assunto importante, como impeachment da Dilma ou pandemia, a

gente consegue fazer com que a redação toda trabalhe. basicamente foi isso que aconteceu, a gente cobriu muitos aspectos da pandemia porque era todo mundo cobrindo pandemia todo o tempo, desde aspectos econômicos, aspectos sociais e aspectos de saúde, pesquisa, situação internacional, então foi algo que a gente conseguiu se voltar completamente, a gente está bastante voltado ainda. Bastante gente cobrindo pandemia ainda. Claro, a pandemia não arrefeceu aqui, mas a gente continua tendo repórter que só faz pandemia basicamente, claro, tem crise política, e tal, mas pandemia é boa parte do nosso conteúdo ainda. E acho que por essa experiência de jornalismo internacional que a gente tem, essa origem, por essa presença que a gente tem em outros lugares, fez com que a gente talvez prestasse atenção mais rápida na pandemia.

**Diversas vezes você fala em fazer um jornalismo mais analítico. Tu achas que o jornalismo online está caminhando neste sentido, de menos cobertura em tempo real e mais análise?**

Olha, uma ótima pergunta. Eu acho que sim. É curioso que quando a gente começou a fazer um jornalismo mais analítico, em 2014, essa coisa de vamos cobrir o Brasil de um modo diferente, a gente achou que os parceiros não iam aceitar muito. Porque a gente pensou, o cara tem a sua... vou competir com a Folha, que tem um monte de gente cobrindo. Só que aí a gente percebeu que os caras começaram a usar mais o ... que é essa coisa mais analítica, e aí depois de um tempo a gente percebeu que todo mundo estava fazendo uma coisa parecida com o que a gente fazia, todo mundo começou a ir por essa coisa mais analítica. Justamente isso, porque tem o noticiário commodity, a pequena pílula de notícia que vai chegar e chega, online e tal, isso aí é importante. tem portais que fazem muito bem essa coisa de rapidez. acho que tem uma divisão de trabalho. O G1 por exemplo tem uma pegada menos analítica e muito mais de rapidez. Agora, você vê o Uol por exemplo, que já teve essa coisa de rapidez, partir para uma coisa mais analítica. Eu acho que não dá pra você ficar sem a notícia rápida, mas hoje em dia não se discute mais tanto quem deu primeiro a notícia, a notícia commodity. Claro, um furo sempre é um furo, é ótimo que o Uol deu um furo, o G1 deu um furo, que a BBC deu um furo, mas eu lembro que quando eu entrei, você deve lembrar também, quando comecei a trabalhar no jornalismo, era o começo do jornalismo online, tinha aquela coisa que tinham portais que roubavam, faziam uma página falsa para dizer que deram a notícia 5 minutos antes do concorrente. hoje em dia isso é bobagem. ninguém mais está interessado. então essa coisa mais analítica, com mais conteúdo, uma coisa mais com valor agregado, é o que as pessoas estão procurando mesmo. então não importa se você deu antes, importa se você deu melhor. eu acho que é isso que as pessoas estão buscando. e depois, se deu melhor, você tem que continuar aquele assunto e dando ângulos, análises, é isso que as pessoas estão querendo entender. As pessoas estão querendo mais entender o que está acontecendo do que só ter aquela pílula de informação que é o que a gente achava que era o... Isso vai ao encontro daquela coisa que eu te falei, que os nossos textos são longos. Porque também quando a gente começou na internet tinha essa coisa, ah, leitor não vai ler nada que tenha mais de 500 palavras. Então eram textos muito pobres, era uma coisa muito... e a gente percebe que não, as pessoas estão querendo, as pessoas leem bastante na internet, mas tem que ser bom, tem que ter essa análise, tem que ter o valor agregado.

**Eu queria que tu citasses algumas reportagens que na tua opinião foram marcantes pra BBC Brasil e que definem bem essa característica dessa cobertura do site.**

Essa pergunta é difícil, depois se eu lembrar de outra vou te mandar, mas é... bom. A gente teve muita reportagem que eu acho que definem bem, assim... deixa eu abrir aqui pra... a gente tem por exemplo uma reportagem que foi feita por um repórter chamado João Feletti, que é uma reportagem de um assunto que pouca gente explorava, que era mortes de trabalhadores em silos. Foi uma reportagem que foi um sucesso de audiência porque assim, uma coisa que nunca ninguém tinha ouvido falar, a gente teve uma dica de alguém e foi. Essa é uma reportagem gigantesca, que foi muito bem e tal. O perfil da infância do Bolsonaro, ainda na eleição, foi um perfil que a gente foi... o primeiro perfil que teve de alguém que foi lá para o Vale do Ribeira, de onde ele veio. E é uma reportagem de 10 mil palavras, gigantesca, que mostra muito o que a gente faz. A gente tem feito cada vez mais coisas em vídeo. Entrevistas, a gente faz muita entrevista. Tem uma entrevista que eu acho que é uma entrevista muito boa, que é uma entrevista com o Lula que a gente fez ainda na prisão, e é uma entrevista que a gente foi criticado tanto pela esquerda quanto pela direita. Criticado pela esquerda por ter sido muito duro com ele, porque também tem essa coisa, quando a gente faz a entrevista, a gente tem que ser o contraponto, o jornalista tem que ser o contraponto, então a gente tem que fazer as perguntas duras. E a gente foi criticado pela direita por ter entrevistado o Lula. Eu acho que é muito isso, nossa, tem...um tipo de reportagem que a gente faz que é uma coisa legal que é meio a ver com essa coisa analítica, mas é uma pegada que a gente teve que acho que é muito nossa, da BBC Brasil, que é uma coisa histórica, de pegar assim, desde a epidemia de 74 de meningite que fez com que os jogos panamericanos não viessem para o Brasil. A gente sempre procura pegar essa coisa histórica, então história é uma coisa que a gente faz muito, cobre muito também. Tem tanta coisa que eu precisaria dar uma pensada. Mas a gente tem essa coisa histórica, de explicação, essa coisa de entrevistas que são grandes entrevistas, mas com essa coisa de pensar de ser uma entrevista dura, uma entrevista que seja, que o jornalista seja o contraponto aquela pessoa. Tem essa coisa de buscar coisas no Brasil, histórias do Brasil que não foram contadas, essa coisa de se aprofundar na vida de alguém como foi o perfil do Bolsonaro. Tem uma matéria muito boa também que foi sobre a primeira transexual que fez uma cirurgia de mudança de sexo no Brasil, que foi uma matéria muito boa também, de uma personagem que tem uma história interessante, mas muito bem escritos. A gente tem essa coisa também de fazer textos muito bem escritos.

**Pra concluir, queria que tu falasses um pouco da tua experiência acadêmica, profissional, veículos em que tu trabalhaste, e também a diferença que tu percebe de trabalhar num veículo local, tradicional, e trabalhar na BBC.**

A diferença que eu acho é basicamente aquela coisa que eu tinha falado de ser meio brasileiro, meio estrangeiro. Eu sou totalmente brasileiro, mas como a gente tem esse pé no Reino Unido, a gente tem essa coisa de se sentir um pouco assim, independente dos jogos políticos e econômicos do Brasil. A gente é tão independente que a gente chama as Malvinas de Malvinas, e não de Falklands. Eu falo, olha como os caras não tem uma interferência política na gente. Mas também faz com que a gente seja muito livre, faça matérias que a gente acha relevante porque a gente acha relevante mesmo. Não tem aquela operação Portugal, de porra de onde veio esse negócio, em alguns veículos. A minha trajetória. Eu sou jornalista formado pela Cásper Líbero em SP. Antes eu fiz direito na USP mas acabei não terminando, larguei para fazer jornalismo e eu comecei cobrindo cultura, basicamente, cobrindo música brasileira. Trabalhei na Veja SP, cobria música erudita, shows, e fazia reportagens também na Veja SP. Depois eu fui trabalhar no Terra, depois fui para o Jornal da Tarde, que era um jornal do grupo Estado de São Paulo, mas era regional, só circulava no estado de SP, ao

contrário do Estadão, e aí fiquei um ano e pouco, dois anos, cobrindo música pro JT. JT não existe mais. Fui trabalhar depois com internacional no Estadão, trabalhei pouco tempo com internacional no Estadão, e aí fui contratado pela BBC. Teve um concurso público, todas as nossas contratações são por concurso. Vi no site, me inscrevi, fiz prova, entrevista, entrei em 2008 na BBC. Comecei como repórter da madrugada, na época a gente tinha ainda 24 horas de operação, então eu ficava das 8h às 4h da manhã, depois virei repórter normal, editor assistente, parei um ano, fui fazer mestrado no RU, fiz mestrado em relações internacionais no King's College, e voltei pra BBC como editor assistente em 2015, e depois pouco tempo depois virei o chefe do escritório, editor executivo e chefe do escritório no Brasil, em 2016. E aí estou nessa posição desde então.